



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO EDITAL № 001/2019 E RETIFICAÇÕES

Concurso Público para Provimento dos cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta do Município de Timóteo

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

NÍVEL ALFABETIZADO

Cargos: Auxiliar de Obras e Serviços; Auxiliar de Serviços Gerais e Coveiro.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. 2. Análise dos gêneros textuais: aviso, anúncio, propaganda, tirinha, piada, fábula, miniconto, poema, charge, cartum. 3. Significado das palavras na frase: sinônimos e antônimos. 4. Fonética e fonologia: ortografia e acentuação gráfica; alfabeto; vogais; consoantes; ordem alfabética; separação de sílaba; letras maiúsculas e minúsculas; divisão silábica e classificação quanto ao número de sílabas; encontro vocálico; encontro consonantal. 5. Sinais de pontuação. 6. Classes de palavras: substantivo comum, próprio, coletivo, simples e composto; masculino e feminino; singular e plural; diminutivo e aumentativo; adjetivo; numeral; pronome; verbo (presente, passado e futuro; 1ª / 2ª/ 3ª pessoa do singular e plural); artigo; preposição; interjeição. 7. Sintaxe: frase e oração; frases interrogativa, exclamativa, afirmativa e negativa; completar e ordenar frases; reconhecimento de frases corretas e incorretas. 8. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. 9. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BRAGANÇA, Angiolina; CARPANEDA, Isabella. **Porta Aberta**: letramento e alfabetização. 4º e 5º ano. São Paulo: FTD.

CARVALHO, Carmem Sílvia et al. **Construindo a escrita**. 4º e 5º ano. Ática.

CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática de Base. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1981.

GARCIA, Cássia Leslie; CAVEQUIA, Márcia Paganini; ALMEIDA, Maria Aparecida. **De Olho no Futuro**: Português. 4º e 5º ano. Quinteto Editorial.

GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; VALÉRIO, Geonice. **Descobrindo a gramática**: nova proposta. 2º ao 5º ano). São Paulo: FTD.

Outros livros didáticos de português até o 5º ano do Ensino Fundamental.

MATEMÁTICA

1. As quatro operações fundamentais (Adição, Subtração, multiplicação e divisão) envolvendo números inteiros e frações. Desigualdades. 2. Números pares e ímpares. 3. Dezena e Dúzia. 4. Números decimais. 5. Sistemas de unidades: comprimento, área, volume, capacidade e tempo. 6. Unidade de Sistema Monetário Brasileiro. 7. Capacidade de interpretar figuras geométricas: quadrado, retângulo, paralelogramo, losango, trapézio e círculo.

DANTE, L. R. Projeto Teláris: Matemática (60,70, anos). Editora Ática, São Paulo, 2015

BIANCHINI, E. Matemática: (60.70, anos). Editora Moderna, São Paulo, 2011.

IEZZI, G., DOLCE, O., MACHADO, A. **Matemática e Realidade-Ensino Fundamental** (60, 70 anos).8a ed. Atual Editora, São Paulo, 2013

ATUALIDADES

1. Identidade e diversidade cultural do Brasil: aspectos históricos relevantes, principal matriz étnica, manifestações econômicas, artísticas e culturais. 2. Meio ambiente e sustentabilidade: flora, fauna, água, fontes de energia, poluição, degradação e sustentabilidade. 3. Território, Sociedade e Tecnologia: relações, diferenças e problemas entre o espaço urbano e o rural; divisões regionais e político-administrativas do Brasil; globalização; internet. 4. Cidadania e participação: direitos, trabalho, saúde, educação, inclusão, segurança pública, participação política e democracia.

AOKI, Virginia (org.). **EJA Moderna**: Alfabetização 1. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Acervo dos seguintes jornais, revistas e portais da internet — considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2019 (versões impressas e online): Jornal Estadão. Jornal Estado de Minas. Jornal Folha de São de Paulo. Jornal O Tempo. Revista Carta Capital. Revista Época. Revista Isto é. Revista Superinteressante. Revista





Veja. Portal G1. Portal Terra. Portal R7. Portal UOL.

NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargos: Motorista de Veículos Leves; Oficial de Obras e Serviços - Bombeiro; Oficial de Obras e Serviços - Calceteiro; Oficial de Obras e Serviços - Carpinteiro; Oficial de Obras e Serviços - Eletricista; Oficial de Obras e Serviços - Jardineiro; Oficial de Obras e Serviços - Pedreiro; Oficial de Obras e Serviços - Pintor; Oficial de Obras e Serviços - Roçadeira; Oficial de Obras e Serviços - Solda; Oficial de Obras e Serviços - Usinagem de asfalto; Oficial de Obras e Serviços- Pintura Letrista; Operador de máquinas e Vigia.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. 2. Linguagem, comunicação e interação: linguagem verbal e não verbal, variação linguística. 3. Estudo e análise dos gêneros textuais: aviso, anúncio, propaganda, tirinha, anedota, fábula, miniconto, poema, charge, cartum. 4. Significado das palavras na frase: sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. 5. Intertextualidade: polifonia e dialogismo; paráfrase e paródia. 7. Fonética e fonologia: ortografia e acentuação gráfica. 7. Morfossintaxe: noções básicas de estrutura de palavras; classes de palavras; funções sintáticas do período simples. 8. Colocação Pronominal: Sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos. 9. Sinais de pontuação como fatores de coesão. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003, p. 7-36.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

SARMENTO, Leila Lauar. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2013.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos numéricos: operações, desigualdades, múltiplos e divisores. 2. Medidas (de comprimento, de área, de volume, de massa, de capacidade, de ângulo, de tempo) e grandezas (grandezas diretamente e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta). 3. Matemática Comercial e Financeira: razões, porcentagem. 4. Geometria Plana, cálculo de áreas e perímetros. 5. Tratamento da informação: leitura e interpretação de gráficos, noções estatística.

DANTE, L. R. **Projeto Teláris**: Matemática (6º,7º, 8º, 9º anos). Editora Ática, São Paulo, 2015 BIANCHINI, E. **Matemática**: 6º.7º, 8º, 9º anos. Editora Moderna, São Paulo, 2011.

IEZZI, G., DOLCE, O., MACHADO, A. **Matemática e Realidade-Ensino Fundamental** (6º, 7º, 8º e 9º anos).8º ed. Atual Editora, São Paulo, 2013.

ATUALIDADES

1. Identidade e diversidade cultural do Brasil: aspectos históricos relevantes, principal matriz étnica, manifestações econômicas, artísticas e culturais. 2. Meio ambiente e sustentabilidade: flora, fauna, água, fontes de energia, poluição, degradação e sustentabilidade. 3. Território, Sociedade e Tecnologia: relações, diferenças e problemas entre o espaço urbano e o rural; divisões regionais e político-administrativas do Brasil; globalização; internet. 4. Cidadania e participação: direitos, trabalho, saúde, educação, inclusão, segurança pública, participação política e democracia.

AOKI, Virginia (org). **EJA Moderna**: 6º ano (Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências; Arte; Língua Estrangeira Moderna* - Inglês e Espanhol). 1º ed. São Paulo: Moderna, 2013.

AOKI, Virginia (org). **EJA Moderna**: 7º ano (Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências; Arte; Língua Estrangeira Moderna* - Inglês e Espanhol). 1º ed. São Paulo: Moderna, 2013.

AOKI, Virginia (org). **EJA Moderna**: 8º ano (Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências; Arte; Língua Estrangeira Moderna* - Inglês e Espanhol). 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

AOKI, Virginia (org). **EJA Moderna**: 9º ano (Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências; Arte; Língua Estrangeira Moderna* - Inglês e Espanhol). 1º ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Acervo dos seguintes jornais, revistas e portais da internet – considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2019 (versões impressas e online): Jornal Estadão. Jornal Estado de Minas. Jornal Folha de São de





Paulo. Jornal O Tempo. Revista Carta Capital. Revista Época. Revista Isto é. Revista Superinteressante. Revista Veja. Portal G1. Portal Terra. Portal R7. Portal UOL.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Cargos: Acompanhante de Criança com Deficiência; Agente Administrativo; Agente de Trânsito; Educador Infantil; Fiscal de Urbanismo; Secretário Escolar; Técnico de Nível Médio - Informática; Técnico de Nível Médio - Meio Ambiente; Técnico de Nível Médio - Segurança do Trabalho; Técnico de Nível Médio - Topografia.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Semântica e Estilística: denotação e conotação; figuras de linguagem (metáfora, metonímia, ironia, antítese, paradoxo); funções de linguagem. 2. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor. Compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. 3. Texto e Textualidade: coesão, coerência, argumentação e intertextualidade. 4. Linguagem e adequação social: variedades linguísticas (aspectos culturais, históricos, sociais, regionais e individuais no uso da Língua Portuguesa). Registros formal e informal da escrita padrão. Linguagem verbal e não verbal. 5. Fonética e fonologia: ortografia e acentuação gráfica. Crase. 6. Sinais de pontuação como fatores de coesão. 7. Morfossintaxe: classes de palavras; funções sintáticas do período simples. Sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos; relações lógico-semânticas. 8. Concordância e Regência verbal e nominal aplicadas ao texto. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 2013.

CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.

GARCIA, Othon. M. **Comunicação, em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 26. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Leila Lauar. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2013.

ATUALIDADES

1. Identidade e diversidade cultural do Brasil: aspectos históricos relevantes, principal matriz étnica, manifestações econômicas, artísticas e culturais. 2. Meio ambiente e sustentabilidade: flora, fauna, água, fontes de energia, poluição, degradação e sustentabilidade. 3. Território, Sociedade e Tecnologia: relações, diferenças e problemas entre o espaço urbano e o rural; globalização; internet. 4. Cidadania e participação: direitos, trabalho, saúde, educação, inclusão, segurança pública, participação política e democracia.

Guia do Estudante: Atualidades. 2º Semestre de 2018. Ed. 28. São Paulo: Editora Abril, 2018. Guia do Estudante: Atualidades. 1º Semestre de 2018. Ed. 27. São Paulo: Editora Abril, 2018. Guia do Estudante: Atualidades. 2º Semestre de 2017. Ed. 25. São Paulo: Editora Abril, 2017. Guia do Estudante: Atualidades. 1º Semestre de 2017. Ed. 25. São Paulo: Editora Abril, 2017.

Acervo dos seguintes jornais, revistas e portais da internet — considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2019 (versões impressas e online): Jornal Estadão. Jornal Estado de Minas. Jornal Folha de São de Paulo. Jornal O Tempo. Revista Carta Capital. Revista Época. Revista Isto é. Revista Superinteressante. Revista Veja. Portal G1. Portal Terra. Portal R7. Portal UOL.

INFORMÁTICA

1. Sistema Operacional Windows 10 e seus aplicativos; 2. Editores de texto: Microsoft Word 2016, LibreOffice Writer 6.2.8 e Documentos Google (editor de texto online do Google); 3. Editores de planilha: Microsoft Excel 2016, LibreOffice 6.2.8 Calc e Planilhas Google (editor de planilhas online do Google); 4. Internet: navegação web, pesquisa na web com ferramentas do Google; utilização e configuração dos navegadores Microsoft Edge e Google Chrome; armazenamento de dados em nuvem com Google Drive. 5. Segurança da informação: conceitos; códigos maliciosos; golpes e ataques na Internet; spam; riscos: cookies, janelas pop-up e plug-ins; mecanismos e procedimentos de segurança; uso seguro da internet; segurança de computadores, redes e





dispositivos móveis. 6. Componentes do computador e periféricos.

Ajuda online do Google https://support.google.com/?hl=pt-BR

Ajuda online da Microsoft https://support.microsoft.com/pt-br

Ajuda online do LibreOffice https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/

Cartilha de segurança para internet http://cartilha.cert.br/

FRYE C. D. Microsoft Excel 2016 - Passo a Passo. Bookman; Edição: 1. 2016.

ISSA, Najet M. K. Iskandar. Word 2016. Ed. Senac São Paulo. 2018.

LAMBERT J. Lambert S. Windows 10 Passo a Passo. Bookman. 2016.

LAMBERT J., COX J. Microsoft Word 2013 - Passo a Passo. Bookman. Edição: 1. 2014.

MACEDO, R. T.; PELLOSO, M.; PREUSS, E.; PARREIRA F. Laboratório de montagem e manutenção de computadores – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

NOVO, Jorge Procópio da Costa. **Softwares de segurança da informação**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 116 p.

RATHBONE, Andy. Windows 10 para Leigos. Alta Books. 2016.

TORRES, Gabriel. **Montagem de Micros.** 3^a. Edição. Editora Clube do Hardware. 2019.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Acompanhante de Criança com Deficiência

Dar suporte pedagógico aos alunos com deficiências incluídas nas escolas regulares do município de Timóteo. Criar condições ideais para que o aluno concretize o processo de aprendizagem. 1.Conceito de pessoa com deficiência, direito à igualdade e não discriminação, direito ao atendimento prioritário, direito à educação e acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015). Terminologia adequada. 2. Deficiência física, deficiência intelectual (síndrome de Down), deficiência visual, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência múltiplas. Transtornos globais do desenvolvimento (TEA – Transtorno do espectro autista. Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; 3. De cada deficiência acima citados: Conceitos, características, dicas de convivência, especificidades educacionais. Recomendações Úteis. Alfabetização e Aprendizagem. Recursos Didáticos. 4. De cada deficiência acima citados: Formação e a aprendizagem. Comunicação. Trabalho em Sala de Aula. A avaliação. Acompanhamento na escola. 5. Sistema Braille. Língua Brasileira de Sinais: conceitos e especificidades. 6. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e comunicação Alternativa (Tipos de estímulos e estratégias utilizados nos recursos para comunicação alternativa). Tecnologia assistia na perspectiva da educação inclusiva. Conceitos, ferramentas. 7. Acessibilidades: conceitos, tipos, desafios e possibilidades. Barreiras. 8. Auxiliar ou acompanhante de aluno com deficiência: atribuições, competências. Postura. Ética. 9. Legislação: Lei nº 10.048/00, Lei nº 10.098/00, Decreto-Lei nº 5.296/04, Decreto Nº 7611/2011. 10. Educação Inclusiva. Diversidade, Inclusão, Exclusão e equidade.

BRASIL, **DECRETO № 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.** Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL, **LEI № 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRASIL, **LEI № 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

BRASIL, **LEI N° 10.048**, **DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm

BRASIL, **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.**Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10098.htm

BRASIL, **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em .http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

ALVEZ, Carla Barbosa. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível emhttp://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7106-fasciculo-4-





pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

BELISÁRIO Filho, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível emhttp://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7120-fasciculo-9-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7107-fasciculo-5-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: surdez.** SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee da.pdf

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4793-manual-acessibilidade&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192

DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7104-fasciculo-2-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

GOMES, Adriana L. Lima verde; FERNANDES, Anna Costa; BATISTA, Cristina Abranches Mota; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Intelectual**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF — 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. [2. ed.] / Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. — Brasília: [MEC, SEESP], 2006. Disponível emhttp://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf

SÁ, Elizabet Dias de. CAMPOS, Izilda Maria de. SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee dv.pdf

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____. Como chamar as pessoas que têm deficiência. In: SASSAKI, R.K. Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003,

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7117-fasciculo-6-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192

SOUZA, Fabiola Fleischfresser de. VALENTE, Pedro Merhy. PANNUTI, Maísa. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar.** PUC PR 2015. Disponível em

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17749 7890.pdf

SOUZA, Nathalia Eugenio de; CAMPOS, Raquel Lanini Da Silva; MARIN, Márcia. **Pensando Práticas Pedagógicas para auxiliar:** a inclusão escolar de alunos com diferentes necessidades educacionais especiais. VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial londrina de 05 a 07 novembro de 2013. Disponível em http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-034.pdf

SCHIRMER, Carolina R; BROWNING, Nádia. BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf





2. Agente Administrativo

1. Fundamentos de Administração: 1.1 Habilidades e papéis do administrador; eficiência, eficácia e efetividade; níveis organizacionais; 1.2 As funções administrativas - planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Planejamento: princípios de planejamento; objetivos, metas e indicadores. 1.4 Organização: princípios de organização, tipos de estrutura organizacional, centralização e descentralização; tipos de departamentalização, fluxogramas e organogramas. 1.5 Direção: tipos de liderança 1.6. Controle: tipos de controle; controle por nível organizacional; ferramentas de controle. 2. Fundamentos de Administração Pública: 2.1 Princípios básicos da administração pública. 2.2 Formas de organização, poderes, deveres e responsabilidades da administração pública. 2.3 Servidores públicos. 2.4 Atos administrativos. 2.5 Processos administrativos 2.6 Noções de Direito Administrativo. 3. Noções de Gestão de Contratos: 3.1 conceitos, 3.2 Licitação e contratos administrativos (Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002). 3.3 Objetos, elementos e características. 4. Noções básicas de Finanças, Orçamento e Contabilidade: 4.1 Débito e crédito 4.2 Receitas, despesas e custos 4.3 Elementos de análise econômico-financeira. 5. Noções de Gestão Patrimonial e Logística: 5.1 Aquisição de material, registro e transporte 5.2 Controle de estoque 5.3 Levantamento e cadastro de fornecedores. 5.4 Armazenagem e distribuição de materiais 6. Noções de arquivística: 6.1 Conceitos básicos. 6.2 Noções de administração de arquivos e serviços de arquivo. 6.3 Terminologia arquivística. 6.4 Aspectos da política nacional de arquivos públicos. 7. Noções de atendimento ao público: 7.1. Recepção e atendimento ao público; 7.2 Atendimento telefônico, agendamentos, recados e relatórios. 7.3 Redação oficial e textos técnicos. BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações resultantes da Lei 8.883, de 08 de junho de 1994 e da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 de jun 1993.

BRASIL. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de jul 2002.

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm.

BRASIL. **Manual de redação da Presidência da República** / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 608 p.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: Da revolução urbana à Revolução Digital.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública:** teoria e questões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012. 552p.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração:** Teoria e Prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos:** uma abordagem gerencial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2000 489p.

3. Agente de Trânsito

1.Constituição Federal de 1988: TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. CAPÍTULO I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; CAPÍTULO II: Dos Direitos Sociais. CAPÍTULO II: Dos Direitos Sociais. TÍTULO III: Da Organização do Estado. CAPÍTULO IV: Dos Municípios. CAPÍTULO VII: Da Administração Pública: Seção I: Disposições Gerais, Seção II: dos Servidores Públicos. CAPÍTULO III: Da Segurança Pública. 2.Sistema Nacional de Trânsito: Finalidade, Composição e Competências. 3. Educação no Trânsito: Noções de Direção Defensiva. Normas gerais de circulação e conduta. 4.Pedestres e Condutores de Veículos Motorizados e não Motorizados. 5.Operação, da Fiscalização e do Policiamento Ostensivo de Trânsito. 6.Infrações de trânsito: penalidades e medidas administrativas. 7.Sinalização de regulamentação: princípios básicos e sinais de regulamentação. Sinalização horizontal: aspectos legais, marcas longitudinais, marcas transversais, marcas de canalização, marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada e inscrições no pavimento. Sinalização vertical de indicação: considerações gerais, sinalização de indicação.





BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. (Acesso em: 28 de out. de 2019)

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9503.htm. (Acesso em: 27 de out. de 2019).

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Lei da Mobilidade Urbana**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. (Acesso em: 27 de out. de 2019).

CONTRAN. Sinalização vertical de regulamentação. 2ª edição – Brasília: CONTRAN, 2007.

CONTRAN. Sinalização vertical de advertência. 1º edição – Brasília: CONTRAN, 2007.

CONTRAN. Sinalização horizontal. 1ª edição – Brasília: CONTRAN, 2007.

CONTRAN. Sinalização vertical de indicação. 1º edição – Brasília: CONTRAN, 2014.

DENATRAN. Manual de procedimentos para o tratamento de pólos geradores de tráfego. Brasília: DENATRAN/FGV, 2001.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. **Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito – Volume I**. 2010. Disponível em: https://infraestrutura.gov.br/component/content/article/115-portal-denatran/8587-publicacoes-denatran.html. (Acesso e: 27 de out. de 2019)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. **Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito em vigência e suas alterações**. Disponível em: https://infraestrutura.gov.br/resolucoes-contran.html. (Acesso em: 27 de out. de 2019).

4. Educador Infantil

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Estatuto da Criança e do Adolescente: princípios orientadores da prática profissional na educação infantil. 2. Cuidar e educar: eixo norteador do desenvolvimento infantil. 2.1 Articulação entre cuidar, educar e brincar com bebês: subsídio para a ação do educador infantil. 2.2 O brincar como forma de expressão, interação e construção da autonomia. 3. Avaliação do processo de desenvolvimento infantil: observação, instrumentos e registros. 4. O trabalho em equipe na construção da proposta pedagógica: planejamentos, projetos, atividades, recursos. 5. Integração de pais ou responsáveis e comunidade na escola. 5.1 Participação e compromisso no processo de desenvolvimento da criança. 6. Tempos e espaços na organização das atividades. 6.1 Construção da rotina na educação infantil. 7. Qualificação profissional, avaliação do próprio trabalho e da escola.

ARIOSI, Cinthia Magda F. Tempos e espaços na educação infantil: uma construção coletiva da rotina. In: ARIOSI, Cinthia Magda F. **Fazeres e saberes da educação infantil**: reflexões sobre a prática educativa (Org.). Curitiba, Paraná: CRV, 2013, cap.1, p. 11-25.

ARIOSI, Cinthia Magda F. Experiências sensíveis, sensoriais e criativas com crianças de 0 a 3 anos: o ensino da arte em questão. In: ARIOSI, Cinthia Magda F. **Fazeres e saberes da educação infantil**: reflexões sobre a prática educativa (Org.). Curitiba, Paraná: CRV, 2013, cap.5, p. 93-106.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil. Brasília: MEC, 2018, p. 31-51. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 28 nov. 2019

BRASIL. CNE. Lei 9394, 20 dez. 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC,1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/legislacao> Acesso em 28 nov. 2019.

CRAIDY, Carmem Maria (org.). **O educador de todos os dias**: convivendo com crianças de 0 a 6 anos. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FONSECA, Paula Fontana. O laço educador-bebê se tece no enodamento entre cuidar, educar e brincar. **Educação & Realidade.** vol. 43. nº 4, Porto Alegre, out-dez. 2018.

FFIELD, Mary. Aprendizagem ativa na educação infantil. In: VICKERY, Anitra [et al.]. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. P. Alegre: Penso, 2016, p. 21-42.

MEDELL, Cássia Ravena Mulin de A. **Educação Infantil**: da construção do ambiente às práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OSTETTO, Luciana E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana E. (Org.). **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009, p. 13-32.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008, p. 41-52. Disponível em: http://www2.videolivraria.com.br/pdfs/24010.pdf>. Acesso em 26





nov. 2019.

SOUZA, Andressa Celis; WEISS, Vanilda. Aprendendo a ser professora de bebês. **In**: OSTETTO, Luciana E. (Org.). **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

4. Fiscal de Urbanismo

1. Planejamento Urbano; conceitos, princípios e metodologias; diagnósticos urbanos e soluções de projeto; fundamentos de desenho urbano, mobilidade urbana e transportes; conceitos de habitação e acesso à moradia; transformações das cidades; cidades inteligentes e sustentáveis; migração urbana e crescimento das metrópoles e megalópoles; história do urbanismo e teorias contemporâneas; 2. História da Arquitetura; períodos históricos e seus respectivos estilos arquitetônicos; movimentos históricos; monumentos da antiguidade; fatos históricos; significado e teorias da arquitetura; 3. Arquitetura Contemporânea; conceitos e teorias da arquitetura contemporânea; evolução tecnológica; grandes obras e arquitetos da atualidade; 4. Legislações e Normas técnicas; legislações urbanísticas e normas arquitetônicas; plano diretor, uso e ocupação do solo; urbanismo; mobilidade e acessibilidade.

BRASIL. Lei nº 1.150, de 29 de abril de 1990. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Timóteo.

BRASIL. **Lei nº 736**, de 16 de dezembro de 1980, e suas alterações. Institui o Código de Edificações do Município de Timóteo e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 2.500**, de 5 de maio de 2004, e suas alterações. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Timóteo e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

FAZIO, Michael; MOFFET, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. Desenho Urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

WESTON, Richard. **As + importantes edificações do século XX: plantas, cortes e elevações**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

5. Secretário Escolar

1.Atribuições e competências do secretário; funções e responsabilidades, competências técnicas, interpessoais e sociais. 2. Noções de secretaria escolar; certificados, históricos, boletim, diploma, atas, matrícula, transferência, frequência, aproveitamento de estudos, diário de classe. 3. Redação de correspondências oficiais e documentos: redação oficial, tipos de textos e documentos de rotina. 4. Noções de gestão documental; classificação e tipos de arquivos, métodos, sistemas e equipamentos de arquivamento. 5. Organizações, Sistemas e Métodos; organização, processos, controles e métodos. 6. Noções de ética profissional: código de ética. 7. Noções de informática; uso de equipamentos e recursos de informática, telecomunicação e eletrônicos.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**, volume 2: 2. ed São Paulo: Atlas, 2006

CESCA, Cleusa G. Gimenes. Técnicas profissionais de Secretariado. Campinas: Papirus, 1984.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8.ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização & Métodos. 21ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 2002.

VEIGA, Denise Rachel. Guia de secretariado: técnicas e comportamento. 3. ed. São Paulo: Érica, 2010

VIEIRA, Sofia Lerche (Org). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

6. Técnico de Nível Médio - Informática

1. Hardware: arquitetura e componentes do computador; dispositivos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída; gabinete; fonte de alimentação; monitor de vídeo; ventoinhas; leitor de cartão de memória; webcam; impressora; scanner; nobreak; filtros de linha; estabilizador de tensão; 2. Manutenção, configuração e montagem de computadores: ferramentas; procedimentos; instalação elétrica; instalação, configuração e





substituição de componentes; BIOS/UEFI; drivers; RAID (Redundant Array of Independent Disks); Smart Response; Optane; 3. Sistemas operacionais Windows e Linux: requisitos, instalação, configuração, gerenciamento e utilização; configuração de dispositivos e seus drivers; monitoramento do sistema; sistemas de arquivos; formatação e gerenciamento e dispositivos de armazenamento (mkfs e fdisk); gerenciamento de arquivos, processos e memória; configuração de acesso e utilização de dados; configurações de segurança, de armazenamento e de rede; atualização; configuração de recuperação do sistema e de dados. 4. Redes: tecnologias; cabeamento estruturado; equipamentos de rede; gerenciamento; protocolo TCP/IP; endereçamento IP (IPv4 e IPv6); máscaras de sub-rede; camadas de aplicação, transporte e rede e seus protocolos; redes sem fio e redes móveis; redes virtuais privadas (VPN); redes multimídia; VoiP e videoconferência; infraestrutura de telefonia. 5. Segurança: equipamentos; prevenção; falha de segurança em websites; criptografia; integridade de mensagem; assinaturas digitais; autenticação; certificado digital; proteção de e-mail; proteção em conexões TCP; segurança na camada de rede; segurança em rede sem fio; sistemas de deteccão de invasão; firewall; programas maliciosos.

Ajuda online da Microsoft https://support.microsoft.com/pt-br

BETTANY, A. WARREN, **A. Exam ref 70-698: instalação e configuração do Windows 10**. Porto Alegre: Bookman, 2018.

HAEDER, A.; SCHNEITER, S. A.; PESSANHA, B. G.; STANGER, J.; **Certificação Linux LPI: rápido e prático: nível 1: exames 101 e 102**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. Souza, Elda (Trad.). Trad. da 3a. Edição.

KUROSE, R. ROSS, K. W. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 6a. edição Pearson Education do Brasil, 2013.

LAMBERT J. Lambert S. Windows 10 Passo a Passo. Bookman. 2016.

NEGUS, C.; BRESNAHAN, C. Linux a Bíblia. Alta Books. 1a. Edição. 2014.

TORRES, Gabriel. Montagem de Micros. 3a. Edição. Editora Clube do Hardware. 2019.

7. Técnico de Nível Médio - Meio Ambiente

1. Legislação ambiental; 2. Plano Diretor; 3. Política Nacional de Resíduos Sólidos; 4. Licenciamento ambiental; 5. Unidades de Conservação Ambiental; 6. Serviços Ambientais; 7. Fiscalização Ambiental; 8. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU); 9. Mudanças Climáticas e seus impactos.

ACORDO DE PARIS. https://nacoesunidas.org/acordodeparis/

ALMEIDA, JOSIMAR RIBEIRO; NAGUENAUER, CRISTINA; MELLO, CLÁUDIA DOS SANTOS. Preservação Ambiental: Instrumentos Legais. Promovido por BR/PETRO

BIODIVERSIDADE; ECONOMIA DOS ECOSSISTEMAS E DA BIODIVERSIDADE; SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS. https://mma.gov.br/biodiversidade/economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade/serviços-ecossistêmicos.html

BIODIVERSIDADE. https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Procedimentos de Licenciamento Ambiental do Brasil / Maria Mônica Guedes de Moraes e Camila Costa de Amorim, autoras; Marco Aurélio Belmont e Pablo Ramosandrade Villanueva, Organizadores. – Brasília: MMA, 2016. p. 544. http://ppla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamentos-

http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamento-Ambiental-WEB.pdf

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Presidente da Comissão). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2º ed., Rio de Janeiro, (ca. 2000).

CECCONELLO, VANESSA MARINI. O estudo de impacto ambiental. Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 137-147, jul./dez. 2009.

CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS NOS BIOMAS DA AMÉRICA DO SUL: UM MODELO DE VEGETAÇÃO POTENCIAL INCLUINDO CICLO DE CARBONO. http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m17@80/2007/04.25.18.15/doc/publicacao.pdf

Deliberação Normativa 217/2017. http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558

Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya,

ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: SETOR DE MUDANÇA DE USO DA TERRA E FLORESTAS.

http://pemc.meioambiente.mg.gov.br/images/Estimativas_GEE_2005_2014_MG_FEAM_setor_LULUCF_GEMU C.pdf

Licenciamento ambiental. http://pnla.mma.gov.br/estudos-ambientais

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO: avaliação de instrumentos e





procedimentos/Organizadores Diana Meirelles da Motta, Bolívar Pêgo – Rio de Janeiro: Ipea, 2013. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_licenciamento_ambiental.pdf

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS/ONU).

https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/

GUEDES, FÁTIMA BECKER; SEEHUSEN, SUSAN EDDA. Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios /; Organizadoras. — Brasília: MMA, 2011. 272 p.: il. Color. 29 cm. (Série Biodiversidade, 42).

https://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/psa_na_mata_atlantica_licoes_aprendidas_e_desafios_20 2.pdf

MANUAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004. https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf

MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A ONU. https://nacoesunidas.org/acao/mudanca-climatica/

PLANO DIRETOR: COMO É FEITO E PARA QUE SERVE? https://www.politize.com.br/plano-diretor-como-e-feito/

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao

8. Técnico de Nível Médio - Segurança do Trabalho

1. Legislação Aplicada: A legislação da segurança do trabalho no Brasil; Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 - Dispõe sobre a especialização de engenheiros e arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de técnico de segurança do trabalho, e dá outras providências; Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 - Regulamenta a lei nº 7.410/1985; Portaria nº 3275, de 21 de setembro de 1989 - As atividades do técnico de segurança do trabalho; Portaria nº 3.214, de junho de 1978 e suas atualizações - Normas Regulamentadoras (NR) 01 a 28 e 31 a 36; Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e suas atualizações - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. 2. Higiene do Trabalho: Riscos ambientais. Avaliação e controle de agentes ambientais. Insalubridade. Riscos químicos. Riscos físicos. Riscos biológicos. Gases. Vapores orgânicos e inorgânicos. Aerodispersóides. Poeiras. Radiações não ionizantes. Radiações ionizantes. Infrasom. Ultra-som. Pressões normais. Temperaturas extremas. Ruído. Vibração. Iluminação. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA. Limites de tolerância e de exposição. Ventilação industrial. 3. Segurança do Trabalho: Legislação e normatização. Acidentes de trabalho. Conceito técnico e legal. Causas de acidentes do trabalho. Análise de acidentes. Cadastro de acidentes. Comunicação e registro de acidentes. Definições de atos e condições ambientes de insegurança. Investigação das causas de acidentes. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Inspeção de segurança. 4. Medicina do Trabalho: Medicina do Trabalho na empresa. Agentes causadores de doenças - físicos, biológicos e químicos. Primeiros Socorros. PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. 5. Ergonomia: Princípios e aplicabilidade da Ergonomia. Influência na Ergonomia da iluminação, cores, clima. Espaços de trabalho. Sistemas de controle. Atividades musculares. Ergonomia e prevenção de acidentes. Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. 6. Prevenção e controle de Perdas: Conceitos gerais. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Planos e brigadas de emergência. Análise de riscos. Técnicas de análise. Programa de prevenção e controle de perdas em empresas. Elementos básicos para um programa de segurança. Inspeção de segurança. Sistema de registro de acidentes. Investigação de acidentes. 7. Prevenção e Controle de Riscos: Caldeiras e vasos de pressão. Movimentação de cargas. Instalações elétricas. Máquinas e ferramentas. Soldagem e corte. Trabalho em espaços confinados. Construção civil. Trabalhos em altura. BRASIL. Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986. Regulamenta a lei nº 7.410/1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e suas atualizações. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho e dá outras providências. BRASIL. Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de técnico de segurança do trabalho e dá outras





providências

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Portaria nº 3275**, de 21 de setembro de 1989. Dispõe sobre as atividades do técnico de segurança. Publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 1989.

SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 8. ed. São Paulo: LTr, 2018.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SST - Normatização. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-

normatizacao/sst-nr-portugues?view=default > Acesso em 26 nov. 2019.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas. 83. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Editora Senac, 2016.

9. Técnico de Nível Médio - Topografia

1 – Topografia: 1.1 - Planimetria, altimetria e planialtimetria: generalidades e definições. O campo topográfico e o erro de esfericidade. Cotas, altitudes e diferenças de nível. Unidades de medida utilizados em topografia. Relação entre Topografia e Geodésia/Cartografia: conversão de coordenadas. Equipamentos topográficos e geodésicos: Nível, teodolito, estação total, equipamentos GNSS e seus acessórios – Função e manuseio. Grandezas de um levantamento topográfico: medida de distâncias (diretas e indiretas); medidas angulares (ângulos horizontais e verticais). Normas: NBR 14.166 e NBR 13.133. 1.2 - Métodos de levantamentos: planimétricos e planialtimétricos (poligonação, triangulação e interseções) e altimétricos (nivelamento geométrico e trigonométrico). Processamento de dados topográficos: cálculo da planilha de coordenadas cartesianas. Calculo de cadernetas de nivelamentos. Conhecimentos básicos de processamento de dados topográficos com uso de softwares específicos da área e através de planilhas eletrônicas. Cálculos de áreas e volumes. Locação de obras em geral: por coordenadas polares e retangulares. 1.3 - Formas de representação do relevo: desenhos de perfis, de pontos cotados e de curvas de nível. Traçado das curvas de nível: interpolação manual e digital. Modelagem Digital de Terrenos, de Elevação e de Superfícies (MDT, MDE e MDS). 1.4 – Definição de melhor traçado de vias. Cálculo dos elementos de curvas horizontais e verticais de vias terrestres. Determinação de declividades. Determinação das cotas do greide e das alturas de cortes e aterros. Cálculo de volumes de cortes e aterros. Locação de curvas horizontais por coordenadas polares e retangulares. 1.5 - Levantamentos batimétricos: conceitos e métodos. 1.6 - Elementos do desenho topográfico. Formatos de papel. Escalas numéricas e gráficas. Noções de Desenho Automatizado em softwares do tipo CAD (Computer Aided Design). 2 – Geodésia e Cartografia: 2.1 - Formas da Terra. Sistemas geodésicos de referência. Datum, Geoide e Elipsoide. Sistemas de coordenadas geodésicos. Transformação de Data geodésicos. Geodésia por satélites. Sistema GNSS: técnicas de posicionamento por satélites. Aplicações e erros do sistema GNSS. Equipamentos GNSS. Transporte de coordenadas Geodésicas e UTM. Padronização de Marcos Geodésicos, segundo o IBGE. Conhecimento dos sistemas: MAPGEO 2015, ProGriD; RBMC-IP; IBGE-PPP, do IBGE. 2.2 – Georreferenciamento de Imóveis Rurais: posicionamento segundo o INCRA. Aplicações e métodos de posicionamento. Cálculos do georreferenciamento, segundo o INCRA. Dos limites e confrontações, segundo o INCRA. 2.3 - Sistemas de projeção cartográficas: tipos de projeção (planas, cônicas e cilíndricas). Articulação de cartas. Sistema UTM: definições. Sistema UTM: transformação de coordenadas geodésicas em coordenadas planas UTM e vice-versa. 3 – Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) e Geoprocessamento. 3.1 – Introdução ao CTM: Conceitos e aplicações. Funções e benefícios do CTM. O levantamento cadastral de imóveis. 3.2 -Geoprocessamento: Conceitos e aplicações. Sistema de informações geográficas (SIG): definições e aplicações. Estrutura de dados em SIG. Componentes e características de um SIG. Noções de manuseio do software Google Earth. 3.3 - Sistemas sensores: aplicações, análise e interpretação por meio de imagens terrestres, aéreas e orbitais. Interpretação visual de imagens orbitais. Fotogrametria: definições. Uso de RPAS (Remotely Piloted Aircraft Systems): VANT e Drone na topografia. Norma sobre o acesso ao espaço aéreo Brasileiro, segundo o Comando da Aeronáutica.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.166: Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento. Rio de Janeiro, 1998.

BORGES, A. C. Topografia aplicada à engenharia civil. São Paulo: Edgard Blücher, 1992. v.2.

COSTA, A.U.L. Desenho Técnico de Estradas: Topografia, Projeto Geométrico, Terraplanagem. Editora Ciência Moderna. Volume 1, 224p. 2018.

FITZ, P. R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORENZANO, T. G. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

IBGE. Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos em Território Brasileiro. RESOLUÇÃO -





PR n° 22, de 21-07-83.

IBGE. Especificações e Normas para Levantamentos Geodésicos associados ao Sistema Geodésico Brasileiro. 2017.

IBGE. Instruções para homologação de estações estabelecidas por outras instituições. Diretoria de geociências e CGED – Coordenação de geodésia. 2018.

IBGE. Instruções técnicas para Controle Geodésico de Estações Maregráficas - CGEM e sua vinculação vertical ao Sistema Geodésico Brasileiro – SGB, 2010.

IBGE. Orientações para instalação de estações de monitoramento contínuo GNSS compatíveis com a RBMC, 2013. 32p.

IBGE. Padronização de Marcos Geodésicos. DGC – Diretoria de geociências e CGED – Coordenação de geodésia. 2008.

IBGE. Recomendações para levantamentos Relativos Estáticos – GPS, 2008.

IBGE. Noções básicas de Cartografia. Rio de Janeiro: 1999.

INCRA. Manual técnico de limites e confrontações - Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1ª Edição, 2013.

INCRA. Manual técnico de posicionamento - Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1ª Edição, 2013.

INCRA. Norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais. 3ª Edição, 2013.

KUX, H.J.H. Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos 2007.

LOCH, C. Cadastro Técnico Multifinalitário: Rural e Urbano. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. 142p.

MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. ICA 100-40: Aeronaves não Tripuladas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro. Comando da Aeronáutica, 2018.

OLIVEIRA, C. Dicionário cartográfico. 4. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 646p.

SILVA, J. X. & ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TULER, M. CHAN, K. Exercícios para AutoCAD: Porto Alegre: Bookman, 2013. 80p.

TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Geodésia e Cartografia. Porto Alegre: Bookman, 2016. 227 p. (Série Tekne).

TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324 p. (Série Tekne).

TULER, M.; SARAIVA, S. TEIXEIRA, A. Manual de Práticas de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2017. 132 p. (Série Tekne).

Legislações atinentes à área de cargo:

Perímetro Urbano (#1.137/1989);

Parcelamento do Solo (#654/1977);

Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo (#2.500/2004);

Sistema Viário (#3.332/2013);

Código de Edificações (#736/1980);

Código de Posturas (#496/1974).

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO SAÚDE

Cargos: Auxiliar de Consultório Dentário; Técnico em Enfermagem do Trabalho; Técnico de Farmácia; Técnico de Serviço Saúde - Enfermagem; Técnico em Serviços Saúde - Radiologia.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Semântica e Estilística: denotação e conotação; figuras de linguagem (metáfora, metonímia, ironia, antítese, paradoxo); funções de linguagem. 2. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor. Compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. 3. Texto e Textualidade: coesão, coerência, argumentação e intertextualidade. 4. Linguagem e adequação social: variedades linguísticas (aspectos culturais, históricos, sociais, regionais e individuais no uso da Língua Portuguesa). Registros formal e informal da escrita padrão. Linguagem verbal e não verbal. 5. Fonética e fonologia: ortografia e acentuação gráfica. Crase. 6. Sinais de pontuação como fatores de coesão. 7. Morfossintaxe: classes de palavras; funções sintáticas do período simples. Sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos; relações lógico-semânticas. 8. Concordância e Regência verbal e nominal aplicadas ao texto. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação**.





São Paulo: Atual, 2013.

CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.

GARCIA, Othon. M. Comunicação, em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Leila Lauar. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2013.

ATUALIDADES

1. Identidade e diversidade cultural do Brasil: aspectos históricos relevantes, principal matriz étnica, manifestações econômicas, artísticas e culturais. 2. Meio ambiente e sustentabilidade: flora, fauna, água, fontes de energia, poluição, degradação e sustentabilidade. 3. Território, Sociedade e Tecnologia: relações, diferenças e problemas entre o espaço urbano e o rural; globalização; internet. 4. Cidadania e participação: direitos, trabalho, saúde, educação, inclusão, segurança pública, participação política e democracia.

Guia do Estudante: Atualidades. 2º Semestre de 2018. Ed. 28. São Paulo: Editora Abril, 2018. Guia do Estudante: Atualidades. 1º Semestre de 2018. Ed. 27. São Paulo: Editora Abril, 2018. Guia do Estudante: Atualidades. 2º Semestre de 2017. Ed. 25. São Paulo: Editora Abril, 2017. Guia do Estudante: Atualidades. 1º Semestre de 2017. Ed. 25. São Paulo: Editora Abril, 2017.

Acervo dos seguintes jornais, revistas e portais da internet – considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2019 (versões impressas e online): Jornal Estadão. Jornal Estado de Minas. Jornal Folha de São de Paulo. Jornal O Tempo. Revista Carta Capital. Revista Época. Revista Isto é. Revista Superinteressante. Revista Veja. Portal G1. Portal Terra. Portal R7. Portal UOL.

INFORMÁTICA

1. Sistema Operacional Windows 10 e seus aplicativos; 2. Editores de texto: Microsoft Word 2016, LibreOffice Writer 6.2.8 e Documentos Google (editor de texto online do Google); 3. Editores de planilha: Microsoft Excel 2016, LibreOffice 6.2.8 Calc e Planilhas Google (editor de planilhas online do Google); 4. Internet: navegação web, pesquisa na web com ferramentas do Google; utilização e configuração dos navegadores Microsoft Edge e Google Chrome; armazenamento de dados em nuvem com Google Drive. 5. Segurança da informação: conceitos; códigos maliciosos; golpes e ataques na Internet; spam; riscos: cookies, janelas pop-up e plug-ins; mecanismos e procedimentos de segurança; uso seguro da internet; segurança de computadores, redes e dispositivos móveis. 6. Componentes do computador e periféricos.

Ajuda online do Google https://support.google.com/?hl=pt-BR

Ajuda online da Microsoft https://support.microsoft.com/pt-br

Ajuda online do LibreOffice https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/

Cartilha de segurança para internet http://cartilha.cert.br/

FRYE C. D. Microsoft Excel 2016 - Passo a Passo. Bookman; Edição: 1. 2016.

ISSA, Najet M. K. Iskandar. Word 2016. Ed. Senac São Paulo. 2018.

LAMBERT J. Lambert S. Windows 10 Passo a Passo. Bookman. 2016.

LAMBERT J., COX J. Microsoft Word 2013 - Passo a Passo. Bookman. Edição: 1. 2014.

MACEDO, R. T.; PELLOSO, M.; PREUSS, E.; PARREIRA F. Laboratório de montagem e manutenção de computadores – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

NOVO, Jorge Procópio da Costa. **Softwares de segurança da informação**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 116 p.

RATHBONE, Andy. Windows 10 para Leigos. Alta Books. 2016.

TORRES, Gabriel. **Montagem de Micros.** 3ª. Edição. Editora Clube do Hardware. 2019.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PÚBLICA

1. Sistema de saúde público; origens, antecedentes históricos, legislação e políticas públicas. 2. Organização do Sistema de Saúde no Brasil; o Sistema Único de Saúde, fóruns de pactuação, organização, princípios, diretrizes, participação e controle social; seguridade social; Rede de Atenção à Saúde; Setor suplementar; pacto pela saúde; normas operacionais básicas e da assistência à saúde. 3. Gestão do SUS; legislação; instrumentos de gestão; regulação, vigilância em saúde, modelo assistencial. 4. Financiamento; gestão financeira; responsabilidades por níveis de governo; fontes de receita; fundos de saúde; transferências





intergovernamentais; custeio e gastos dos serviços de saúde; investimentos. 5. Sistemas de Informação; sistemas de informação em saúde; avaliação e indicadores de gestão.

BRASIL. **Portaria 4279 de 30 de dezembro 2010**. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação Estruturante do SUS**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Saúde Suplementar**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão Administrativa e Financeira no SUS**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **O Financiamento da Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Regulação em Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde - Parte 1**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório 30 anos do SUS, que SUS para 2030?** Brasília: DF, 2018. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UNA-SUS/UFMA. **Gestão pública em saúde: sistemas de informação de apoio à gestão em saúde.** São Luís, 2016.

TIMÓTEO. **Timóteo: Revisão do plano diretor 2019**. Disponível em: http://www.timoteo.mg.gov.br/69/plano-direto-timoteo Acesso: 02 dez. 2019.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

10. Auxiliar de Consultório Dentário

1. Legislação de Saúde Pública: princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), financiamento do SUS. 2. Política Nacional de Atenção Básica: noções gerais sobre os princípios da atenção básica e funcionamento da equipe de saúde bucal, legislação e atribuições do auxiliar de saúde bucal na equipe de saúde bucal. 3. Política Nacional de Saúde Bucal: noções gerais sobre a política. 4. Educação em Saúde: noções de planejamento de atividades educativas para promoção de saúde e prevenção de agravos em saúde bucal. 5. Humanização: noções gerais sobre acolhimento, cuidado integral em saúde, trabalho em equipe e sua importância para a equipe de saúde bucal. 6. A atenção em saúde bucal no SUS: noções gerais sobre prevenção e tratamento dos principais agravos em saúde bucal.

BORGES, LC. ASB e TSB Formação e Prática da Equipe Auxiliar. Elsevier, 2015.

BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA № 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Política Nacional de Atenção Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 21/09/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. Lei n. 11.889, de 24 de dezembro de 2008. Regulamenta o exercício das profissões de técnico em saúde bucal (TSB) e de auxiliar em saúde bucal (ASB), 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos temáticos do PSE — Promoção da Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica — Brasília: Ministério da Saúde. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. — Brasília: Ministério da





Saúde, 2006. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)(http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário / Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 350 p.: il.

11. Técnico em Enfermagem do Trabalho

1. Noções de fisiologia e anatomia, sinais e sintomas. 2. Procedimentos de enfermagem; aferição e controle de sintais vitais; aferir medidas antropométricas; administração de medicamentos; curativos; vacinas; coleta de material para exames; primeiros socorros; entre outras atividades referentes ao enfermeiro. 3. Ações em saúde e enfermagem; atenção à saúde do trabalhador; doenças ocupacionais; ergonomia; atendimento aos acidentes de trabalho; saúde mental no trabalho; educação em saúde; programas educativos; campanhas; prevenção e controle de doenças ocupacionais; saúde mental no trabalho; segurança do paciente; vigilância em saúde do trabalhador; saúde ambiental e meio ambiente ocupacional. 4. Informação em saúde; sistemas de informação em saúde; elaboração de relatórios mensais; preenchimento de planilhas e formulários; organização de documentos. 5. Materiais e equipamento; limpeza, desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos; requisição, conferência e armazenamento de materiais; controle do consumo de materiais e medicamentos, estoque e ressuprimento; uso de equipamento de proteção individual; biossegurança; segurança e higiene no trabalho. 6. Legislação; legislação em saúde do trabalhador; programas e políticas públicas pertinentes; legislação aplicada à enfermagem e aos serviços de saúde.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado, Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde, Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. **Orientações técnicas para ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho** Secretaria da Saúde do Estado, Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde, Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Salvador: DIVAST, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Notificação de acidentes do trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. — Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: ANVISA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Anexo 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** Brasília: ANVISA, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador. Renast. Online. **Diretrizes de implantação da vigilância em saúde do trabalhador no SUS**, 2014. Disponível em: http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Diretrizes-de-implantacao-da-

<u>Vigilancia-em-Saude-do-Trabalhador-no-SUS.pdf</u> .Acesso 17 dez 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhadora.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 — Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 136 p.: il.

BRUNNER E SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médicocirúrgica**. Volumes 1 e 2. Janice L. Hinkle, Kerry H. Cheever; tradução Patrícia Lydie Voeux [et al.]. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

CARVALHO, Geraldo Mota de. **Enfermagem do trabalho**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 221 p. ISBN 9788527723640 (broch.).

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564 de dezembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen. Brasília: COFEN, 2007.

POTTER, P. A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013.

11. Técnico de Farmácia





1. Assistência Farmacêutica no SUS. 2. Farmácia magistral. 3. Manipulação de medicamentos injetáveis. 4. Política Nacional de Medicamentos. 5. Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

O farmacêutico na Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília, Conselho Federal de Farmácia, 2015, 298 p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf

Conselho Federal de Farmácia. Guia prático do farmacêutico magistral / Conselho Federal de Farmácia. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2017. 16 p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/guia%20pr%C3%A1tico%20do%20farmac%C3%AAutico%20magistral_08de z2017_WEB.pdf

MARIN, Nelly; LUZIA, Vera Lucia; OSÓRIO DE CASTRO, Claudia G. Serpa e MACHADO DOS SANTOS, Silvio (organizadores). Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/ OMS, 2003. Disponível em: http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=742-assistencia-farmaceutica-para-gerentes-municipais-2&category_slug=assistencia-farmaceutica-958&Itemid=965

Conselho Federal de Farmácia. RESOLUÇÃO № 467 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007 Ementa: Define, regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos. http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/467.pdf

Resolução RDC nº 87, de 21 de novembro de 2008. Altera o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias.

Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

BRASIL. Resolução № 338, de 06 de maio de 2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. DOU 06 de maio de 2004.

12. Técnico de Serviço Saúde - Analise Clínica

1. Bioquímica para Análises Clínicas: Técnicas de preparo e dosagens bioquímicas. Semi automação e Automação em Bioquímica. Variações nos resultados dos exames bioquímicos. Patologias bioquímicas correlacionadas. Fatores de interferência nos resultados dos exames bioquímicos. 2. Parasitologia: Ciclos evolutivos, reservatórios e ecologia parasitária. Técnicas de coleta, preparo e pesquisa de exames parasitológicos. Preparação de reativos e soluções para pesquisa parasitológica. Patologias parasitológicas correlacionadas. Fatores de interferência nos resultados dos exames parasitológicos. 3. Biossegurança: Dispositivos de controle de perigos e riscos de segurança nos ambientes de trabalho, controle de infecções nas atividades de laboratório, Leis naturais que regem o trabalho humano. 4. Microbiologia e Imunologia: Estrutura e reprodução dos fungos, bactérias e vírus. Noções de imunologia. Métodos gerais de estudo das bactérias, fungos e vírus. Técnicas de dosagens e diagnósticos imunológicos e hormonais. Patologias imunológicas correlacionadas. Fatores de interferência nos resultados dos exames microbiológicos e imunológicos. Meios de Cultura. Técnicas de Inoculação. Métodos de Coloração. Técnicas de isolamento e identificação de bactérias e fungos. Diagnóstico bacteriológico e micológico. Patologias microbiológicas correlacionadas. 5. Técnicas de Triagem e de Coleta e primeiros socorros: Técnicas pré-coleta, de coleta e pós-coleta dos materiais biológicos para análises clínicas. Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida. Atendimento de urgência e emergência em traumas, ferimentos, queimaduras, afogamento, choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo. 6. Urinálise: Sistema urinário. Técnicas de preparo, conservação e pesquisa da urina. Patologias correlacionadas. Fatores de interferência nos resultados dos exames urinários. 7. Hematologia: Sistema sanguíneo: composição e formação. Preparo e dosagens hematológicas. Técnicas básicas e automação em hematologia. Coloração hematológica. Patologias hematológicas correlacionadas. Fatores de interferência nos resultados dos exames hematológicos. 8. Controle de Qualidade: Tendências de Mercado. Qualidade do serviço. Controle de qualidade interno e externo. Tipos de Certificação, Normas e Legislação Pertinentes.

ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; POBER, J.S. Imunologia Celular e Molecular 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter LTDA, 2005.

Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. MASTROENI, M. F. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

BAIN, Barbara Células sanguíneas - um guia prático. 5. ed. SP: Artes Médicas, 2016.

BURTIS, C.A. ASHWOOD, E.R. TIETZ- Fundamentos de Química Clínica. 7.edição. Elsevier. 2016

Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde. Fiocruz. Disponível em:





http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livropoli.pdf

Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes. Sandra L. M. Ávila; A. Walter Ferreira, 2013;

GARCIA, M.A.T. et al. Bioquímica clínica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2014

Lopes, H. J. J. Garantia e Controle de qualidade no Laboratório Clínico. Gold Analisa. Belo Horizonte, 2003.

Manual para Acreditação do Sistema de Gestão da Qualidade de Laboratórios Clínicos. 6ª Edição Janeiro de 2013. Sistema Nacional de Acreditação. Disponível em: http://acreditacao.org.br/wp-content/themes/dicq/pdfs/manual_dicq.pdf

MARKS, C. S.; ALLAN D.; LIEBERMAN, M. Bioquímica médica básica de Marques: Uma Abordagem Clínica, 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

Murray, P. R.; Rosenthal, K.S;Kobayashi, G.S.; Pfaller, M.A.Microbiologia Médica. Editora Guanabara Koogan. 4ª edição, 2014.

NEVES, DP & Colaboradores. Parasitologia Humana. 12a ed, Livraria Atheneu, Rio de Janeiro, 2012.

Richard A. McPherson, Matthew R. Pincus (eds,) Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry. 21ed. Editora Manole, 2012.

Silva, Paulo Henrique da - Alves, Hemerson Bertassoni - Comar, Samuel Ricardo - Henneberg, Railson - Merlin, Júlio Cezar - Stinghen, Sérvio Túlio Hematologia Laboratorial - Teoria e Procedimentos, 1 ed. Editora Artmed, 2015.

STRASINGER, S.K.; Di Lorenzo, M.S. Uroanálise e fluídos biológicos. 5ªed. São Paulo: Livraria Médica Paulista Editora, 2009.

13. Técnico de Serviço Saúde - Enfermagem

1. Noções de fisiologia e anatomia, sinais e sintomas. 2. Procedimentos de enfermagem; aferição e controle de sintais vitais; administração de medicamentos, de sangue e plasma; monitorização e aplicação de respiradores artificiais; cuidados de conforto; posicionamento e movimentação; auxílio na alimentação e higiene pessoal; aplicação de diálise, cateterismo, instilações, lavagens de estômago; curativos; vacinas; coleta de material para exames; primeiros socorros; retirada de pontos, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro. 3. Ações em educação, saúde e enfermagem; educação em saúde e orientação à população; programas educativos; entrevista de admissão e visitas diárias; auxílio na adaptação ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos; auxílio em pequenas cirurgias e instrumentalização cirúrgica; campanhas de vacinação; prevenção e controle de doenças transmissíveis, vigilância sanitária e prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar; coleta e análise de dados sociossanitários; visitas domiciliares; segurança do paciente. 4. Informação em saúde; sistemas de informação em saúde; preenchimento de planilhas e formulários. 5. Materiais e equipamento; limpeza e desinfecção de materiais e equipamentos; esterilização em autoclave e estufa; requisição de materiais; preparação de ambientes e equipamentos para realização de exames e intervenções cirúrgicas; controle do consumo de materiais e medicamentos, controle de estoque e ressuprimentos; acompanhar limpeza e desinfecção de ambientes; uso de equipamento de proteção individual. 6. Legislação, programas e políticas públicas pertinentes; legislação aplicada à enfermagem.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: ANVISA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Volume 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Anexo 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** Brasília: ANVISA, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília: 2017.

BRASIL. Vacinação: quais são as vacinas, para que servem, por que vacinar, mitos. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRUNNER E SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médicocirúrgica**. Volumes 1 e 2. Janice L. Hinkle, Kerry H. Cheever; Tradução Patrícia Lydie Voeux [et al.]. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.





CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564 de dezembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen. Brasília: COFEN, 2007

POTTER, P. A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013.

SOUZA, Emyle Brito de; COUTINHO, Itágores Hoffman I Lopes Sousa. **Manual básico de metodização cirúrgica**. Palmas, TO: UFT, 2014. 143 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UNA-SUS/UFMA. **Gestão pública em saúde**: sistemas de informação de apoio à gestão em saúde. São Luís, 2016.

14. Técnico em Serviços Saúde - Radiologia

1 - Física das Radiações: Fundamentos de física aplicada à Radiologia; fatores geométricos e qualidade de imagem; produção de raios X; interação da radiação com a matéria; Lei do inverso do quadrado da distância. 2 -Proteção Radiológica: Princípios básicos de proteção radiológica. Grandezas dosimétricas e unidades em proteção radiológica. Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Princípios básicos de proteção radiológica. Portaria 453 da Vigilância Sanitária, 1998. Gerenciamento de resíduos radioativos. 3 -Equipamentos e Processamentos de Filmes em Radiologia: Processamento digital de imagens: ajustes para a qualidade das imagens; Processamento químico de filmes; Composição de filmes e écrans: relação entre ambos; funções dos écrans; Métodos de processamento químico de películas radiográficas por meios automáticos e manuais; Rotinas de limpeza e conservação dos sistemas de processamento químico de filmes; Critérios de avaliação da qualidade das imagens; Procedimentos técnicos em câmara escura e câmara clara. 4 -Incidências radiográficas: Técnicas de posicionamento para as principais modalidades de imagem. Rotinas para a realização de exames radiográficos de membros superiores, inferiores, de tórax e abdome, da coluna vertebral, do crânio e face. Radiologia em emergência e trauma. Incidências Radiográficas Especiais: técnicas de posicionamento radiográfico avançados. Incidências de crânio; Incidências de coluna. 6 - Exames Contrastados: Introdução às técnicas de meios de contraste e noções básicas dos exames contrastados: Urografia excretora; Seriografia do esôfago, estômago e duodeno; Clister opaco; Cavernosgrafia; Mielografia; Sialografia; Histerossalpingografia; Flebografia; Angiografias em geral; Coronariografia; Aortografia. 7 -Mamografia; Tomografia Computadorizada; Ressonância Magnética; Radioterapia: Conhecimento das técnicas de mamografia e avaliação anatômica. Tomografia Computadorizada: Princípios básicos; Formação de imagem; Detectores; Filtros; Artefatos; Técnicas Tomográficas e Protocolos; Contraste. Ressonância Magnética: Formação dada imagem; Técnicas e protocolos de exames; Segurança. Radioterapia: Introdução aos conceitos fundamentais em radioterapia: braquiterapia, teleterapia e radiocirurgia. Aspectos de oncologia, física das radiações aplicada à radioterapia, equipamentos radioterápicos. Técnicas, posicionamento em radioterapia.

TAUHATA, L.; SALATI, I.; PRINZIO, R.; PRINZIO, A. Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos. 10ª revisão. Rio de Janeiro: CNEN, 2014. Disponível em: http://www.cnen.gov.br/images/CIN/PDFs/Tahuata Fundamentos.pdf> Acesso em 09 set. 2019. BONTRAGER, K. L. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 8ª Ed: Elsevier, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Curso para técnicos em Radioterapia. INCA, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/pqrt/download/tec int/PQRT man tec rdtrp.pdf>. Acesso em 09 set. 2019. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 453, de 1 de junho de 1998. Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico. Diário Oficial da União, Brasília, 2 jun. 1998. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_453.pdf. Acesso em 09 set. 2019. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Curso de atualização em mamografia para técnicos e tecnólogos em radiologia. Brasília, Disponível http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/curso_atualizacao_mamografia_tecnicos_radiologia.pdf> Acesso em 09 set. 2019.

BUSHONG, Stewart Carlyle. Ciência Radiológica para Tecnólogos: Física, Biologia e Proteção. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CAMPOS, A. P.; CAMARGO, R. **Ultrassonografia, mamografia e densitometria óssea.** 1ª Edição. Editora Saraiva, 2015

FANTON, ROBSON. Ressonância magnética: princípio físico e aplicação. 1ª edição. São Paulo: 2007. MOURÃO, A. P. Tomografia Computadorizada - Técnicas e Aplicações. 1ª edição. Difusão, 2015.

NÍVEL SUPERIOR

Cargos: Advogado; Analista em Gestão Municipal; Analista em Gestão Municipal - Contador; Arquiteto; Assistente Social; Engenheiro Ambiental; Engenheiro Civil; Engenheiro de Segurança do Trabalho; Engenheiro





Eletricista; Engenheiro Sanitarista; Fiscal de Tributos; Nutricionista; Pedagogo; Professor I; Professor II - Artes; Professor II – Ciências; Professor II – Educação Física; Professor II - Educação Religiosa; Professor II – Geografia; Professor II – História; Professor II - Inglês; Professor II – Língua Portuguesa; Professor II – Matemática; Psicólogo.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. 2. Tipologia textual e gêneros de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos. 3. Texto e textualidade: coesão, coerência e outros fatores de textualidade. 4. Semântica e Estilística: denotação e conotação; sinonímia; antonímia; homonímia; polissemia. Figuras de linguagem: metáfora, comparação, metonímia, pleonasmo, elipse, paradoxo, antítese, personificação, ironia, eufemismo, onomatopeia, paranomásia ou trocadilho. Funções da linguagem. 5. Fonética e Fonologia: ortografia oficial, acentuação gráfica, crase. 6. Morfossintaxe: classes de palavras; funções sintáticas dos termos em períodos simples e compostos. Sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação; mecanismos de sequenciação; relações discursivo-argumentativas; relações lógico-semânticas; sintaxe de concordância, de regência e de colocação pronominal aplicadas ao texto. 7. Sinais de pontuação como fatores de coesão. 8. Conhecimento gramatical de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009

BECHARA, Evanildo. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática de Silveira Bueno.** São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva:** texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; CLETO, Ciley. **Interpretação de textos**: construindo competências e habilidades em leitura. 3 ed. São Paulo: Atual, 2016.

CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 1997.

GARCIA, Othon. M. **Comunicação, em prosa moderna:** aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GEIGER, Paulo; SILVA, Renata de Cássia Menezes da. A nova ortografia sem mistério. Rio de Janeiro: Lexicon, 2009

KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1992.

____. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

INFORMÁTICA

1. Sistema Operacional Windows 10 e seus aplicativos; 2. Editores de texto: Microsoft Word 2016, LibreOffice Writer 6.2.8 e Documentos Google (editor de texto online do Google); 3. Editores de planilha: Microsoft Excel 2016, LibreOffice 6.2.8 Calc e Planilhas Google (editor de planilhas online do Google); 4. Internet: navegação web, pesquisa na web com ferramentas do Google; utilização e configuração dos navegadores Microsoft Edge e Google Chrome; armazenamento de dados em nuvem com Google Drive. 5. Segurança da informação: conceitos; códigos maliciosos; golpes e ataques na Internet; spam; riscos: cookies, janelas pop-up e plug-ins; mecanismos e procedimentos de segurança; uso seguro da internet; segurança de computadores, redes e dispositivos móveis. 6. Componentes do computador e periféricos.

Ajuda online do Google https://support.google.com/?hl=pt-BR

Ajuda online da Microsoft https://support.microsoft.com/pt-br

Ajuda online do LibreOffice https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/

Cartilha de segurança para internet http://cartilha.cert.br/

FRYE C. D. Microsoft Excel 2016 - Passo a Passo. Bookman; Edição: 1. 2016.

ISSA, Najet M. K. Iskandar. Word 2016. Ed. Senac São Paulo. 2018.

LAMBERT J. Lambert S. Windows 10 Passo a Passo. Bookman. 2016.

LAMBERT J., COX J. Microsoft Word 2013 - Passo a Passo. Bookman. Edição: 1. 2014.





MACEDO, R. T.; PELLOSO, M.; PREUSS, E.; PARREIRA F. Laboratório de montagem e manutenção de computadores – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

NOVO, Jorge Procópio da Costa. **Softwares de segurança da informação**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 116 p.

RATHBONE, Andy. Windows 10 para Leigos. Alta Books. 2016.

TORRES, Gabriel. Montagem de Micros. 3ª. Edição. Editora Clube do Hardware. 2019.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Fundamentos da Administração Pública: histórico, conceitos, princípios, diferenças em relação à administração privada 2. Modelos de Administração Pública. 3. Planejamento Estratégico: concepção estratégica; diagnóstico estratégico interno e externo; construção de cenários; formulação estratégica; implementação estratégica 3. Políticas Públicas: conceito e análises. 4. Serviço de excelência e atendimento ao cliente em serviços públicos. 5. Finanças Públicas: despesas públicas, dívida pública, contabilidade e orçamento público, responsabilidade fiscal, licitação e contratos administrativos (Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002). 6. Gestão de Pessoas: definições, funções e subsistemas 7. Gestão de Projetos: conceitos básicos, integração, escopo, qualidade, tempo, recursos. 8. Gestão Patrimonial: administração de materiais, patrimônio e logística.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, com alterações resultantes da Lei 8.883, de 08 de junho de 1994 e da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 de jun 1993.

BRASIL. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de jul 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico:** fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15 eds. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública:** Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5ed ver e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e prática. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 343 p.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. 2 eds. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos da Administração Pública Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

15. Advogado

1. Direito Constitucional: Conceito e classificação das constituições. Teoria da constituição. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Poder constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Supremacia da Constituição. Normas constitucionais: hermenêutica e filosofia constitucional. Interpretação da Constituição. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Constituição Federal de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais. Organização do Estado. Da Organização dos Poderes, Legislativo, Executivo, Judiciário e Funções essenciais à justiça. Da tributação e orçamento, Sistema Tributário Nacional e Finanças Públicas. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social. Das Disposições Gerais e Transitória. O debate contemporâneo sobre a democracia. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. 2. Direito Administrativo: Administração Pública e função administrativa. Regime Jurídico Administrativo, Princípios e Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Contrato Administrativo. Licitações Públicas. Lei 8666/93 e suas alterações, Lei 10520/2002 e suas alterações, Lei 12416/2011 e suas alterações. Serviços Públicos. Concessão e Permissão. Administração Direta e Indireta. Público não-estatal. ONG. Terceiro Setor. Serviços Sociais Autônomos, Entidades de Apoio. Lei 9637/98 e suas alterações. Lei 9790/99 e suas alterações. Lei 13019/2014 e suas alterações. Agentes Públicos e Servidores Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Responsabilidade Civil do Estado. Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública. Lei 13140/2015. Controle da Administração Pública, Mandado de Segurança (Lei 12016/2009 e suas alterações), Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016 e suas alterações), Habeas Data (Lei





9507/9 e suas alterações), Ação Popular (Lei 4717/65 e suas alterações), Ação Civil Pública (Lei 7347/85 e suas alterações), Improbidade Administrativa (Lei 8429/92 e suas alterações). Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. A legislação deve englobar posteriores alterações. 3. Direito Civil: Direito Civil e Constituição. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657 / 1942 e suas alterações). Código Civil Brasileiro (Lei n º 10.406 / 2002 e suas alterações). Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Bens. Fatos, Atos e Negócios jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos Reais. Casamento, União Estável e Monoparentalidade. Dissolução do Casamento e da União Estável. Parentesco. Poder Familiar. Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. Alimentos. Sucessão legítima. Sucessão testamentária e disposições de última vontade. Leis Civis Especiais. Registros públicos (Lei nº 6.015 / 1973 e suas alterações). Locação (Lei nº 8.245 /1991 e suas alterações). Locação (Lei nº 8.245 /1991 e suas alterações). Súmulas do Superior Tribunal de Justica e do Supremo Tribunal Federal. A legislação deve englobar posteriores alterações. 4. Processo Civil. Código de Processo Civil (Lei 13015/2015 e posteriores alterações). Teoria geral do processo. Normas processuais civis. Teoria dos fatos jurídicos processuais. Função jurisdicional. Cooperação internacional e nacional. Teoria e direito da ação. Pressupostos processuais. Competência. Sujeitos do processo. Deveres e responsabilidade por dano processual. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade de justiça. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenções anômalas. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Funções Essenciais à Justiça. Atos processuais. Processo eletrônico. Negócios Processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicações. Citação. Cartas. Intimações. Nulidades. Preclusão. Cognição. Tutela Provisória. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. Formação, suspensão do processo e extinção do processo. Alienação da coisa ou do direito litigioso. Modelos de organização processual. Processo e procedimento. Procedimento comum e especiais. Petição inicial. Requisitos. Pedido. Valor da causa. Improcedência liminar. Ampliação, redução e alteração da demanda. Audiência de conciliação ou de mediação. Teoria da exceção. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Fatos supervenientes. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial. Saneamento e organização do processo. Provas. Teoria geral do direito probatório. Provas em espécie. Decisão judicial. Precedentes judiciais. Coisa julgada. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie. Ações de competência originária dos Tribunais. Ação rescisória. Ação de nulidade/inexistência da sentença. Reclamação. Incidentes de competência originária dos Tribunais. Julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de suspensão de eficácia de decisão judicial. Execução. Teoria geral da execução. Tutela jurisdicional executiva. Demanda executiva. Liquidação. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes na execução. Diversas espécies de execução. Defesas na execução. Penhora, depósito e avaliação. Expropriação e satisfação. Suspensão e extinção da execução. Procedimentos especiais. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Juizados Especiais, Cíveis, Federais e da Fazenda Pública. Ação de Alimentos. Ação de separação e de divórcio. Registros Públicos. Ações de usucapião especial. Processo coletivo. Microssistema processual coletivo. Decisão estrutural. Coisa julgada. Liquidação e execução 5. Direito do Trabalho e Previdenciário: Direitos Sociais: Fundamentos Constitucionais do Direito do Trabalho e Previdenciário O trabalho e a previdência na Constituição de 1988. Consolidação da legislação trabalhista – CLT e posteriores alterações (Decreto 5452/43). Relação de trabalho e relação de emprego. Os elementos da relação de emprego. Elementos jurídicos formais do contrato de trabalho. Alterações no contrato de trabalho. Duração do trabalho e intervalos para descanso. Acidente de trabalho. Remuneração e salário. Aviso Prévio. Extinção do contrato de trabalho. Terceirização trabalhista. Regime Geral de Previdência Social: Parte Geral Inscrição e filiação à Previdência Social Pública. Carência. Salários de Contribuição. Salário de Benefício. Renda Mensal Inicial. Fator Previdenciário. Beneficiários do sistema previdenciário. 6. Direito Tributário: Atividade Tributária do Estado. Teoria Geral do Tributo e da Norma Tributária. Espécies tributárias. Direito tributário: fontes e normas complementares. Conceito, vigência, interpretação, integração e aplicação da legislação tributária. Sistema Tributário Constitucional Brasileiro. Repartição da Competência Tributária. Limitações Constitucionais ao poder de tributar e relação com Direitos e Garantias Fundamentais do Contribuinte. Princípios constitucionais e imunidades tributárias. Elementos do tributo. Impostos: definição, estrutura, apuração e repartição das receitas tributárias.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019





CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33 eds., São Paulo: Atlas, 2019.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 15ª. São Paulo: Método, 2018.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 18ª ed., São Paulo: Ltr. 2019.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil - V 1. 21ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

DIDIER JR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de Direito Processual Civil - V 2.** 14ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

DIDIER JR, Fredie e CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil - V 3.** 16ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

DIDIER JR, Fredie e ZANETI JR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil - V 4.** 14ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

DIDIER JR, Fredie. CUNHA, Leonardo Carneiro da, BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil - V 5.** 14ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 11ª ed., Salvador; JusPODIVM, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 13ª ed., São Paulo; Saraiva, 2018.

NERY JUNIOR, Nelson e ROSA, Maria de A. Nery. **Código Civil Comentado.** 13ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2109.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil – volume único. 9ª ed., São Paulo: Método, 2018.

16. Analista em Gestão Municipal

1. Administração Pública Geral: formas de organização, controle e funcionamento; princípios administrativos; poderes, deveres, hierarquia e disciplina; atos, processos e contratos administrativos; serviços públicos; agentes e servidores públicos; regime jurídico, constitucional e organização funcional; legislações pertinentes. 2. Matemática Financeira: capitalização simples e composta: capital inicial, montante, juros, tempo e taxa de juros nominal e efetiva; sistemas uniformes: renda antecipada, imediata e diferida; sistema de amortização: prestações constantes e amortização constante. 3. Estatística: amostragem e distribuições amostrais; estatística descritiva; tipos de dados; proporções e porcentagens; taxas e números índices. 4. Contabilidade e Orçamento Público: noções, normas gerais e princípios; legislações pertinentes; plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual; processo orçamentário; planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro; receitas, despesas e gastos públicos; política fiscal e financiamento dos gastos públicos; licitações, contratos, convênios e parcerias; inventários. 5. Auditoria e Controle Interno: conceitos de auditoria; formas e tipos de auditoria; auditoria nas organizações; normas técnicas e profissionais; planejamento de auditoria; programa de auditoria; estrutura e controle da administração pública: controle interno e externo; sistema de controle interno; técnicas de controle interno; auditoria no sistema de controles internos; amostragem de auditoria; risco de auditoria; relevância de auditoria; procedimentos e técnicas de auditoria; achados e evidências de auditoria; papéis de trabalho; auditoria de demonstrações contábeis públicas; relatório de auditoria; certificado de auditoria. 6. Legislação Tributária: introdução ao direito tributário; fontes do direito tributário; tributo e sua classificação; sistema tributário nacional: princípios gerais; código tributário do munícipio de Timóteo.

ATTIE, W. Auditoria conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público**: uma abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar no 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências se demais alterações.

BRASIL. **Lei no 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e demais alterações.

BRASIL. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências e demais alterações.

BRASIL. **Lei no 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências e demais alterações.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, D. P. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.





CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

COELHO, S. C. N. Curso de direito tributário brasileiro. 15. ed. São Paulo: Forense, 2016.

CONSELHO Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP 16.1 a 16.10.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade.

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. Teoria da administração pública. Rio de Janeiro: Cengage, 2016.

DUARTE, F. L. Direito tributário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GIACOMONI, J. Orçamento público: ampliada, revista e atualizada. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R.; PEREZ JUNIOR, J. H.; GOMES, M. B. **Manual de contabilidade tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, J. M. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2014.

PISCITELLI, R. B.; TIMBO, M. Z. F. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SMAILES, J; MCGRANE, A. Estatística aplicada a administração com excel. São Paulo: Atlas, 2002.

STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TIMÓTEO. **Lei no 1.835**, de 29 de dezembro de 1997. Institui normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município de Timóteo.

TORRES, M. D. de F. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VERAS, L. L. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

17. Analista em Gestão Municipal - Contador

1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público; conceitos e objetivos; regimes contábeis: aspecto orçamentário e aspecto patrimonial; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 2. Patrimônio Público; composição e variações do patrimônio público; ativo; passivo; variações patrimoniais qualitativas e quantitativas; resultado patrimonial. 3. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); sistemas contábeis; lançamentos, registros contábeis, transações no setor público; procedimentos contábeis orçamentários, patrimoniais e específicos. 4. Elaboração, consolidação e análise das demonstrações contábeis no Setor Público. 5. Planejamento Público; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário: Elaboração, Aprovação, Execução; Controle e Avaliação. 6. Execução orçamentária e financeira: receitas e despesas públicas orçamentárias e extraorçamentárias, créditos adicionais, restos a pagar; Classificação e etapas das receitas e despesas públicas orçamentárias e extraorçamentárias. 7. Controle interno, externo e Prestações de Contas. 8. Constituição Federal: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária (artigos 70 ao 75), da tributação e o do orçamento (artigos 145 ao 169); Título. 9. Licitações e contratos públicos.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (e alterações posteriores).** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. **Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (e alterações posteriores).** Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e alterações posteriores).** Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e alterações posteriores). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 27 de julho de 2002 (e alterações posteriores). Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):** aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em 22/11/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG Estrutura Conceitual**. Resolução 1.374/11. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em:





https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/. Acesso em 22/11/2019. FEIJÓ, Paulo Henrique & RIBEIRO, Carlos Eduardo. **Entendo o plano de contas aplicado ao setor público**. Ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.

FURTADO, J. R. Caldas. Direito Financeiro. 4 ed. Ver. Ampl. e atualizada. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 15 ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do setor público. 2 ª. ed. São Paulo: Atlas. 2013.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

18. Arquiteto

1. Planejamento Urbano; conceitos, princípios e metodologias; diagnósticos urbanos e soluções de projeto; fundamentos de desenho urbano, mobilidade urbana e transportes; conceitos de habitação e acesso à moradia; transformações das cidades; cidades inteligentes e sustentáveis; migração urbana e crescimento das metrópoles e megalópoles; história do urbanismo e teorias contemporâneas; 2. História da Arquitetura; períodos históricos e seus respectivos estilos arquitetônicos; movimentos históricos; monumentos da antiguidade; fatos históricos; significado e teorias da arquitetura; 3. Arquitetura Digital; tecnologias digitais aplicadas à arquitetura; softwares de arquitetura; tecnologia BIM, design algorítmico e impressão 3D; novos métodos de projeto e técnicas de construção; relação entre projeto e canteiro de obras; 4. Arquitetura Sustentável; fundamentos de projeto de edificações sustentáveis; tecnologias de equipamentos para sustentabilidade; conceitos e teorias sustentabilidade ambiental, econômica e social; princípios de eficiência energética e conforto ambiental; 5. Sistemas Estruturais; concepção estrutural; conceitos de forças e comportamentos estruturais; materiais de estrutura, custos, vantagens e desvantagens dos sistemas estruturais; materiais e técnicas de construção 6. Arquitetura Contemporânea; conceitos e teorias da arquitetura contemporânea; evolução tecnológica; grandes obras e arquitetos da atualidade; 7. Legislações e Normas técnicas; legislações urbanísticas e normas arquitetônicas; plano diretor, uso e ocupação do solo; urbanismo; mobilidade e acessibilidade.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda forma. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRASIL. Lei nº 1.150, de 29 de abril de 1990. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Timóteo.

BRASIL. Lei nº 736, de 16 de dezembro de 1980, e suas alterações. Institui o Código de Edificações do Município de Timóteo e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 2.500**, de 5 de maio de 2004, e suas alterações. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Timóteo e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

FAZIO, Michael; MOFFET, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KEELER, Marian; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

REBELLO, Y. C. P. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Zigurate Editora, 2001.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. Desenho Urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

19. Assistente Social

1.Estado e política social no Brasil contemporâneo. 2. A trajetória da Assistência Social no Brasil: da Constituição de 1988 aos dias atuais. 3. A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva Sistema Único de Assistência Social. 3.1 Objetivos, princípios, diretrizes e conceitos fundamentais do Suas; 3.2. Tipificação dos serviços socioassistenciais. 3.3 Programas, projetos, benefícios da Política de Assistência Social.3.4 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 3.5 Os direitos dos usuários e controle Social no Suas; 3.5.1. Os direitos das crianças e adolescentes; 3.5.2 Os direitos das mulheres; 3.5.3. Os direitos das pessoas com deficiência; 3.5.4. Os direitos dos idosos. 4. Declaração Universal dos Direitos Humanos 5. SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 6. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 7. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil. 8. O Sistema Único





de Saúde 8.1 Princípios e Base Legal do SUS 9. A relação Serviço Social e família: diversidade e pluralidade dos arranjos familiares, pobreza, desigualdade, vulnerabilidade e riscos sociais e suas metodologias de intervenção 10. Normas e princípios fundamentais do direito de família 11. A lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller. Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: 6ª ed. Cortez, 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 1811 ago. 2017.

BRASIL, Lei Federal n. 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 3ª edição. Brasília, 15 dez. 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao _Cad_Unico.pdf Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** (versão atualizada). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 10.741 de 10 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Diário Oficial da União, Brasília, 08 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 18 n11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Diário Oficial da União, Brasília, 08 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/edicoes-2016/84-legislacao-basica-do-sus/155-legislacao-basica-do-sus

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.**Brasília, 2004. Disponível em: <a href="https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizm9jBpIDPAhVFk5AKHZRDBiQQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fcnas%2Fpolitica-e-nobs%2Fpnas-2004-e-nobsuas_08-08-

2011.pdf%2Fdownload&usg=AFQjCNESwYwalU1bHG6DCspqygqt1Nocig&sig2=8k0749qNf_2KFA-W16Gmag>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Brasília: CONANDA, 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93. 10ª ed. ver. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVINDO, K.; ALVES,S.; ALBUQUERQUE,S. **Olhares sobre o direito à assistência social** - Brasília, DF: Fiocruz Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/olhares_sobre_direito_assistencia_social.pdf Acesso em 24. nov. 2019.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. WAQUIM, Bruna, Barbieri. **Do Direito de família ao direito das famílias** A **repersonalização das relações familiares no Brasil**. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 52, n. 205, p. 71-86, jan.-mar. 2015. Disponível em:https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p71.pdf>. Acesso em 24. nov. 2019.

20. Engenheiro Ambiental

1. Legislação ambiental; 2. Gases de Efeito Estufa; 3. Mudanças climáticas; 4. Política Nacional de Resíduos





Sólidos; 5. Recuperação de áreas degradadas; 6. Política Nacional de Meio Ambiente; 7. Estudos de impactos ambientais (EIA); Relatório de impactos ambientais (RIMA); 8. Biodiversidade; 9. Serviços Ambientais; 10. Biodiversidade; 11. Licenciamento ambiental; 12. Desenvolvimento sustentável; 13. Política Nacional do Meio Ambiente; 14. Lei de Crimes ambientais

ACORDO DE PARIS. https://nacoesunidas.org/acordodeparis/

ALMEIDA, JOSIMAR RIBEIRO; NAGUENAUER, CRISTINA; MELLO, CLÁUDIA DOS SANTOS. Preservação Ambiental: Instrumentos Legais. Promovido por BR/PETRO

BIODIVERSIDADE; ECONOMIA DOS ECOSSISTEMAS E DA BIODIVERSIDADE; SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS. https://mma.gov.br/biodiversidade/economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade/serviços-ecossistêmicos.html

BIODIVERSIDADE. https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Procedimentos de Licenciamento Ambiental do Brasil / Maria Mônica Guedes de Moraes e Camila Costa de Amorim, autoras; Marco Aurélio Belmont e Pablo Ramosandrade Villanueva, Organizadores. – Brasília: MMA, 2016. p. 544. http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamento-

Ambiental-WEB.pdf

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Presidente da Comissão). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2º ed., Rio de Janeiro, (ca. 2000).

CECCONELLO, VANESSA MARINI. O estudo de impacto ambiental. Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 137-147, jul./dez. 2009.

CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS NOS BIOMAS DA AMÉRICA DO SUL: UM MODELO DE VEGETAÇÃO POTENCIAL INCLUINDO CICLO DE CARBONO. http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m17@80/2007/04.25.18.15/doc/publicacao.pdf

Deliberação Normativa 217/2017. http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558

Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya,

ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: SETOR DE MUDANÇA DE USO DA TERRA E FLORESTAS.

http://pemc.meioambiente.mg.gov.br/images/Estimativas_GEE_2005_2014_MG_FEAM_setor_LULUCF_GEMU C.pdf

LICENCIAMENTO AMBIENTAL. http://pnla.mma.gov.br/estudos-ambientais

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO: avaliação de instrumentos e procedimentos/Organizadores Diana Meirelles da Motta, Bolívar Pêgo – Rio de Janeiro: Ipea, 2013. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_licenciamento_ambiental.pdf

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS/ONU).

https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/

GUEDES, FÁTIMA BECKER; SEEHUSEN, SUSAN EDDA. Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios /; Organizadoras. — Brasília: MMA, 2011. 272 p.: il. Color. 29 cm. (Série Biodiversidade, 42).

https://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/psa_na_mata_atlantica_licoes_aprendidas_e_desafios_20 2.pdf

MANUAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004. https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa pnla/ arquivos/cart sebrae.pdf

MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

 $https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/climaticas2/cli$

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A ONU. https://nacoesunidas.org/acao/mudanca-climatica/

PLANO DIRETOR: COMO É FEITO E PARA QUE SERVE? https://www.politize.com.br/plano-diretor-como-e-feito/

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA – 2018. http://seeg.eco.br/





UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao

21. Engenheiro Civil

1 - Técnicas Construtivas e Materiais: 1.1 - Etapas construtivas de obras, serviços preliminares, locação, canteiro de obras, transportes horizontais e verticais. Características gerais, propriedade, ensaios, utilização, obtenção de materiais e técnicas construtivas de aglomerados, cal, gesso, cimento portland, agregados para argamassa e concretos, aço para concreto armado e alvenarias. Sistemas construtivos em concreto armado. Sistemas construtivos de fundações. 1.2 - Características gerais, propriedade, ensaios, utilização, obtenção de materiais e técnicas construtivas para fechamentos: alvenarias, divisórias leves, paredes em gesso acartonado, vidros e esquadrias. Sistemas de coberturas. 1.3 - Características gerais, propriedade, ensaios, utilização, obtenção de materiais e técnicas construtivas de materiais para acabamento interno e externo da edificação. Sistemas de pintura e impermeabilização. 1.4 - Processos de formação do solo. Caracterização, classificação e uso dos solos. Sondagens Geotécnicas. Tipos de fundações. Rebaixamento do lençol freático e escavações. Interpretação de carta geotécnica. 1.5 - Aspectos relativos a levantamentos topográficos: Métodos e Equipamentos. Interpretação de plantas topográficas. Cálculo de coordenadas retangulares. Cálculo de áreas e de volumes. Cálculo de declividades. Noções de projetos de traçados viários. Noções de terraplenagem. Desenhos em softwares do tipo CAD (Computer Aided Design). 1.6 - Aspectos econômicos da indústria da construção civil, em questões relativas à racionalização da construção: otimização de processos construtivos; redução de perdas; padronização, técnicas de construção industrializada. 1.7 - Aspectos gerais de construção e manutenção de vias urbanas e rurais: Terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação, tipos de revestimentos, operação tapa-buracos, restauração de pavimentos, equipamentos apropriados em cada processo de manutenção. 1.8 - Aspectos gerais de eletricidade: Circuitos elétricos, dispositivos de segurança, para-raios, fontes de tensão, elementos elétricos. 1.9 – Aspectos gerais de hidráulica e de um projeto hidráulico: Conhecer os materiais para as instalações de água fria, quente, esgoto, pluvial e de bombeamento hidráulico; compreender e interpretar os projetos envolvendo instalações de água fria, quente, esgoto, pluvial e de bombeamento hidráulico; conhecer os elementos de drenagem pluvial urbana. 1.10 - Prevenção e combate a incêndios: normas e legislações de prevenção e proteção contra; classificação das edificações e exigências para projeto; sistemas de prevenção e proteção contra incêndio e estudos dirigidos; exemplo de projeto de PPCI. 1.11 - Aspectos gerais de segurança no trabalho: Equipamentos de proteção individual (NR 6), Padrões de edificações (NR 8), Uso de máquinas e equipamentos (NR 12), Medidas de segurança na construção civil (NR 18), Trabalho em altura (NR 35). 2 - Sistemas estruturais: 2.1 - Tipos e características dos materiais utilizados em estruturas, classificação e identificação do comportamento e características dos sistemas estruturais e de seus elementos. Estudo dos elementos estruturais: Carregamentos em estruturas; Noções de física estática; Equilíbrio, vínculos e grau de estabilidade; Reações de apoio. Estudo de vigas e treliças isostáticas: Solicitações (cálculo dos esforços e diagramas); Análise da distribuição de esforços e do comportamento da estrutura. 2.2 - Fundamentos da resistência dos materiais e da distribuição de tensões para seções submetidas a solicitações simples. Conceitos básicos da Resistência dos Materiais. Dimensionamento e verificação de peças submetidas a: Esforço Normal; Flexão; Cisalhamento convencional; Torção. Esforços em vigas hiperestáticas. 2.3 - Conceitos básicos para o desenvolvimento de projetos estruturais em concreto armado. Determinação das cargas atuantes, dimensionamento e detalhamento de lajes, vigas, pilares, fundações, reservatórios e escadas em concreto armado. Normas técnicas correspondentes. 2.4 -Características da madeira como elemento estrutural. Determinação das cargas atuantes, prédimensionamento, dimensionamento, ligações em peças e detalhamento de estruturas de madeira e de madeira laminada-colada. Normas técnicas correspondentes. 3 - Administração, orçamento E programação de obras: 3.1 - Orçamentos de obras: levantamento de quantitativo de cada serviço executado para a obra específica, elaboração de planilhas de composição de custos para cada serviço, inclusive para os itens de instalações, levantamento dos custos indiretos, bem como os impostos e lucro baseados em acórdãos de órgãos como TCE e TCU. Calcular e aplicar o BDI. 3.2 - Características da produção na indústria da construção civil: Documentação, utilização e importância dos documentos relacionados com obras civis; Redação de memoriais descritivos; técnicas para planejamento e controle de obras; Métodos e técnicas para aperfeiçoamento e garantia de qualidade na construção civil. 3.3 - Elaborar laudo de avaliação de vistoria dos imóveis.

Associação Brasileira de Normas Técnicas:

NBR 12655. Concreto – preparo, controle e recebimento. ABNT, 1996.

NBR 6118. Projeto de estruturas de concreto – procedimento. ABNT, 2014.

NBR 6122. Projeto e execução de fundações. ABNT, 1996.

NBR 6123. Forças devidas ao vento em edificações. ABNT, 1998.





NBR 8681. Ações e segurança nas estruturas. ABNT, 2003.

NBR 7190. Projeto de estruturas de madeira. ABNT, 1997.

NBR 9070. Saídas de emergência em edifícios. ABNT, 2001.

NBR 12693. Sistemas de proteção por extintores de incêndio. ABNT, 1993.

NBR 5628. Componentes construtivos estruturais: Determinação da resistência ao fogo. ABNT, 2001.

Normas de segurança do trabalho:

Equipamentos de proteção individual (NR 6).

Segurança em edificações (NR 8).

Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos (NR 12).

Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção (NR 18).

Trabalho em altura (NR 35).

AMADO. I. Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Editora Rideel, 2013.

AZEREDO, H.A. O edifício e sua cobertura. São Paulo, Edgard Blücher, 1977.

BAUER, A. Falcão. Materiais de Construção. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2005.

BEER, F.P; JOHNSTON, E.R., Resistência dos Materiais, 3º Ed. Makron, 1995.

BORGES, A.C. et al. Prática das pequenas Construções. 8 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edgard Blücher Ltda. 2002, 323p.

BRENTANO, T. Instalações hidráulicas de combate a incêndio nas edificações. Editoração Própria, 2ª Edição, 2010.

COELHO, R.S. A. Orçamento de Obras Prediais. 2001, 206p.

GOLDMAN, P. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil. São Paulo: PINI, 1986.

HACHICH, Waldemar, et al. Fundações Teoria e Prática. São Paulo: PINI.

HELENE, P. R. L.; TENZIAN, P. Manual de Dosagem e Controle de Concreto. 1992. 349p.

LIMMER, C.V. Planejamento, Orçamento e Controle de Projetos e Obras. 1997. 225p.

MATTOS, A. D. Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplos. SP, Ed. PINI, 2006.

NERY N. Instalações Elétricas: Princípios e Aplicações. Editora Érica, 2018.

PEINADO, H.S. Segurança e Saúde do Trabalho na Indústria da Construção Civil. São Carlos: Editora Scienza, 2019.

PINTO, C.S. Curso Básico de Mecânica dos Solos em 16 aulas. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 355p.

SAVASSI, W. Introdução ao Método de elementos finitos em análise linear de estruturas, Editora EESC-USP, 1996.

SENÇO DE W. Manual de Técnicas de Pavimentação. Editora PINI, vol. 1 e 2, 2003.

SORIANO, H.L.; LIMA, S.S. Método de elementos finitos em análise de estruturas. São Paulo, EDUSP, 2003. 580p.

TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324 p. (Série Tekne).

TULER, M.; SARAIVA, S. TEIXEIRA, A. Manual de Práticas de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2017. 132p. (Série Tekne).

TULER, M.; WHA, C.K. Exercícios para AutoCAD: Roteiro de Atividades. Porto Alegre: Bookman, 2013p.

YAZIGI, W. A Técnica de Edificar. São Paulo: Pini Ltda. 1998. 628p.

Legislações atinentes à área de cargo:

Perímetro Urbano (#1.137/1989);

Parcelamento do Solo (#654/1977);

Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo (#2.500/2004);

Sistema Viário (#3.332/2013);

Código de Edificações (#736/1980);

Código de Posturas (#496/1974).

22. Engenheiro de Segurança do Trabalho

1. Legislação Aplicada: A legislação da segurança do trabalho no Brasil; Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 - Dispõe sobre a especialização de engenheiros e arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de técnico de segurança do trabalho, e dá outras providências; Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 - Regulamenta a lei nº 7.410/1985; Portaria n° 3.214, de junho de 1978 e suas atualizações - Normas Regulamentadoras (NR) 01 a 28 e 31 a 36; Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e suas atualizações - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. 2. Higiene do Trabalho: Riscos ambientais. Avaliação e controle de agentes ambientais. Insalubridade. Riscos químicos. Riscos físicos. Riscos biológicos. Gases. Vapores orgânicos e inorgânicos. Aerodispersóides. Poeiras. Radiações não ionizantes. Radiações ionizantes. Infrasom. Ultra-som. Pressões normais. Temperaturas





extremas. Ruído. Vibração. Iluminação. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA. Limites de tolerância e de exposição. Ventilação industrial. 3. Segurança do Trabalho: Legislação e normatização. Acidentes de trabalho. Conceito técnico e legal. Causas de acidentes do trabalho. Análise de acidentes. Custos dos acidentes. Cadastro de acidentes. Comunicação e registro de acidentes. Definições de atos e condições ambientes de insegurança. Investigação das causas de acidentes. Estatísticas de acidentes. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Inspeção de segurança. 4. Medicina do Trabalho: Medicina do Trabalho na empresa. Fisiologia humana. Toxicologia. Doenças profissionais. Agentes causadores de doenças - físicos, biológicos e químicos. Primeiros Socorros. PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. 5. Ergonomia: Princípios e aplicabilidade da Ergonomia. Influência na Ergonomia da iluminação, cores, clima. Espaços de trabalho. Sistemas de controle. Atividades musculares. Ergonomia e prevenção de acidentes. Segurança em processamento de dados. Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. 6. Prevenção e controle de Perdas: Conceitos gerais. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Planos e brigadas de emergência. Análise de riscos. Técnicas de análise. Programa de prevenção e controle de perdas em empresas. Elementos básicos para um programa de segurança. Inspeção de segurança. Sistema de registro de acidentes. Investigação de acidentes. Controle de identificação das causas de acidentes. Controle das causas de acidentes. Responsabilidade civil e criminal. Controle de perdas e perícias trabalhistas. 7. Prevenção e Controle de Riscos: Caldeiras e vasos de pressão. Movimentação de cargas. Instalações elétricas. Máquinas e ferramentas. Soldagem e corte. Trabalho em espaços confinados. Construção civil. Trabalhos em altura.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9.050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9.077 - Saída de Emergência em Edificações.

BRASIL. **Decreto nº 92.530**, de 9 de abril de 1986. Regulamenta a lei nº 7.410/1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 6.514**, de 22 de dezembro de 1977 e suas atualizações. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 7.410**, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de técnico de segurança do trabalho e dá outras providências.

SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 8. ed. São Paulo: LTr, 2018.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SST - Normatização. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-

normatizacao/sst-nr-portugues?view=default > Acesso em 26 nov. 2019.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas. 83. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Editora Senac, 2016.

23. Engenheiro Eletricista

1 - Circuitos Elétricos: circuitos em corrente contínua, circuitos em corrente alternada, técnicas de análise de circuitos, potência e energia em circuitos, análise transitória em circuitos, análise em regime senoidal, circuitos trifásicos equilibrados e desequilibrados. 2 - Instalações Elétricas: fornecimento de energia elétrica, simbologia e diagramas elétricos, luminotécnica, instalações elétricas prediais e industriais, dimensionamento de condutores elétricos e eletrodutos, proteção contra sobrecarga e curto-circuito em baixa tensão, motores elétricos, instalações para motores, partida de motores elétricos de indução, correção do fator de potência, curto-circuito nas instalações elétricas, coordenação e seletividade, tarifação de energia elétrica, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, tensões de passo e de toque, aterramento, dispositivos de proteção contra surtos – DPS, dispositivos de proteção contra a corrente residual – DR, Norma Regulamentadora Número 10 (NR10), instalações telefônicas em edifícios, harmônicos nas instalações elétricas, eficiência energética, materiais empregados em instalações elétricas. 3 – Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica: Estrutura do sistema elétrico de potência, arranjos de subestações, subestação abaixadora de consumidor, elementos de proteção, proteção digital, relés de proteção, proteção de sobrecorrente, proteção de barramentos, proteção de linhas, proteção de transformadores, proteção de geradores, proteção de motores elétricos, ondas viajantes e reflexões em linhas de transmissão, sobretensões de manobra e atmosférica, transitórios em bancos de capacitores em derivação. 4 - Equipamentos Elétricos: Estudos para especificação de equipamentos, chaves seccionadoras, para-raios, disjuntores de potência, transformadores de potência, transformadores de potencial, transformadores de corrente, reatores shunt, capacitores em





derivação e série. 5 - Fundamentos de Sistemas Elétricos de Potência: valores por unidade, componentes simétricas, transformadores monofásicos, transformadores trifásicos, linhas de transmissão, modelos matriciais de rede, curto-circuito, estabilidade.

BOYLESTAD, R. L. **Análise de Circuitos**. 12ª Edição. Pearson, 2012.

CREDER, H. Instalações Elétricas. 16ª Edição. LTC, 2016.

FRONTIN, S. O. Equipamentos de Alta tensão – Prospecção e Hierarquização de Inovações Tecnológicas. 2013.

KINDERMANN, G. Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. Vol. I. Edição do Autor. Florianópolis, 2005.

KINDERMANN, G. Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. Vol. II. Edição do Autor. Florianópolis, 2006.

KINDERMANN, G. Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. Vol. III. Edição do Autor. Florianópolis, 2008.

MAMEDE FILHO, João. Instalações Elétricas Industriais. 9ª Edição. LTC, 2017.

MAMEDE FILHO, João. Manual de Equipamentos Elétricos. 4ª edição. LTC, 2013.

MAMEDE FILHO, J; MAMEDE, D. R. Proteção de sistemas elétricos de potência. São Paulo: LTC, 2013.

NAHVI, M; EDMINISTER, J. A. Circuitos Elétricos. 5ª Edição Coleção Schaum. Bookman, 2014.

NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão — ABNT, 2004.

NBR 14039 - Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 kV a 36,2 kV - ABNT - 2005.

NBR 5419 – Proteção de Estruturas Contra Descargas Atmosféricas – ABNT, 2015.

NILSSON, J. W; RIEDEL S. A. Circuitos Elétricos. 10ª Edição. Pearson, 2015.

NISKIER, J; MACINTYRE, A. J. Instalações Elétricas. 6ª Edição. LTC, 2013.

NR10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, 2016.

PEREIRA, Clever. Redes Elétricas no Domínio da Frequência. 1ª Edição. Artliber, 2015.

Resolução Normativa Nº 414 da Agência Nacional de Energia Elétrica, 2010.

ROBBA, E. J. Introdução a Sistemas Elétricos de Potência. 2ª Edição. Editora Edgard Blucher, 2000.

UMANS, S. D. Máquinas Elétricas de Fitzgerald e Kingsley. 7ª Edição Mc Graw Hill, 2014.

ZANETTA JÚNIOR, L. C. **Fundamentos de Sistemas Elétricos de Potência**, 1ª Edição. Editora Livraria da Física. São Paulo, 2005.

ZANETTA JÚNIOR, L. C. Transitórios Eletromagnéticos em Sistemas de Potência. Edusp. São Paulo, 2003.

24. Engenheiro Sanitarista

1. Saneamento básico; conceito e diretrizes, Lei Federal Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), Planos de Saneamento. 2. Qualidade da água; classificação dos corpos d'água, padrões de enquadramento e de lançamento de efluentes, Resolução CONAMA n°357/2005 e alterações, Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG n°1/2008, padrões de potabilidade, Portaria MS de Consolidação nº 5/2017, doenças de veiculação hídrica e formas de prevenção. 3. Sistema de abastecimento de água para consumo humano; processos de projetos e de construção, captação, adução, técnicas de tratamento de água (coagulação/floculação, decantação, filtração granular, filtração por membranas, oxidação/desinfecção, fluoretação/desfluoretação, aeração), reservação, dimensionamento de sistemas. 4. Sistemas de esgotamento sanitário; processos de projetos e de construção, concepção e traçados de rede coletora, vazão de projeto, técnicas de tratamento de esgoto sanitário (nível preliminar, nível primário, nível secundário e nível terciário), dimensionamento de sistemas. 5. Orientações para obras de saneamento; gerenciamento técnico; termo de referência; projetos; instalações e materiais de construção para obras de saneamento. 6. Bombas e estações elevatórias; classificação de bombas, partes constitutivas de estações elevatórias, dimensionamento de conjuntos elevatórios. 7. Licenciamento Ambiental de obras de saneamento e Sistema de Gestão Ambiental (SGA); ABNT NBR ISO 14001:2015, auditorias de SGA.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à engenharia ambiental. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 318 p.

DAVIS, M. **Tratamento de águas para abastecimento e residuárias: princípios e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 824 p.

FUNASA. **Manual de saneamento**. 3º Ed. Brasília, FUNASA, 2015. Disponível em: http://www.funasa.gov.br Acesso em: 26 nov. 2019. 642 p.

LIBÂNIO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. 2ª ed. Campinas: Átomo, 2008. 444 p.

METCALF & EDDY. **Tratamento de efluentes e recuperação de recursos.** 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. 2008 p.

SANT'ANNA JR., G. **Tratamento biológico de efluentes: fundamentos e aplicações.** Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 424p.

TSUTIYA, P.; ALÉM, S. Coleta e transporte de esgoto sanitário. São Paulo: Epusp/PHD, 1999. 547 p.





VON SPERLING, M. Lodos ativados. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 461 p.

VON SPERLING, M. Princípios básicos do tratamento de esgoto. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 211 p.

Conjunto de normas técnicas e leis referentes aos temas indicados e suas alterações.

25. Fiscal de Tributos

1. Matemática Financeira: capitalização simples e composta: capital inicial, montante, juros, tempo e taxa de juros nominal e efetiva. Sistemas uniformes: renda antecipada, imediata e diferida. Sistema de amortização: prestações constantes e amortização constante. 2. Contabilidade Geral: a função da contabilidade; campo de aplicação e usuário da contabilidade; princípios fundamentais da contabilidade; estática e dinâmica patrimonial; fatos contábeis; procedimentos contábeis: contas; livros diário e razão; método das partidas dobradas, mecanismo do débito e crédito; lançamentos, balancete de verificação e apuração de resultado; regimes contábeis; estoques; demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstrativo do resultado do exercício, demonstrativo de fluxo de caixa, demonstrativo de origens e aplicações de recursos, demonstrativo de mutação do patrimônio líquido, demonstrativo de valor adicionado; plano de contas; estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil. 3. Contabilidade e Orçamento Público: noções, normas gerais e princípios; legislações pertinentes; plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual; processo orçamentário; planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro; receitas, despesas e gastos públicos; política fiscal e financiamento dos gastos públicos; licitações, contratos, convênios e parcerias; inventários. 4. Legislação Tributária: introdução ao direito tributário; fontes do direito tributário; tributo e sua classificação; sistema tributário nacional: princípios gerais. Aspectos contábeis e fiscais do IPI, ICMS e ISS. contribuições sociais; imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ); regimes de tributação; normas gerais de legislação tributária (da obrigação tributária, da responsabilidade tributária, do crédito tributário, da constituição do crédito tributário, da suspensão do crédito tributário, da extinção do crédito tributário, da exclusão do crédito tributário, das garantias e privilégios do crédito tributário, das infrações e penalidades, da administração tributária, da decisão em primeira instância, da decisão em segunda instância, dos recursos, da execução das decisões finais); código tributário do munícipio de Timóteo.

ANDRADE FILHO, E. O. Imposto de renda das empresas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público**: uma abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar no 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências se demais alterações.

BRASIL. **Lei no 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e demais alterações.

BRASIL. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências e demais alterações.

BRASIL. **Lei no 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências e demais alterações.

CASTRO, D. P. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G. Contabilidade tributária na prática. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2015.

CHIEREGATO, R.; OLIVEIRA, L. M. de; SOUZA, A. F. de; ARIEDE, M. S. N. Controle tributário para administradores e contadores. São Paulo: Atlas, 2016.

CONSELHO Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP 16.1 a 16.10.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade.

COELHO, S. C. N. Curso de direito tributário brasileiro. 15. ed. São Paulo: Forense, 2016.

DUARTE, F. L. Direito tributário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

EQUIPE DE PROFESSORES FEA/USP. Contabilidade introdutória: livro-texto. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 15. ed. São Paulo: Atlas. 2015.

GIACOMONI, J. Orçamento público: ampliada, revista e atualizada. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HIGUCHI, H. Imposto de renda das empresas: interpretações e práticas. 39. ed. São Paulo: IR Publicações, 2014.

IUDÍCIBUS, S. de. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2013.





MACHADO SEGUNDO, H. B. Código tributário nacional. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R.; PEREZ JUNIOR, J. H.; GOMES, M. B. Manual de contabilidade tributária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PISCITELLI, R. B.; TIMBO, M. Z. F. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A.; ALENCAR, R. C. de. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas. 2010.

SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, P. **Contabilidade avançada**: aspectos societários e tributários. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TIMÓTEO. **Lei no 1.835**, de 29 de dezembro de 1997. Institui normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município de Timóteo.

TIMÓTEO. **Lei no 3.587**, de 30 de setembro de 2017. Atualiza, no âmbito do Município de Timóteo, a legislação do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN e dá outras providências.

VERAS, L. L. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

26. Nutricionista

1. Técnica dietética; grupos de alimentos: seleção, recebimento, armazenamento, métodos de pré-preparo e preparo; fatores físicos, químicos, biológicos que modificam os alimentos; características sensoriais dos 93 alimentos; indicadores; fator de correção, fator de cocção, densidade, custo e valor nutricional; rotulagem nutricional. 2. Planejamento de cardápios para coletividades sadias, enfermas, lactente, pré-escolar, adolescente, idoso; gestante, manual de alimentação da criança de 0 a 2 anos; programa nacional de merenda escolar; programa de alimentação do trabalhador. 3. Avaliação nutricional: bioquímica, antropométrica, clínica, alimentar nos diferentes ciclos de vida; recomendação, cálculos das necessidades nutricionais e estudo de dietas adequadas a cada ciclo de vida. 4. Nutrição clínica: fisiopatologia e prescrição dietoterápica nas doenças endócrino-metabólicas, doenças funcionais relacionadas ao trato gastrintestinal e glândulas anexas, anemias nutricionais e doenças neurológicas, doenças cardiovasculares, renais, pulmonares, reumáticas, queimaduras, sepse, câncer e síndrome da imunodeficiência adquirida; terapia nutricional enteral e parenteral; dietas hospitalares modificadas pela consistência e composição química. 5. Unidades de Alimentação e Nutrição: planejamento físico e funcional; gestão de recursos humanos; gestão de compras, gestão de custos, saúde e segurança no trabalho; ergonomia; garantia de qualidade na produção de refeições; microrganismos patogênicos de importância em alimentos; investigação epidemiológica de surtos de doenças de origem alimentar; boas práticas de fabricação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; análise de perigos e pontos críticos de controle; legislação aplicadas a vigilância sanitária dos alimentos. 6. Saúde coletiva: processo saúde-doença; modelos assistenciais; políticas públicas de saúde no Brasil; sistema único de saúde; atenção primária à saúde; epidemiologia dos problemas nutricionais brasileiros; política nacional de alimentação e nutrição; situação alimentar e nutricional no Brasil e segurança alimentar; educação nutricional. 7. Educação em saúde: fundamentos, enfoques, educação popular e saúde, elaboração de material educativo, trabalho educativo em grupos.

BRASIL. Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2009 BRASIL.

RESOLUÇÃO CD/FNDE № 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasilieraMiolo-PDF-Internet.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84 p. Disponível em:





http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2019, 265 p.

BRASIL. Portaria Interministerial №. 66, De 25 de Agosto de 2006. Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf

CUPPARI, L. Guia de Nutrição: Nutrição Clínica no Adulto. 2ª ed , São Paulo: Manole. 2005. DIETZ-

DOMENE, S. M. A. Técnica Dietética: Teoria e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Alimentos, Nutrição & Dietoterapia. 12ª ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINHEIRO-SANT'ANA, H. M. Planejamento físico-funcional de unidades de alimentação e nutrição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.

27. Pedagogo

1. Pedagogo e a assessoria técnico-pedagógica. 1.1 Atuação na equipe de coordenação do trabalho administrativo-pedagógico da escola. 1.2 Elaboração, adequação, desenvolvimento e acompanhamento de projetos curriculares. 1.3 Referenciais na organização do currículo: Lei 9394/96 (LDB), BNCC, Projeto Político Pedagógico. 2. Planejamento: níveis, objetivos, métodos, procedimentos e materiais didático-pedagógicos na perspectiva do ensino e aprendizagem ativos. 3. Avaliação da escola e da aprendizagem. 3.1 Avaliação sistêmica. 3.2 Modalidades, funções e tipos de avaliação. 3.3. Conselhos de classe. 4. Atendimento ao aluno. 4.1 Identificação de dificuldades, orientação, acompanhamento e encaminhamento. 5. Assistência didático-pedagógica aos professores e o plano de trabalho do pedagogo. 6. Trabalhos do campo técnico-científico da educação como apoio à área de atuação do pedagogo. 6.1 Atualização e capacitação dos profissionais da escola. 7. Integração escola-família-comunidade: objetivos, reuniões, encontros, debates, eventos.

BANDEIRA, Denise. Material didático: criação, mediação e ação educativa. Curitiba, Intersaberes, 2017.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017, p. 7-31. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. CNE. Lei 9394, 20 dez. 1966. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC,1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/legislacao. Acesso em 24 nov. 2019.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

FARIAS, Isabel Maria Sabino et al. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2011. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018. OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues** - ANO I - Edição I – jan. de 2013. Disponível em: < https://www.faculdadefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-19-0.pdf >. Acesso em 28 nov. 2019.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS. Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. 10.ed. Libertad, 2002.

VASCONCELLOS. Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). **Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo**. Campinas, SP: Papirus, 2013

VICKERY, Anitra. Estruturas de pensamento. In: VICKERY, Anitra [et al.]. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2016, p. 1-20.

28. Professor I

1. Fundamentos da educação infantil: históricos, filosóficos e sociológicos. 2. Organização e caracterização da Educação Infantil. 3. Questões teórico-metodológicas da prática docente, inerentes ao processo pedagógico nos espaços escolares da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. 4. Linguagens no processo de formação da criança. 5. Literatura na Educação Infantil. 6. Currículo de atividades: a organização do tempo e do espaço escolar no Ensino Fundamental 7. Lúdico no processo de ensino aprendizagem. 8. Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à educação Infantil e Ensino Fundamental. 9. Bases psicológicas da aprendizagem. 10. Teorias de aprendizagem 11. Distúrbios da aprendizagem. 12. Didática e o processo de ensino e aprendizagem. 13. Projeto político pedagógico:





concepção, princípios e eixos norteadores. 14. Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos educacionais, seleção e organização de conteúdos, métodos e técnicas. 15. Projetos de trabalho e interdisciplinaridade. 16. Relação professor/aluno. 17. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: conceitos, função, tipos/modalidades de avaliação, técnicas e instrumentos. 18. Formação do educador e suas especificidades: competências e habilidades. 19. Bases legais da educação nacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei 9.394/1996 e suas modificações. Resolução CNE/CEB 04/99 e Resolução CNE/CP 3/2002. 19. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN). 21. Banco Nacional de curricular comum da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais (BNCC). 22. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 23. Proposta étnico racial na educação.

ABRAMOVICH, Fanny. LITERATURA INFANTIL: gostosuras e bobices. 5 ed. São Paulo: Scipione, 2003.

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ANTUNES, Celso. A criatividade na sala de aula. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BALLESTER, Margarida. Avaliação como apoio à aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (Org.) os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1009. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos** - orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, MEC - Secretaria da Educação Básica (SEB), 2012.

BRASIL Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica, Brasília: MEC, 2010

BRASIL. Ministério de Educação. Secretária de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras nas creches**: manual de orientações. Ministério de Educação. Secretária de Educação Básica. BRASÍLIA: MEC/SEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao brinquedo e brincadeiras completa.pdf

BRASIL. Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida e LUCENA, Regina Ferreira. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DELORS, Jacques. A Educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FONSECA, Cláudia Chaves. Meios de comunicação vão a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GARCIA, Regina Leite (org.) Revisitando a Pré-Escola. São Paulo: Cortez, 2000

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação, 2010.

LIBANEO, José C. **Didática**. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARCHESI, Álvaro e MARTIN, Elaine. **Qualidade do ensino em tempos de mudança**. Porto alegre: Artmed, 2003. (Terceira Parte)

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008.

OSTETTO, Luciana. Esmeralda. Saberes e fazeres na formação de professores. Campinas, SP, Papirus, 2012.

PERRENOUD Phillippe. **Competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2002.

RIZZO, Gilda. **Creche** – Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ROCHA, Eloisa A. C., KRAMER, Sônia. (Orgs.) Educação Infantil: enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011.

SÃO PAULO. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades Educação infantil, igualdade racial e





diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais / Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. CEERT, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&Itemid=30192

SENGE, Peter. Escolas que aprendem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 15 ed. São Paulo: Liberdad, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

ZABALA, Antoni (Org.) como trabalhar os conteúdos procedimentais em aulas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 1999.

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

29. Professor II - Artes

1. Metodologia, Teoria e Prática no Ensino de Artes: fundamentos da Arte-Educação; metodologias no ensino e aprendizagem de Artes; tendências pedagógicas no ensino de Artes; a avaliação na educação artística; contextualização, reflexão e fazer artístico. 2. História da Arte: da Pré-História à Atualidade: a Arte na Pré-história, Renascimento, Barroco e Classicismo; Arte Moderna, Arte Pós-moderna e Contemporânea; História da Arte no Brasil: Arte indígena, Arte Colonial, Arte Afro Brasileira, Arte Brasileira no Século XIX, Arte Moderna no Século XX, Arte Contemporânea no Brasil. 3. Expressão Artística: processos de criação e desenvolvimento expressivo nas Artes Visuais, Música, Dança, Teatro e Artes Integradas; a Arte e o desenvolvimento da criatividade; a expressão individual; apreciação estética; processos de criação; materiais e técnicas de expressão; materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonora. 4. Leitura e Compreensão dos Elementos Artísticos: compreensão dos elementos da linguagem e seus sistemas; contextos e práticas. 5. Dimensões do Conhecimento na Abordagem das Linguagens Artísticas: criação; crítica; estesia; expressão; fruição; reflexão. 6. Diversidade e Cidadania nas Artes: matrizes estéticas e culturais; patrimônio cultural. 7. Arte e Tecnologia: estética e novas mídias.

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. São Paulo: EDUSP, 1980.

BRASIL/MEC. **Base nacional comum curricular**. ARTE (4.1.2; 4.1.2.2). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Arte. Brasília: MEC, 1997 a 1999.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. Teoria e prática da educação artística. São Paulo: Cultrix,1990/95.

DOMINGUES, Diana (ORG.). Arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997.

FERRAZ, Maria Heloisa Correa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1999.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Teoria e prática do ensino de arte**: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2009.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa (ORG). **Som, gesto, forma e cor**: dimensões da Arte e seu ensino. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

30. Professor II – Ciências

1. ECOLOGIA: Habitat e nicho ecológico, Fatores abióticos do meio ambiente, Níveis de Organização dos Seres Vivos; Cadeias e teias alimentares; Ciclos biogeoquímicos (água, carbono, fósforo e nitrogênio); Relações entre os seres vivos. Adaptações morfológicas e fisiológicas das plantas e animais; Ecossistemas brasileiros; Interferência do homem no ambiente: poluição da água, do ar e do solo, Doenças causadas pela poluição e Sustentabilidade. 2. SERES VIVOS: Especificidades, Nomenclaturas e Classificação dos Seres Vivos; Características gerais e importância ecológica, econômica dos vírus, bactérias, protozoários, fungos e algas; Características gerais, anatomia e fisiologia comparada dos metazoários; Doenças de alta incidência ou de surtos epidêmicos causados por micro-organismos e helmintos, Anatomia e Fisiologia comparada dos animais e das plantas; Noções de Evolução, Origem da vida; Teoria e evidências da evolução; Mecanismos de especiação. CITOLOGIA\HISTOLOGIA: A química celular: substâncias orgânicas e inorgânicas; A vida nas células: membrana celular, citoplasma e núcleo (divisão celular); Metabolismo celular: energia e controle. Histologia animal e





vegetal. 3. CORPO HUMANO: Morfologia e Fisiologia dos Sistemas: Digestivo, Respiratório, Circulatório, Excretor, Locomotor, Sensorial, Nervoso, Endócrino e reprodutor. Reprodução humana, métodos anticoncepcionais, Infecções sexualmente transmissíveis; Intervenções humanas na área da reprodução. Noções de Embriologia e Hereditariedade: Composição, estrutura, duplicação e importância do estudo do DNA; Código genético e mutação; Leis de Mendel; Grupos sanguíneos: sistema ABO e Fator Rh; Heranças autossômicas e ligadas ao sexo. Etiologia e Prevenção das Doenças Epidêmicas e Endêmicas existentes no Brasil. Relação entre Hábitos Alimentares e Comportamentais do Homem e sua saúde. 4. QUÍMICA E FÍSICA: Propriedades da Matéria. Estados Físicos e mudanças de estado físico da Matéria. Nomenclatura dos elementos químicos principais; Substâncias puras simples e compostas. Misturas homogêneas e heterogêneas. Métodos de separação. Estrutura atômica da matéria - constituição dos átomos. Ligações químicas iônicas e covalentes. Reações químicas: equações químicas - balanceamento e classificação. Funções químicas: distinção entre ácidos, bases, óxidos e sais. Termoquímica: Calor e temperatura: conceito e diferenciação; Transmissão de calor: condução, convecção e radiação; Produção de energia pela queima de combustíveis fósseis e álcool. Impactos sobre o meio ambiente. Noções de Física: Óptica: Propagação, refração e reflexão da luz; Cor de um objeto; Olho humano: alterações que levam a à miopia e hipermetropia; Lentes: aplicação. Relação trabalhoenergia. Energia cinética e potencial. Eletricidade: A formação de raios e relâmpagos na atmosfera; Circuito elétrico simples. Corrente elétrica; O movimento e suas causas: Influência do referencial na velocidade e trajetória; Movimentos sem aceleração e com aceleração constante: interpretação de gráficos. Relação entre força, massa e aceleração. Forças de ação e reação. Som: qualidades fisiológicas do som. Consequências da poluição sonora. 5. TERRA: Regiões e estrutura da Terra. Composição da crosta terrestre. Solo: Formação, componentes e tipos de solo. Doenças transmitidas através do solo. Fatores que prejudicam o solo. Erosão. 6. O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: Relações entre ciência, tecnologia, sociedade e educação. Metodologia do Ensino de Ciências. Planejamento de atividades de ensino. Procedimentos didáticos adequados.

AMABIS, J. M., MARTHO, G. R. Biologia. São Paulo: Moderna, 2015.

AUSUBEL, D. et al. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BRAGA, S. A. M.; LIMA, M. E. C. C.; AGUIAR JUNIOR, O. Aprender Ciências Um mundo de materiais. 2ª. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. v. 2. 163p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANTO, E. L., PERUZZO, T.M. Química na Abordagem do Cotidiano - Ensino Médio. São Paulo, Editora Moderna. 2013.

CANTO, E.I do. Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano. 6 ao 9 ano. São Paulo: Moderna, 2013.

CARVALHO, A. M. P. e GIL PÉRES, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, A. M. P., et. al. Ciências do Ensino Fundamental: O Conhecimento Físico. Scipione, São Paulo: 2009. LOPES, S e ROSSO, S. Biologia. São Paulo: Saraiva, 2016.

MÀXIMO, A., ALVARENGA, B. Física - Contexto & Aplicações São Paulo: Scipione, 2013.

POZO, J.I.; CRESPO, M. A. G. A Aprendizagem e o Ensino de Ciências. 5ª Ed. Artmed, Porto Alegre: 2009.

RODRIGUES, R. M. Vida e Saúde. 3a ed. Moderna, São Paulo: 1993.

SADAVA, D. H (org) Vida: a ciência da biologia. 3v. Artmed, Porto Alegre: 2009.

31. Professor II – Educação Física

1. Conhecimentos Políticos Pedagógicos: a inclusão social e escolar. 2. Diversidade: heterogeneidade; relações étnico-raciais e de gênero. 3. Educação Integral. 4. Princípios Pedagógicos da Educação Física. 5. A Educação Física como componente curricular. 6. Modalidades esportivas: Futsal; Voleibol; Basquetebol; Handebol. 7. Ensino de jogos/brincadeiras, esportes, dança, ginástica, lutas, expressão corporal, lazer e educação física escolar, atividades de aventura e práticas corporais.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p.: II. (Série Mais Educação) disponível em:

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:





http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf

Confederação Brasileira de Basketball – CBB. Regras Oficiais de Basquetebol. Out/2017. Disponível em: < http://sge.esumula.com.br/Arquivos/LIVRO DE REGRAS.pdf>

Confederação Brasileira de Futebol de Salão — CBFS. Futsal - Livro Nacional de Regras 2018. Disponível em: http://www.cbfs.com.br/2015/futsal/regras/livro_nacional_de_regras_2018.pdf

Confederação Brasileira de Handebol – CBHb. Site Oficial. Disponível em: http://www.lphb.com.br/boletins/regras oficiais - handebol.pdf>

DIAS, João Carlos Neves de Souza e Nunes; MELO, José Pereira. **Do jogo e do lúdico no ensino da Educação Física Escolar**. Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG/Licere. v. 13, n.1, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Marcio/Downloads/830-Texto%20do%20artigo-3521-1-10-20140623%20(2).pdf

Federação Internacional de Voleibol - FIVB. Regras Oficiais de Voleibol. 2017-2020. Aprovada pelo 35º Congresso da FIVB de 2016. Disponível em: http://2018.cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/REGRAS-DE-QUADRA-2017-2020.pdf

SILVA, Tiago Felipe. Lazer, Escola e Educação física Escolar: Encontros e Desencontros. Revista do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG. v. 14, n.1, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Marcio/Downloads/785-Texto%20do%20artigo-3430-1-10-20140619.pdf

VAGO, Tarcísio Mauro. **Pensar a educação física na escola**: para uma formação cultural da infância e da juventude. Cadernos de Formação RBCE, Campinas, v.1, n.1, p. 25-42, set. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Marcio/Downloads/930-3015-1-PB%20(3).pdf

32. Professor II - Educação Religiosa

- 1. Crença, religião, legislação e ensino religioso; princípios, direitos e deveres fundamentais, e organização político-administrativa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; garantias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2. Religião, direitos humanos e educação no século XXI; cidadania, diálogo, unidade, diversidade. 3. Religião, ética e moral; relações consigo e com os outros; identidade e alteridade; limites e virtudes. 4. Ensino Religioso e interdisciplinaridade; perspectivas de análise, diálogos e contribuições epistemológicas. 5. Culturas e tradições religiosas; organizações sociais, manifestações do sagrado, concepções do transcendente, funções políticas e formação da pessoa humana. 6. Escrituras Sagradas e Tradições Orais; processo histórico, experiência mística, produção de narrativas, autoridade do discurso religioso e exegese.
- 7. Teologias; divindades, verdades de fé, vida e morte. 8. Práticas religiosas de celebração; rituais, símbolos, lugares e espiritualidades.

ALVES, Rubem. O que é religião? São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOFF, Leonardo & BETTO, Frei. Mística e espiritualidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal da Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 06 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 06 set. 2019.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Religioso. 9ª ed. São Paulo: Ed. Mundo Mirim, 2009.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor & NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução Isa Mara Lando. Revisão técnica e apêndice Antônio Flavio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Tradução Carlos Almeida Pereira. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

LAMA, Dalai. **Uma ética para o novo milênio**. Tradução Maria Luiza Newlands. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. MEIRELES, Cecília. **Cânticos**. Apresentação Suzana Vargas. 4º ed. São Paulo: Global, 2015.

MONTES, Maria Lucia. **As figuras do sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Portal Nações Unidas Brasil. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/ Acesso em 06 set. 2019.

WEIL, Simone. Carta a um religioso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

33. Professor II – Geografia

1. O ensino de Geografia na atualidade; a Base Nacional Comum Curricular de Geografia para o Ensino Fundamental. 2. História do pensamento geográfico; epistemologia da Geografia; as categorias de análise do espaço geográfico. 3. Cartografia; história da Cartografia; elementos do mapa; projeções cartográficas; Cartografia e Ideologia; Geotecnologias. 4. Globalização, Mundialização do capitalismo e geopolítica; a Divisão





Internacional do Trabalho; as redes geográficas; Geografia da Indústria; Geografia Agrária; Geografia da Circulação. 5. Geografia da população mundial e do Brasil; indicadores demográficos do Brasil e a Geografia; dinâmica migratória brasileira. 6. Geografia Urbana do Brasil e do mundo; principais conceitos; problemas urbanos; planejamento urbano; 7. A dinâmica geoambiental; estrutura geológica e geomorfológica do Brasil; dinâmica climática do Brasil e do mundo; Biogeografia do Brasil e do mundo; Problemas ambientais no Brasil e no mundo; Política ambiental.

ASCENÇÃO, Valéria R.; VALADÃO, Roberto C. Complexidade conceitual na construção do conhecimento do conteúdo por professores de Geografia. In: **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 14, p. 05-23, jul. /Dez. 2017. Disponível em:

http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/458. Acesso em 26 nov 2019.

BARSANO, Paulo R. BARBOSA, Rildo P. Meio ambiente: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2012.

CUNHA, José M. P. (Org.) **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. Disponível em:

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A 3o.pdf> Acesso em 08 set 2019.

DICKEN, Peter. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf. Acesso em 08 set 2019.

KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas. São Paulo: Contexto: 2008.

MEC. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental - Geografia. Brasília: MEC. p. 359-395. Disponível

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 08 set 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016. Disponível em:

http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%830%20pro nto.pdf. Acesso em 08 set 2019.

PETERSON, James F. et al. Fundamentos de Geografia física. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

34. Professor II – História

1- Ensino de História e o saber histórico escolar; 2- O conhecimento histórico e suas especificidades entre as ciências humanas; 3- História Local, 4- História do Brasil: Colônia e Império; 5- As experiências republicanas brasileiras; 6- História da África e educação para relações étnico-raciais; 7- Os povos indígenas: história e desafios do presente.

BITENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. BRASIL. Ciências Humanas. História – Ensino Fundamental. In: **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2018, p. 396-433.

MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; RIBEIRO, Jayme; CIAMBARELLA, Alessandra. (org.). **Ensino de História**. Usos do Passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

RUSSEN, Jorn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento Brasília: UnB, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PEREIRA, Amilcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (org.). Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SOUZA, Marina de M. África e Brasil africano. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

35. Professor II - Inglês

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica;





elaborar e confeccionar, em articulação com a equipe de orientação pedagógica, material destinado à divulgação do pensamento, da arte e do saber, nos termos da Constituição Federal, art. 206, inciso II; elaborar e confeccionar, em articulação com a equipe de orientação pedagógica, material destinado a conscientização dos alunos para preservação do patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental do país, estado e município; 2. Ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios das atividades desenvolvidas à direção ou à coordenação da unidade escolar em que está lotado; 3. Colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar e/ou organizar reuniões, cursos, debates, seminários e grupos de trabalho buscando o aperfeiçoamento, atualização e a capacitação profissional bem como a qualidade do ensino, no âmbito de sua atuação; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e-à avaliação do processo ensino aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de problemas junto dos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; 4. Participar do censo, da chamada e da efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; participar e/ou organizar festividades, feiras, e outros eventos destinados a divulgar a arte, a ciência e a cultura local e nacional, no âmbito de sua atuação; participar e/ou organizar eventos destinados a comemorar datas significativas nacionais, estaduais e municipais, no âmbito de sua atuação; participar de reuniões, grupos de trabalho e/ou outras ações destinadas a assegurar o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, a proteção integral aos seus direitos, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho; prestar assistência e suporte, quando couber, aos órgãos encarregados do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente; executar outras atribuições afins.

1. O papel da língua inglesa como uma língua global. 2. A aquisição de uma segunda língua. 3. As teorias de ensino e de aprendizagem. 4. As competências específicas de língua inglesa para o Ensino Fundamental segundo a Base Nacional Comum Curricular. 5. O ensino e a aprendizagem da língua inglesa de forma significativa. 6. O letramento crítico. 7. O uso de hipertextos e de gêneros digitais na aula de língua inglesa. 8. As estratégias de correção de atividades. 9. Avaliação do rendimento escolar dos estudantes.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC. 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf > acesso 9 set. 2019.

CELANI, M. A.A. Professores e formadores em mudança. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CRYSTAL, D. English as a global language. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ELLIS, R. Second Language Acquisition. 2nd ed. Oxford: OUP, 1997.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. English for specific purposes: a learning-centred approach. 22nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 10 páginas.

LEFFA, V. Interação simulada: um estudo da transposição da sala de aula para o ambiente virtual. In: LEFFA, V. (Ed.). A Interação na aprendizagem das línguas. Pelotas: Educat, 2003. 35 páginas.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER. A.C. Hipertexto e gêneros digitais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (org.). **Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola, inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

36. Professor II – Língua Portuguesa

1. Variação linguística e ensino da norma-padrão. 2. Concepções de linguagem e de ensino de língua portuguesa. 3. Argumentação e discurso: o ensino da leitura e da produção de textos argumentativos no ensino fundamental. 4. Leitura: ensino de habilidades de leitura dos diversos tipos e gêneros textuais. 5. Produção de





textos: ensino de diferentes tipos e gêneros textuais. 6. Multiletramentos e práticas didático-pedagógicas em projetos de leitura e produção de textos. 7. O ensino de leitura literária no ensino fundamental. 8. O ensino de coerência e coesão: aspectos morfossintáticos e ensino de gramática no ensino fundamental.

ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada. São Paulo: Parábola, 2014.

ANTUNES. Língua, texto e ensino. São Paulo: Parábola, 2009.

ANTUNES. Lutar com palavras. São Paulo: Parábola, 2005.

BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso. São Paulo: Parábola, 2007.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. A força das palavras. São Paulo: Contexto, 2017.

CARVALHO, Robson Santos de. Ensinar a ler, aprender a avaliar. São Paulo: Parábola, 2018.

COSSON, Rildo. Letramento literário. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola. 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.

FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara. A leitura na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETI, Dino. Sociolingüística. 6. ed. rev. e mod. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo [Org.]. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

37. Professor II – Matemática

1. Teoria de Conjuntos: relação de pertinência, relação de inclusão, igualdade, operações (união, interseção, diferença, complementar). 2. Conjuntos numéricos: operações, desigualdades, múltiplos e divisores. 3. Medidas (de comprimento, de área, de volume, de massa, de capacidade, de ângulo, de tempo) e grandezas (grandezas diretamente e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta). 4. Matemática Comercial e Financeira (razões, porcentagem, juros simples e compostos). 5. Geometria Plana: Semelhança de figuras geométricas planas, cálculo de áreas e perímetros de figuras planas, relações métricas no triângulo retângulo, circunferência e círculo. 6. Sólidos geométricos: prisma, cilindro, pirâmide, cone e esfera (elementos, áreas e volume). 7. Relações e funções: função real de uma variável real, domínio, conjunto imagem, crescimento e decrescimento, zeros da função. Gráficos. Função afim, função quadrática (gráficos, equações, inequações e sistemas de equações do 1º e 2º graus). Função exponencial e logarítmica (gráficos, equações e inequcoes. 8. Trigonometria: no triangulo retângulo, na circunferência trigonométrica, funções trigonométricas (gráficos, equações). 9. Sequências numéricas: progressões aritméticas e geométricas. 10. Análise combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, fatorial, arranjos e permutações simples, combinação, permutação com elementos repetidos) e probabilidade. 11. Tratamento da informação: leitura e interpretação de gráficos, estatística: (médias, moda, mediana). 12. Introdução à lógica matemática: proposições (conectivos e operações lógicas), Implicação e equivalência lógica.

ALMEIDA, N. de. DEGENSZAJN, D., DOLCE, Osvaldo, IEZZI, Gelson, PÈRIGO, R.. **Matemática:** ciência e aplicações. Ensino Médio, v. 1, v. 2 v.3. 8ª ed. São Paulo, atual, 2014.

DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ensino Médio. v.1, v. 2, v. 3.São Paulo, Ática, 2011.

ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. São Paulo, Nobel, 2006.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções. 9ª ed., São Paulo, v.1, atual, 2013.

DOLCE, O., IEZZI, G.; MURAKAMI, C... Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. 10ª ed., São Paulo, v. 2, atual, 2013.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar**: trigonometria. 9ª ed., São Paulo, v. 3, atual, 2013.

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar geometria plana. 7ª ed., São Paulo, v. 09, atual, 2013

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar**: geometria espacial, posição e métrica. 7ª ed., São Paulo, v. 10, atual, 2013.

HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade. 8ª ed., São Paulo, v. 5, atual, 2013.

DEGENSZAJN, D., HAZZAN, S., IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar:** matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 2ª ed. São Paulo, v. 11, 2013.





38. Psicólogo

1. Psicologia Social: raízes da psicologia social moderna, discussões teórico-metodológicas contemporâneas e estudos culturais. 2. Psicologia e políticas públicas. 3. A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva Sistema Único de Assistência Social. 3.1 Objetivos, princípios, diretrizes e conceitos fundamentais do Suas 3.2. Tipificação dos serviços socioassistenciais. 3.3 Programas, projetos, benefícios da Política de Assistência Social.3.4 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 3.5 Os direitos dos usuários e controle Social no Suas; 3.5.1. Os direitos das crianças e adolescentes; 3.5.2 Os direitos das mulheres; 3.5.3. Os direitos das pessoas com deficiência; 3.5.4. Os direitos dos idosos. 4. Pobreza, desigualdade, vulnerabilidade e riscos sociais no Brasil contemporâneo.5. Os desafios e as potencialidades da prática intersetorial e multiprofissional. 6. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias 7. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. 8. A lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional Psicólogo.

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller. Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: 6ª ed. Cortez, 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 1811 ago. 2017.

BRASIL, Lei Federal n. 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 3ª edição. Brasília, 15 dez. 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao _Cad_Unico.pdf Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** (versão atualizada). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 10.741 de 10 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Diário Oficial da União, Brasília, 08 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 18 n11 ago. 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 11 ago. 2017.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf > Acesso em: 1 dez. 2019.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vivido**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002. Disponível em:

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Disponível em https://www.academia.edu/25698906/MOSCOVICI_S__Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais

SOUSA, Mônica Teresa Costa. WAQUIM, Bruna, Barbieri. **Do Direito de família ao direito das famílias** A **repersonalização das relações familiares no Brasil**. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 52, n.205, p. 71-86, jan.-mar. 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/ bdsf/bitstream/handle/id/509943/001032755.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 1 de dez.2019.

VIGANÒ, C. A construção do caso clínico. Opção Lacaniana on line, ano I, março de 2010. Disponível em: www.opcaolacaniana.com.br. Acesso em: 1/12/2019.

NÍVEL SUPERIOR/SAÚDE PÚBLICA

Cargos: Biólogo; Farmacêutico- Bioquímico; Enfermeiro; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Auditor;





Médico Cardiologista; Médico Clínico Geral; Médico Dermatologista; Médico do Trabalho; Médico Ginecologista; Médico Infectologista; Médico Neurologista; Médico Ortopedista; Médico Pediatra; Médico Psiquiatra Adulto; Médico Psiquiatra Infantil; Odontólogo Bucomaxilofacial; Odontólogo Clínico Geral; Odontólogo Endodontista; Odontólogo Especialista em Prótese Dentária; Odontólogo; Terapeuta Ocupacional.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. 2. Tipologia textual e gêneros de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos. 3. Texto e textualidade: coesão, coerência e outros fatores de textualidade. 4. Semântica e Estilística: denotação e conotação; sinonímia; antonímia; homonímia; polissemia. Figuras de linguagem: metáfora, comparação, metonímia, pleonasmo, elipse, paradoxo, antítese, personificação, ironia, eufemismo, onomatopeia, paranomásia ou trocadilho. Funções da linguagem. 5. Fonética e Fonologia: ortografia oficial, acentuação gráfica, crase. 6. Morfossintaxe: classes de palavras; funções sintáticas dos termos em períodos simples e compostos. Sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação; mecanismos de sequenciação; relações discursivo-argumentativas; relações lógico-semânticas; sintaxe de concordância, de regência e de colocação pronominal aplicadas ao texto. 7. Sinais de pontuação como fatores de coesão. 8. Conhecimento gramatical de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva:** texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; CLETO, Ciley. **Interpretação de textos**: construindo competências e habilidades em leitura. 3 ed. São Paulo: Atual, 2016.

CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.

GARCIA, Othon. M. **Comunicação, em prosa moderna:** aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GEIGER, Paulo; SILVA, Renata de Cássia Menezes da. **A nova ortografia sem mistério.** Rio de Janeiro: Lexicon, 2009.

KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

INFORMÁTICA

1. Sistema Operacional Windows 10 e seus aplicativos; 2. Editores de texto: Microsoft Word 2016, LibreOffice Writer 6.2.8 e Documentos Google (editor de texto online do Google); 3. Editores de planilha: Microsoft Excel 2016, LibreOffice 6.2.8 Calc e Planilhas Google (editor de planilhas online do Google); 4. Internet: navegação web, pesquisa na web com ferramentas do Google; utilização e configuração dos navegadores Microsoft Edge e Google Chrome; armazenamento de dados em nuvem com Google Drive. 5. Segurança da informação: conceitos; códigos maliciosos; golpes e ataques na Internet; spam; riscos: cookies, janelas pop-up e plug-ins; mecanismos e procedimentos de segurança; uso seguro da internet; segurança de computadores, redes e dispositivos móveis. 6. Componentes do computador e periféricos.

Ajuda online do Google https://support.google.com/?hl=pt-BR

Ajuda online da Microsoft https://support.microsoft.com/pt-br

Ajuda online do LibreOffice https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/

Cartilha de segurança para internet http://cartilha.cert.br/

FRYE C. D. Microsoft Excel 2016 - Passo a Passo. Bookman; Edição: 1. 2016.

ISSA, Najet M. K. Iskandar. Word 2016. Ed. Senac São Paulo. 2018.

LAMBERT J. Lambert S. Windows 10 Passo a Passo. Bookman. 2016.





LAMBERT J., COX J. Microsoft Word 2013 - Passo a Passo. Bookman. Edição: 1. 2014.

MACEDO, R. T.; PELLOSO, M.; PREUSS, E.; PARREIRA F. Laboratório de montagem e manutenção de computadores – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

NOVO, Jorge Procópio da Costa. **Softwares de segurança da informação**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 116 p.

RATHBONE, Andy. Windows 10 para Leigos. Alta Books. 2016.

TORRES, Gabriel. Montagem de Micros. 3ª. Edição. Editora Clube do Hardware. 2019.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PÚBLICA

1. Sistema de saúde público; origens, antecedentes históricos, legislação e políticas públicas. 2. Organização do Sistema de Saúde no Brasil; o Sistema Único de Saúde, fóruns de pactuação, organização, princípios, diretrizes, participação e controle social; seguridade social; Rede de Atenção à Saúde; Setor suplementar; pacto pela saúde; normas operacionais básicas e da assistência à saúde. 3. Gestão do SUS; legislação; instrumentos de gestão; regulação, vigilância em saúde, modelo assistencial. 4. Financiamento; gestão financeira; responsabilidades por níveis de governo; fontes de receita; fundos de saúde; transferências intergovernamentais; custeio e gastos dos serviços de saúde; investimentos. 5. Sistemas de Informação; sistemas de informação em saúde; avaliação e indicadores de gestão.

BRASIL. **Portaria 4279 de 30 de dezembro 2010**. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação Estruturante do SUS**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Saúde Suplementar**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão Administrativa e Financeira no SUS**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **O Financiamento da Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Regulação em Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde - Parte 1**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório 30 anos do SUS, que SUS para 2030?** Brasília: DF, 2018. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UNA-SUS/UFMA. **Gestão pública em saúde: sistemas de informação de apoio à gestão em saúde.** São Luís, 2016.

TIMÓTEO. **Timóteo: Revisão do plano diretor 2019**. Disponível em: http://www.timoteo.mg.gov.br/69/plano-direto-timoteo Acesso: 02 dez. 2019.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

39. Biólogo

1- Botânica: Morfologia. Sistemática. Estágios Sucessionais de Vegetação. 2- Identificação das espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção e imunes ao corte. 3- Arborização Urbana. Manejo de Flora. 4- Fauna: Animais invertebrados e vertebrados. Identificação das espécies ameaçadas de extinção, criticamente em perigo, em perigo ou vulneráveis. Fauna Urbana de Interesse em Saúde Pública. Manejo de Fauna. Vigilância, prevenção e manejo integrado de animais sinantrópicos de importância em Saúde Pública; Atividades laboratoriais envolvendo; diagnóstico de zoonoses e doenças transmitidas por vetores. 5- Ecologia: Ecologia e Sustentabilidade. Biodiversidade. Recursos e Qualidade ambiental. Poluição do ar, água e solo. 6- Gestão Ambiental: áreas urbanas. Gerenciamento de riscos. Poluição ambiental e qualidade ambiental. 7- Espécies de importância sanitária: protozoários, bactérias e vírus. 8- Recursos Hídricos. Gestão de Recursos Naturais. 9- Áreas de Proteção Permanente. Unidades de Conservação. 10- Gestão de Resíduos sólidos perigosos e controle de emissões gasosas. 11- Recuperação de Áreas Degradadas. 12- Avaliação de Impacto Ambiental: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Legislação Ambiental. 13- Análises laboratoriais de alimentos e água. 14- Vigilância epidemiológica.





Raven, P.H. Evert, R.F., Eichhorn, S.E. Biologia vegetal. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Ricklefs, R.E. 2010. Economia da Natureza. 503 p. 6ª ed Guanabara Koogan

ODUM, E.P; BARRET, G.W. Fundamentos de Ecologia. 5. ed., Editora Thomson Pioneira, 2007. 616p.

BEGON, M., TOWSEND, C. R. & HARPER, J. L. 2007. Ecologia: de indivíduos a Ecossistemas. Porto Alegre, Artmed, 4ªedição, 740p

Manual técnico de Arborização urbana. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/MANUAL-ARBORIZACAO_22-01-15_.pdf

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos 2ed. 2007

Manual de Vigilância e, prevenção e controle de zoonoses. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf

Manual de métodos oficiais para análises de alimentos de origem animal. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/legislacoes-e-

metodos/poa/copy3_of_Manualdemtodosoficiaisparaanlisedealimentosdeorigemanimal1ed.rev_.pdf

Manual de análise de água. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_analise_agua_2ed.pdf

Cartilha Vigilância. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf

Vigilância para a saúde: Zoonoses. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_zoonoses_p1.pdf

Manual SINVAS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf

Manual de arborização. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MANUAL-ARBORIZACAO 22-01-15 .pdf

A Evolução da Gestão dos recursos hídricos no Brasil. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2002/AEvolucaodaGestaodosRecursosHidricosnoBrasil.pdf

Gestão de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/34590/1/CL10002.pdf

Manual prático de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMTUvMTRfMTZfMjhfMjgzX01hbnVhbF9QcmF0aWNvX2RIX1VuaWRhZGVzX2RIX0NvbnNlcnZhXHUwMGU3XHUwMGUzby5wZGYiXV0/Manual%20Pratico%20de%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf

Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/498802/1/doc90.pdf

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. Oficina de textos. 2013.

40. Enfermeiro

1. Noções de fisiologia e anatomia, sinais e sintomas. 2. Legislação; legislação específica e normativa; legislação aplicada à saúde e Enfermagem; diretrizes e princípios do SUS; Programas e Políticas; normas e procedimentos técnicos de segurança. 3. Assistência de enfermagem; consulta de enfermagem; curativos; vacinas e injeções; administração de medicamentos; ações educativas, individuais ou coletivas; consultas residenciais (visitas domiciliares); diretrizes clínicas e terapêuticas ou outras normativas técnicas; 4. Gestão do serviço e de enfermagem; controle de materiais e equipamentos; coordenação e planejamento de ações em saúde e enfermagem; auditoria de serviços de enfermagem; coordenação técnica de unidades de saúde e do programa de agentes comunitários de saúde; sistema de informação e recursos de informática. 5. Ações em saúde; ações para a promoção da saúde junto à comunidade; composição da equipe multidisciplinar nas áreas de saúde mental; controle de doenças crônico-degenerativas; responsabilização pelos programas de vacinação, de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS e de planejamento familiar; ações de assistência básica de vigilância epidemiológica e sanitária nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao idoso e ao trabalhador; ações de capacitação dos ACS e auxiliares de enfermagem; ações para qualidade de vida e para a sustentabilidade do meio ambiente. 6. Segurança do paciente; prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto, bem-estar e segurança.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto 94.406 de 8 de junho de 1987**. Dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde: 1987.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990.





BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática**. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar**. Volume 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. –Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar**. Volume 2. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Anexo 02: protocolo para prevenção de úlcera por pressão.** Brasília: ANVISA, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Anexo 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** Brasília: ANVISA, 2013.

BRUNNER; SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médicocirúrgica**. Volumes 1 e 2. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564 de dezembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen. Brasília: COFEN, 2007.

KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em enfermagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. x, 196 p. POTTER, P. A; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013.

SILVA, D. M. G. Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem: Cronicidade e suas interrelações na atenção à saúde. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2013.

41. Farmacêutico - Bioquímico

1. Assistência Farmacêutica: ciclo da assistência farmacêutica, relação municipal de medicamentos, política de assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, assistência farmacêutica. Componentes da Assistência Farmacêutica. Medicamentos sujeitos a controle legal. Logística Farmacêutica. Gestão Técnica e Clínica do Medicamento; 2. Farmacotécnica: formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi-sólidas e parenterais: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, preparo, acondicionamento; 3. Farmacologia e Farmacoterapia: farmacocinética; farmacologia e farmacoterapia na hipertensão; farmacologia e farmacoterapia no diabetes; farmacologia e farmacoterapia na tuberculose, hanseníase e leishmaniose; farmacologia e farmacoterapia nas doenças infecciosas agudas em atenção primária; farmacologia e farmacoterapia na asma; princípios da farmacoterapia em idosos; princípios da farmacoterapia em pediatria processos da farmacoterapia; avaliação global da farmacoterapia, anticoncepção hormonal; reações adversas a medicamentos, interações medicamentosas, medicamentos de risco na gestação e lactação. Medicamentos empregados em parasitoses humanas. Adesão à terapia medicamentosa. Promoção do uso racional de medicamentos; 4. Bioquímica Clínica: Causas de variação nas determinações laboratoriais: a preparação do paciente. Variações e erros devidos à amostra biológica; Fotometria em Bioquímica Clínica: conceito, tipos, leis de fotometria, aplicação nas análises clínicas; Técnicas, fundamentos químicos e interpretação clínica de exames de: glicemia, função renal, função hepática, colesterol, triglicérides. Urinálise: fundamentos químicos, interpretação das análises; 5. Hematologia Clínica: Interpretação clínica do hemograma: valores de referência. Índices hematimétricos. Hematoscopia normal e patológica. Alterações qualitativas e quantitativas; Anemias; Imuno-hematologia: exames laboratoriais para classificação sanguínea; Coagulação e hemostasia: técnicas usadas, interpretações; métodos de coloração para exames hematológicos; 6. Parasitologia Clínica: Patogenia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico das parasitoses humanas. Fundamento das técnicas utilizadas no diagnóstico das parasitoses humanas; 7. Microbiologia Clínica: Diagnóstico laboratorial de Tuberculose, Hanseníase. Métodos de coloração GRAM, BAAR; 8. Imunologia: técnicas sorológicas, fixação do complemento, aglutinação, inibição da aglutinação, precipitação, imunofluorescência; 9. Biotecnologia: Introdução à biotecnologia, a biotecnologia no Brasil: Gargalos e Desafios. Lei de desenvolvimento da biotecnologia. Acesso ao Patrimônio genético de microrganismos e patentes de microrganismos. - Biotecnologia molecular: Engenharia genética, Escolha dos microrganismos hospedeiros para expressão heteróloga; - Expressão 56 heteróloga em bactérias: Escherichia coli como modelo. - Expressão heteróloga em bactérias e leveduras: tipos de proteínas expressas. Vacinas de DNA: métodos associados, definição, aplicação clínica.

Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 214, de 12 de dezembro de 2006. Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias. Disponível em





http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/214.pdf.

Resolução - RDC nº 210, de 04 de agosto de 2003. Regulamento Técnico das Boas Práticas para a Fabricação de Medicamentos. Disponível em http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao sanitaria/210.pdf.

ULRICH, H.; COLLI, W.; HO, P. L.; FARIA, M.; TRUJILLO, C. A. Bases moleculares da biotecnologia. Ed Rocca, São Paulo, 2008.

ACÚRCIO, F. A. Medicamentos: políticas, assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia e farmacoeconomia. Belo Horizonte: COOPMED, 2013.

AULTON ME, TAYLOR KMG. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 4 ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2016,

ANVISA. RESOLUÇÃO RDC/ANVISA №. 302, de 13 de outubro de 2005. Regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2005. Disponível em.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. 2 eds. 2018. Disponível em:

http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/25/manual-recomendacoes-tb-20mar19-isbn.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 01 de fevereiro de 1999. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em:

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Boas práticas de farmacovigilância para as Américas. 2011 . Disponível em: http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s18625pt/s18625pt.pdf.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; LUIZA, VL (Org.); CASTILHO, SR (Org.); OLIVEIRA, MA(Org.); MARIN, N(Org.). Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

PONTAROLLI, D.R.S.; MORETONI, C.B.; ROSSIGNOL, P. A organização da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Direito à Saúde. Para entender a gestão do SUS - 2015. Brasília: CONASS; 2015. Disponível em: http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDEART_3B.pdf.

STORPIRTIS, S.; GAI, N. M.; CAMPOS, D. R.; GONÇALVES, J.E. Farmacocinética: básica e aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

VIEIRA; F. S. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. Rev. Panam Salud Publica. 57 v.27 , p.149-156, 2010.

WALLACH, JB; WILLIAMSON, MA. SNYDER, L; MICHAEL, W. Interpretação de exames laboratoriais. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; POBER, J.S. Imunologia Celular e Molecular 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter LTDA, 2005.

Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. MASTROENI, M. F. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

BAIN, Barbara Células sanguíneas - um guia prático. 5. ed. SP: Artes Médicas, 2016.

BURTIS, C.A. ASHWOOD, E.R. TIETZ- Fundamentos de Química Clínica. 7.edição. Elsevier. 2016

Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde. Fiocruz. Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livropoli.pdf

Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes. Sandra L. M. Ávila; A. Walter Ferreira, 2013;

GARCIA, M.A.T. et al. Bioquímica clínica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2014

Lopes, H. J. J. Garantia e Controle de qualidade no Laboratório Clínico. GoldAnalisa. Belo Horizonte, 2003.

Manual para Acreditação do Sistema de Gestão da Qualidade de Laboratórios Clínicos. 6ª Edição Janeiro de 2013. Sistema Nacional de Acreditação. Disponível em: http://acreditacao.org.br/wp-content/themes/dicg/pdfs/manual dicg.pdf

MARKS, C. S.; ALLAN D.; LIEBERMAN, M. Bioquímica médica básica de Marks: Uma Abordagem Clínica, 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

Murray, P. R.; Rosenthal, K.S; Kobayashi, G.S.; Pfaller, M.A.Microbiologia Médica. Editora Guanabara Koogan. 4ª edição, 2014.

NEVES, DP & Colaboradores. Parasitologia Humana. 12a ed, Livraria Atheneu, Rio de Janeiro, 2012.

Richard A. McPherson, Matthew R. Pincus (eds.) Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry. 21ed. Editora Manole, 2012.

Silva, Paulo Henrique da - Alves, Hemerson Bertassoni - Comar, Samuel Ricardo - Henneberg, Railson - Merlin, Júlio Cezar - Stinghen, Sérvio Túlio Hematologia Laboratorial - Teoria e Procedimentos, 1 ed. Editora Artmed, 2015.

STRASINGER, S.K.; Di Lorenzo, M.S. Uroanálise e fluídos biológicos. 5ªed. São Paulo: Livraria Médica Paulista





Editora, 2009

Griffiths, A. J. F.; Miller, J. H.; Suzuki, D. T.; Lewontin, R. C.; Gelbart, W. M.; Wessler, S. R. Introdução à genética. 9ª edição. Rio de Janeiro, (RJ): Ed. Guanabara Koogan, 2009.

42. Fisioterapeuta

1. Saúde: conceitos; processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; prevenção de doenças e promoção da saúde em fisioterapia. 2. Avaliação fisioterapêutica: conhecimentos de anatomia, fisiologia, cinesiologia, biomecânica e funcionalidade nas alterações musculoesqueléticas, neurológicas, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas 3. Fisioterapia geral: Indicações e contra-indicações de eletroterapia e termoterapia, cinesioterapia motora e respiratória, mecanoterapia e terapia manual. 4. Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. 5. Fisioterapia em neurologia. 6. Fisioterapia em uroginecologia, obstetrícia e mastologia. 7. Fisioterapia em pediatria e neonatologia. 8. Fisioterapia em geriatria. 9. Fisioterapia cardiovascular e respiratória 10. Órteses e próteses: tipos, indicações e orientações de uso. 11. Saúde pública: Sistema Único de Saúde, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Política Nacional de Humanização. 12. Assistência fisioterapêutica domiciliar. 13. Atenção à pessoa com deficiência. 14. Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF/OMS). 15. Código de ética e legislação profissional.

BARACHO, Elza. **Fisioterapia Aplicada à Obstetrícia, Uroginecologia e Aspectos de Mastologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

BÉLANGER, Alain-Yvan. Recursos Fisioterapêuticos – Evidências que fundamentam a prática clínica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resolução nº 424**, de 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de ética e Deontologia da Fisioterapia.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS.** Política Nacional de Humanização: A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instancias do SUS. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica.** Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793**, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 452**, de 10 de maio de 2012.

DUTTON, Mark. **Fisioterapia Ortopédica – Exame, avaliação e intervenção.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. HALL, Carrie M.; BRODY, Lori Thein. **Exercício Terapêutico – Na Busca da Função.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

HALL, Susan J. Biomecânica Básica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KENDALL, Florence Peterson; MCCREARY, Elizabeth Kendall; PROVANCE, Patrícia Geise; RODGERS, Mary McIntyre; ROMANI, William Anthony. **Músculos: provas e funções.** 5. ed. São Paulo: Manole, 2007.

MAGEE, David J. Avaliação musculoesquelética. 4. ed. São Paulo: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; Organização Pan-Americana de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.

O'SULLIVAN, Susan B; SCHMITZ, Thomas J. **Fisioterapia: Avaliação e Tratamento.** 4. ed. São Paulo: Manole, 2004.

PERRACCINI, Monica Rodrigues & FLÓ, Claudia Marina. **Fisioterapia: Teoria e Pratica Clinica. Funcionalidade e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PRYOR, Jennifer A. & WEBBER, Barbara A. **Fisioterapia para problemas Respiratórios e Cardíacos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

SAHRMANN, Shirley A. **Diagnóstico e Tratamento das Síndromes de Disfunção dos Movimentos**. 1. ed. São Paulo: Santos, 2005.

SAMPAIO Rosana Ferreira, et al. Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF) na prática clínica do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, SP, v. 9, n. 2, p. 129 -136, 2005. SHEPHED, Roberta B. **Fisioterapia em pediatria.** 3. ed. São Paulo: Santos, 1996.

43. Fonoaudiólogo





1. Audiologia; Desenvolvimento e avaliação da audição, habilitação e reabilitação dos distúrbios da audição, triagem auditiva neonatal. 2. Voz; Fisiologia da produção vocal, classificação, avaliação e tratamento fonoaudiológico das disfonias, avaliação e tratamento de indivíduos laringectomizados e traqueostomizados. 3. Motricidade orafacial; Desenvolvimento, avaliação e tratamento das funções estomatognáticas, avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico em motricidade orofacial, respirador oral, articulação temporomandibular (disfunção e trauma), paralisia cerebral, disartrias, apraxias, aleitamento materno, paralisia facial. 4. Disfagia; orofaríngea, neurogênica e mecânica em adultos e crianças. 5. Linguagem; Aquisição, desenvolvimento, alterações, avaliação e intervenção fonoaudiológica nas linguagens oral e escrita, desvios fonológicos, atrasos de linguagem, distúrbio específico de linguagem, afasias, demências, dislexias e disortografias. 6. Fonoaudiologia e Saúde Pública; Sistema Único de Saúde, níveis de atenção em saúde, sistemas de informação em saúde, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). 7. Fonoaudiologia Hospitalar; atuação fonoaudióloga em UTI e leito adulto e infantil, na unidade neonatal de cuidados progressivos e alojamento conjunto e grupos, comunicação, liderança, relações de poder, conflitos e negociação; estrutura, cultura, clima e mudança organizacional; legislações pertinentes. 6. Contabilidade, Finanças e Orçamento Público; noções, normas gerais e princípios; legislações pertinentes; plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual; processo orçamentário; planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro; receitas, despesas e gastos públicos; política fiscal e financiamento dos gastos públicos. 7. Gestão Logística, de Materiais e Patrimonial; fundamentos, conceitos, funções e práticas; logística de entrada e de apoio; cadeia de suprimentos; sistemas de compras; classificação e codificação; estocagem, movimentação e distribuição; licitações, contratos, convênios e parcerias; inventários.

BEHLAU, M.S. O Livro do Especialista-volume I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BEVILACQUA, M.C.; MARTINEZ, M.A.N.; BALEN, S.A.; PUPO, A.C.; REIS, A.C.M.B.; FROTA, S. (Org.). Tratado de audiologia. São Paulo: Santos. 2011.v. 1, p. 217-230.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS E ESTRATÉGICAS. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. — Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_recem_nascido_%20guia_profissionais_saude_v4.pdf. BRITTO, ATBO. Livro de Fonoaudiologia. São José dos Campos: Pulso editorial, 2005.

CASANOVA-PENA, J. & PAMIES, M.P. Reabilitação da Afasia e Transtornos Associados. Barueri, SP: Manole, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Contribuição da Fonoaudiologia para o avanço do SUS. Brasília, 2015. Endereço eletrônico: http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/Cartilha-sus.pdf>.

FERREIRA LP; MENDES BCA; NAVAS ALGP. (Org.). Tratado de Fonoaudiologia. 2ed.São Paulo. ROCA, 2010.

MARCHESAN, IQ; SILVA, HJ; TOME, MC. (Org.). Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. 1ed.Sao Paulo. Guanabara Koogan. 2014.

MOLINI-AVEJONAS, D.R.; MENDES, V.L.F.; AMATO, C.A.H. Fonoaudiologia e Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev. Soc. Brás Fonoaudiol. 15(3):465-74, 2010.

MOTA, H. B. Terapia Fonoaudiológica para os Desvios Fonológicos. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; Organização Pan-Americana de Saúde CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.

ORTIZ, KARIN ZAZO. Distúrbios Neurológicos Adquiridos - Linguagem e Cognição, editora Manole, 2006.

SANCHES, M.T.C. Manejo clínico das disfunções orais na amamentação. Jornal de Pediatria - Vol. 80, 5, 2004.

RUSSO, I.CP.; MOMENSOHN, M.T. A Prática da Audiologia Clínica. 4ª ed. São Paulo: Cortêz Editora, 1993.

ZORZI, J.L. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

44. Médico Auditor

1- O papel do código de ética médica na auditoria; a auditoria e o prontuário; legislação em auditoria 2- Gestão de faturamento hospitalar; controle de contas; classificação de contas; formação das contas; controle de fluxo; abertura do prontuário administrativo; lançamentos das contas; consolidação das contas; ajustes das contas; apresentação das contas; abrangência da conta; lançamentos nas contas; regras e práticas sus; características da tabela sigtap; regras e práticas da saúde suplementar; gestão de lançamento. 3- Gestão de auditoria de contas; processo; práticas; tipos de glosas. 4- Guia de gestão das contas hospitalares; guia de lançamento; guia baseado na tabela sigtap; práticas complementares de gestão. 5- Fase operativa de auditoria; procedimento





rotineiro; documentos a serem analisados nas unidades auditadas; fase operacional de auditoria nas unidades hospitalares; fase operacional de auditoria na unidade ambulatorial; responsabilidade dos gestores. 6 - Sistema de informações hospitalares; relatórios de saúde efetivas do sih/sus; relatório de saúde eventuais do sih/sus. 7 - Sistema de informações ambulatoriais; relatórios de saúde efetivas do sia/sus; relatórios de saúde eventuais do sia/sus. 8 - Auditoria em materiais; materiais descartáveis; órtese e prótese. 9 - Cálculo de impugnação; no sistema de informações hospitalares; no sistema de informações ambulatoriais.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de orientações técnicas sobre auditoria na assistência ambulatorial e hospitalar/Circular 032/2017**. São Paulo, 11 de janeiro de 2017. 1º ed. Brasília DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações técnicas sobre auditoria na assistência ambulatorial e hospitalar no SUS**. Ministério da Saúde Caderno 3- Brasília- ed. Ministério da Saúde, 2005.

MARQUES, Sueli Maria Fernandes. Manual de auditoria de contas médicas. 1°ed. Rio de Janeiro: Med Booke, 2015.

SALU, Enio Jorge. Gestão de faturamento e auditoria de contas hospitalares. 1° ed. Rio de Janeiro: Atheneu 2018.

44. Médico Cardiologista

1. Hipertensão arterial sistêmica: epidemiologia; diagnóstico; classificação; metas terapêuticas; tratamento não medicamentoso; tratamento medicamentoso; hipertensão arterial na gestação; hipertensão arterial secundária. 2. Risco cardiovascular; classificação do risco cardiovascular; redução do risco cardiovascular com medidas não farmacológicas; redução do risco cardiovascular com medidas farmacológicas. 3. Dislipidemia; classificação das dislipidemias; estratificação do risco cardiovascular; tratamento não medicamentoso; tratamento medicamentoso. 4. Avaliação perioperatória do risco cardiovascular; estimativa do risco; avaliação pré-operatória suplementar; medidas para redução do risco. 5. Insuficiência cardíaca crônica; definição; classificação; epidemiologia; propedêutica complementar; tratamento não farmacológico; tratamento farmacológico; terapia de ressincronização cardíaca; cardioversor desfibrilador implantável. 6. Insuficiência cardíaca aguda; definição; classificação; tratamento não medicamentoso; tratamento medicamentoso; choque cardiogênico. 7. Fibrilação/flutter atrial; epidemiologia; classificação; tratamento medicamentoso; tratamento não medicamentoso; abordagem na sala de emergência. 8. Síndromes coronarianas agudas; classificação; manejo na sala de emergência; tratamento medicamentoso; tratamento não medicamentoso; estratégias de reperfusão; estratificação de risco; tratamento das complicações; prevenção secundária. 9. Doença arterial coronariana crônica; definição; diagnóstico; tratamento não medicamentoso; tratamento medicamentoso; estratégias de revascularização. 10. Doenças valvares; epidemiologia; diagnóstico; doenças da valva mitral; doenças da valva aórtica; doenças da valva tricúspide; doenças da valva pulmonar; tratamento não medicamentoso; tratamento medicamentoso; complicações; tratamento das complicações; indicação de abordagem cirúrgica; indicação de abordagem percutânea; profilaxia de endocardite infecciosa. 11. Doença de chagas; epidemiologia; classificação; diagnóstico; tratamento medicamentoso; tratamento medicamentoso; tratamento das complicações. 12. Cardio-oncologia; definição de cardiotoxicidade; rastreamento; prevenção; tratamento medicamentoso; tratamento não medicamentoso; tratamento das complicações. 13. Dispositivos cardíacos eletrônicos implantáveis; diagnóstico das bradiarritmias; indicação de implante de dispositivos. 14. Arritmias ventriculares e supraventriculares; diagnóstico; classificação; tratamento medicamentoso; tratamento não medicamentoso. 15. Atividades administrativas: Realizam a revisão dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar, inclusive urgência e emergência, vinculados ao Sistema Único de Saúde, de responsabilidade do Município; autorizam os procedimentos de média e alta complexidade, vinculados ao Sistema Único de Saúde, de responsabilidade do Município; autorizam internações eletivas dos Municípios da micro e da macrorregião, quando atendidos em hospitais sediados no Município, vinculados ao Sistema Único de Saúde; participam de eventos ligados à Secretaria em que prestam serviço; utilizam recursos de informática; realizam outras atividades relacionadas ao serviço de revisão ambulatorial e hospitalar dos serviços de saúde, a cargo do Município, vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive na especialidade cardíaca, e outras atividades afins.

ANDRADE, J.P. et al. I Diretriz Latino Americana para o Diagnóstico e Tratamento da Cardiopatia Chagásica. Arq Bras Cardiol. 97(2). Supl.3: p. 1-48. 2011.

CESAR, L.A. et al. Diretriz de Doença Coronária Estável. Arq Bras Cardiol. 103(2); Supl.2: p. 1-59. 2014.

Comitê Coordenador da Diretriz de Insuficiência Cardíaca. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq Bras Cardiol. 111(3): p. 436-539. 2018.

FALUDI, A.A. et al. tualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. Arq Bras Cardiol. 109(2); Supl.1:1-76. 2017.





GUALANDRO, D.M. et al. 3ª Diretriz de Avaliação Cardiovascular Perioperatória da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol. 109(3); Supl.1: p. 1-104. 2017.

KALIL FILHO, R. et al. I Diretriz Brasileira de Cardio-Oncologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol. 96(2). Supl.1: p. 1-52. 2011.

MAGALHÃES, L.P. et al. II Diretrizes Brasileiras de Fibrilação Atrial. Arq Bras Cardiol. 106(4). Supl.2: p 1-22.

MALACHIAS, M.V.B. et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arq Bras Cardiol. 107(3); Supl. 3: p. 1-83. 2017.

MARTINELLI FILHO, M. et al. Guidelines for Implantable Electronic Cardiac Devices of the Brazilian Society of Cardiology. Arg Bras Cardiol. 89(6): p. e210-e238. 2007.

MONTERA, M.W. et al. I Diretriz Brasileira de Miocardites e Pericardites. Arq Bras Cardiol. 100(4). Supl. 1: p. 1-36. 2013.

NICOLAU, J.C. et al. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST. Arq Bras Cardiol; 102(3). Supl.1: p. 1-61. 2014

PIEGAS, L.S. et al. V Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio com Supradesnível do Segmento ST. Arq Bras Cardiol. 105(2): p. 1-105. 2015.

PRÉCOMA, DB et al. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. Arq Bras Cardiol, 113(4): p. 787-891. 2019.

TARASOUTCHI, F. et al. Diretriz Brasileira de Valvopatias - SBC 2011 / I Diretriz Interamericana de Valvopatias - SIAC 2011. Arq Bras Cardiol. 97(5). Supl. 1: p. 1-67. 2011.

XAVIER, H.T. et al. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. Arq Bras Cardiol. 101(4). Supl. 1: p. 1-22. 2013.

ZIPES, Douglas P; LIBBY, Peter; BONOW, Robert O; MANN, Douglas L; TOMASELLI, Gordon F; BRAUNWALD, Eugene (ed.). Braunwald's Heart Disease: A textbook of Cardiovascular Medicine. 11. ed. Philadelphia: Elsevier, 2019. 2040 p. v. 1. ISBN 978-0-323-55592-0.

45. Médico Clínico Geral

1. Sistema Único de Saúde (SUS): redes de atenção à saúde; atenção primária, secundária e terciária à saúde; Determinação social da saúde, vigilâncias em saúde e participação social no território. 2. Promoção e educação em saúde: promoção de comportamento, hábito e estilo de vida saudável; habilidades sociais e comunicacionais médicas para a abordagem individual, em grupos operativos e em meios de comunicação (jornais, rádio, televisão e mídias sociais); estratégias de aconselhamento; comunicação de más notícias. 3. Método Clínico Centrado na Pessoa: consulta e abordagem centradas na pessoa e tomada de decisões compartilhadas; Abordagem familiar: conceito, estrutura e dinâmica em família e ferramentas de abordagem familiar - ciclo vital da família: crises previsíveis do desenvolvimento - crises acidentais: crises não previsíveis no desenvolvimento - diversidade das estruturas familiares - dinâmica familiar – orientação diagnóstica mobilização da família como recurso terapêutico - situações clínicas em que a família deve ser envolvida; Genograma, APGAR, FIRO e PRACTICE familiar. 4. Prática de saúde baseada em evidências: epidemiologia clínica e para o SUS, prevenção primária, secundária, terciária e quaternária; polifarmácia e desprescrição médica; rastreamento dos cancêres e das doenças crônicas mais prevalentes no Brasil; uso racional de medicamentos; segurança do paciente e ética médica. 5. Cuidado integral do pessoal em uso e abuso de álcool, cigarro e outras drogas, com doenças infecciosas, com doenças crônicas não transmissíveis e com multimorbidades: hipertensão arterial sistêmica, obesidade, diabetes mellitus, dislipidemias, sofrimento e adoecimento mental. 6. Procedimentos clínico-cirúrgicos ambulatoriais para correção e tratamento de lesões, doenças e perturbações do corpo humano na atenção primária à saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único**, 2019. ISBN 978-85-334-2706-8

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias** para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias** para cuidado da pessoa com doença crônica obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cardiologia. **Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção**





especializada, v. 2. Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Procedimentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

GUSSO, G; LOPES, J M C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade - Princípios, Formação e Prática. 2ed. Artmed. 2019.

LOUZADA, MLC et al. Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar

Para a população. 132 p. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019. Disponível em: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/339/298/1248-1

STEWART, M et al. **Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico**. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

46. Médico Dermatologista

1. Dermatoses eritemato-escamosas: definição, etiologia, manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento das seguintes entidades: psoríases e pitiríases. 2. Dermatoses eritematopapulonodulares, eczematosas, purpúricas e urticadas: definição, etiologia, fisiopatologia, manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento. 3. dermatoses vesicobolhosas; definição, etiologia, fisiopatologia, manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento das seguintes entidades; pênfigos, penfigóide bolhosos, herpes gestacional, dermatose bolhosa por IGA linear, dermatite herpetiforme, epidermólise bolhosa adquirida; 4. Colagenoses: definição, etiologia, fisiopatologia, manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento de todas as formas de lúpus, esclerodermia, morféia, dermatomiosite, doença mista do tecido conjuntivo; 5. Dermatoses infecciosas virais, fúngicas, bacterianas, micobacterianas; 6. Oncologia cutânea: diagnóstico, manifestações clínicas, tratamento e manejo do carcinoma basocelular, carcinoma escamocelular e melanoma. 7. Foliculoses e tricoses: definição, etiologia, fisiopatologia, manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento das afecções do folículo piloso e da haste pilosa.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Guia prático sobre a hanseníase** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. — Brasília - Ministério da Saúde, 2017. 68 p.: il. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/22/Guia-Pratico-de-Hanseniase-WEB.pdf

BICHAKJIAN, Christopher; et al; **Guidelines of care for the management of basal cell carcinoma.** Journal of the American Academy of dermatology, v78, n.3, p 540-559, march-2018. Disponível em: https://www.jaad.org/article/S0190-9622(17)32529-X/fulltext

Castro LGM, Messina MCL, Loureiro WR, Macarenco RSS, Duprat JP, Di Giacomo THB, Bittencourt FV, Bakos RM, Serpa SS, Stolf HO, Gontijo G. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Dermatologia para diagnóstico, tratamento e acompanhamento do melanoma cutâneo primário - Parte I.** An Bras Dermatol. 2015;90(6):851-61.

Castro LGM, Bakos RM, Duprat Neto JP, Bittencourt FV, Di Giacomo THB, Serpa SS, Messina MCL, Loureiro WR, Macarenco RSS, Stolf HO, Gontijo G. **Diretrizes brasileiras para diagnóstico, tratamento e acompanhamento de melanoma cutâneo primário - Parte II.** An Bras Dermatol. 2016;91(1):51-60.

DUARTE, Artur Antônio. Colagenoses e a dermatologia. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora DiLivros. 2019

FERREIRA, Carlos M.M.; BARCAUI, C.; PIÑERO-MACEIRA, Juan. **Atlas de Dermatoscopia. Aplicação Clínica e - Correlação Histopatológica**. Rio de Janeiro: Ed. DiLivros; 2010.

SAMPAIO; RIVITI. Dermatologia. 4º.ed. São Paulo: Artes médicas. 2018

Sociedade Brasileira de Dermatologia. **Consenso Brasileiro de Psoríase 2012: guias de avaliação e tratamento**. 2ª. edo. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Dermatologia; 2012. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/24326/4057388_345331.pdf

Sociedade Brasileira de Dermatologia. **Consenso brasileiro de fotoproteção.** 1ª. Ed. Rio de Janeiro: sociedade brasileira de dermatologia; 2012. Disponível em: http://www.sbd.org.br/dezembroLaranja/noticias/consenso-de-fotoprotecao/

ZAITZ, Clarisse. Compêndio de Micologia Médica. 2ª..ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan. 2010.

47. Médico do Trabalho

1. Sistema Único de Saúde (SUS): redes de atenção à saúde (Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, Rede de Atenção Psicosocial, Rede de Atenção às Urgências e Emergências); atenção primária, secundária e terciária à saúde; Determinação social da saúde, vigilâncias em saúde e participação social no território. 2. Promoção e educação em saúde: promoção de comportamento, hábito e estilo de vida saudável; habilidades sociais e comunicacionais médicas para a abordagem individual, em grupos operativos e em meios de comunicação (jornais, rádio, televisão e mídias sociais); estratégias de aconselhamento; comunicação de más notícias. 3. Método Clínico Centrado na Pessoa: consulta e abordagem centradas na pessoa e tomada de





decisões compartilhadas; Abordagem familiar: conceito, estrutura e dinâmica em família e ferramentas de abordagem familiar - ciclo vital da família: crises previsíveis do desenvolvimento - crises acidentais: crises não previsíveis no desenvolvimento. 4. Prática de saúde baseada em evidências: epidemiologia clínica e para o SUS, prevenção primária, secundária, terciária e quaternária; polifarmácia e desprescrição médica; rastreamento dos cancêres e das doenças crônicas mais prevalentes no Brasil; uso racional de medicamentos; segurança do paciente e ética médica. 5. Cuidado integral da pessoa em uso e abuso de álcool, cigarro e outras drogas, com doenças infecciosas, com doenças crônicas não transmissíveis e com multi-morbidades: hipertensão arterial sistêmica, obesidade, diabetes mellitus, dislipidemias, sofrimento e adoecimento mental. 6. Processo saúdedoença relacionado ao trabalho: adoecimento ocupacional, prevenção, notificação, diagnóstico, tratamento e reabilitação de agravos e doenças relacionadas ao trabalho.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único**, 2019. ISBN 978-85-334-2706-8 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. 136 p. (Cadernos de Atenção Brásica, n. 41).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias** para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador. **Boletim epidemiológico: Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006-2017**. Disponível em: http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/ccvisat_bol_transtmentais_final_0.pdf. Acesso em 08/12/2019.

DIAS EC, LACERDA-SILVA T. **Saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: possibilidades, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Coopmed; 2013.

GARBIN, AC; PINTOR, EAS. Estratégias de intra e intersetorialidade para transversalizar a saúde do trabalhador em todos os níveis de atenção à saúde. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 44, e18, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000030118. Acesso em 09/12/2019.

GUSSO, G; LOPES, J M C. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade - Princípios, Formação e Prática**. 2ed. Artmed. 2019.

LOUZADA, MLC et al. Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar

para a população. 132 p. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019. Disponível em: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/339/298/1248-1

OPAS. **O impacto de substâncias químicas sobre a saúde pública: Fatores conhecidos e desconhecidos.** Brasília, D.F.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2018. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.Disponível em: http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/49122

PINTOR, EAS; GARBIN, AC. **Notificações de violência relacionadas ao trabalho e vigilância em saúde do trabalhador: rompendo a invisibilidade**. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 44, e20, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000006918. Acesso em 08/12/2019.

48. Médico Ginecologista

1. Ginecologia: Anatomia e embriologia. Fisiologia do ciclo menstrual. Dor pélvica e dismenorréia. Doenças sexualmente transmissíveis e infecções geniturinárias. Abdome agudo ginecológico. Doenças benignas do trato reprodutivo. Cirurgias para doenças benignas e malignas do aparelho reprodutor feminino. Incontinência urinária Distopia genital. Doença inflamatória pélvica. Corrimento vaginal. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Amenorréia. Anovulação. Síndromes hiperandrogenicas. Sangramento uterino anormal. Desenvolvimento sexual fisológico. Estados intersexuais. Puberdade fisiológica e patológica. Climatério. Tensãopré-menstrual. Infertilidade. Endoscopia ginecológica. Endometriose e Adenomiose. Propedêutica do colo uterino. Câncer de colo uterino. Câncer de ovário. Câncer de vulva. Câncer do corpo uterino. Doenças benignas e malignas da mama. Ginecologia infanto-puberal. Violência sexual. Aspectos ético-legais em Ginecologia. Contracepção e Planejamento familiar. Propedêutica em Ginecologia. Calendário vacinal da mulher. 2. Obstetrícia: Assistência pré-natal. Assistência ao parto. Avaliação da vitalidade fetal. Puerpério fisiológico e patológico. Aleitamento materno. Síndromes hemorrágicas na gravidez. Amniorexe prematura. Parto prematuro. Cesariana. Gestação de alto risco. Hipertensão na gravidez. Endocrinopatias na gravidez. Doenças respiratórias na gravidez. Cardiopatia e gravidez. Doenças gastrointestinais e gravidez. Saúde mental na gestação. Infecções perinatais. Infecções na gravidez. Incompatibilidade sangüínea materno-fetal. Ultrassonografia em obstetrícia. Doenças infecciosas na gravidez. Sofrimento fetal. Tocotraumatismos





maternos. Uso de drogas na gravidez. Gravidez na adolescência. Infecção urinária na gravidez. Patologia do sistema amniótico. Neoplasia na gravidez Hiperemese gravídica. Aspectos médico-legais e éticos da obstetrícia.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica**: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CAMARGOS AF, Melo VH. **Ginecologia Ambulatorial Baseada em Evidências Científicas**, Cooperativa Editora e Cultura Médica, 3ª edição, 2015.

CUNNINGHAM FG... Obstetrícia de Williams – Mc Graw Hill/ Bookman, 24ª edição, 2016.

FEBRASGO. Manuais e Protocolos Assistenciais da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/pt/.

FERNANDES. Tratado de Ginecologia Febrasgo – ELSEVIER 1ª edição 2018.

SILVA-FILHO. **Manual SOGIMIG de Ginecologia e Obstetrícia** 6ª edição 2017 Ed. Medbook.

49. Médico Infectologista

1. Arboviroses (dengue, febre amarela, chikungunya, zika); epidemiologia; etiologia; etiopatogenia; fisiopatologia; manifestações clínicas; diagnóstico; diagnóstico diferencial; manejo clínico; tratamento; complicações; prevenção. 2. Leishmaniose visceral e tegumentar; epidemiologia; etiologia; etiopatogenia; fisiopatologia; manifestações clínicas; diagnóstico; diagnóstico diferencial; manejo clínico; tratamento; complicações; prevenção. 3. HIV/AIDS; epidemiologia; etiologia; fisiopatologia; história natural da infecção pelo HIV; doenças oportunistas (manifestações clínicas, diagnóstico e tratamento); diagnóstico; indicação, efeitos colaterais e resistência viral ao tratamento antirretroviral. 4. Antimicrobianos; principais classes; espectro de ação; indicação; mecanismos de ação; mecanismos de resistência das bactérias; uso racional de antimicrobianos; efeitos colaterais das diversas classes e medicamentos. 5. Hepatites virais (A, B, C, D e E); epidemiologia; etiologia; etiopatogenia; fisiopatologia; manifestações clínicas; diagnóstico; diagnóstico diferencial; tratamento; complicações; prevenção. 6. Infecções de transmissão sexual; diagnóstico e abordagem sindrômica das infecções de transmissão sexual (ITS); tratamento sindrômico adequado das principais ITS; etiologia, etiopatogenia e manifestações clínicas das principais ITS (sífilis, gonorréia, clamídia, linfogranuloma venéreo, condiloma acuminado, cancro mole, herpes simples, HPV); interpretação de métodos diagnósticos e tratamento da sífilis; iidentificar as estratégias de prevenção das ITS incluindo a prevenção da sífilis congênita. 7. Tuberculose; epidemiologia; etiologia; etiopatogenia; fisiopatologia; manifestações clínicas; diagnóstico; diagnóstico diferencial; manejo clínico; tratamento; complicações; prevenção.

BENNETT, John E.; DOLIN, Raphael; BLASER, Martin J. Mandell, Douglas, and Bennett's. **Principles and Practice of Infectious Diseases**. 8 ed. Elsevier, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Leishmaniose Visceral – Recomendações clínicas para redução da letalidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Febre amarela : guia para profissionais de saúde.** Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único.** 3. ed. atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. **Dengue :** diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança. 5. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

FOCACCIA, Roberto. VERONESI. **Tratado de infectologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atheneu, 2015. TAVARES, Walter. **Antibióticos e quimioterápicos para o clínico**. 3. Ed. Rev. e atual. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.





50. Médico Neurologista

1. Cefaléias e Dor: 1) Classificação Internacional das Cefaléias da International Headache Society (2014). Cefaléias primárias e secundárias.2) Enxaqueca sem e com aura: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.3) Cefaléia tipo tensão: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.4) Cefaléia em salvas: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.5) Outras formas de cefaléia: Hemicrania Paroxística Crônica e Episódica, Cefaléia Hípnica, Síndrome "SUNCT", Cefaléias de Esforço, Cefaléia das Pontadas.6) Cefaléia crônica diária: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.7) Cefaléias secundárias: ligadas ao traumatismo craniano, patologias vasculares (hemorragia subaracnóidea, arterite temporal, hemorragia cerebral, isquemia cerebral, hipertensão arterial e encefalopatia hipertensiva, tromboses venosas), patologias não vasculares (meningites e encefalites, processos expansivos, hipotensão intracraniana, hipertensão intracraniana benigna), ligadas ao uso de drogas, ligadas a infecções não cefálicas, ligadas a transtornos clínicos e metabólicos, associadas a patologias de olhos, ouvidos, nariz, garganta, dentes, articulação temporomandibular, crânio, coluna cervical, neuralgias e outras formas de dores neuropáticas cefálicas (neuralgia de trigêmeo e glossofaríngea, outras algias cranianas, dor por desaferentação).8) Dor facial atípica. 2. Epilepsias: 1) Classificação Operacional dos Tipos de Crises Epilépticas pela International League Against Epilepsy (2017).2) Etiologia das epilepsias nas diferentes faixas etárias.3) Classificação das síndromes epilépticas. 4) Investigação da primeira crise e de crises repetitivas e tratamento ou não da primeira crise epiléptica.5) Anticonvulsivantes: classes farmacológicas, mecanismos de ação, indicações, efeitos colaterais.6) Diagnóstico de epilepsia de difícil controle e exames complementares para a seleção de pacientes para o tratamento cirúrgico (exame neuropsicológico, SPECT critico e intercritico, RNM, VideoEEG). 3.Doença Cerebrovascular: 1) Aspectos clínicos do infarto com distribuição em território de: artéria cerebral anterior, artéria cerebral média, artérias lenticuloestriadas, sistema vértebrobasilar.2) Fatores de risco na doença vascular, incluindo as trombofilias.3) Ataque isquêmico transitório. 4) Infarto isquêmico (embolização artério-arterial, embolização cardiogênica, trombose de grandes vasos). 5) Infarto lacunar.6) Infarto hemorrágico.7) Amaurose fugaz.8) Trombose venosa cerebral e dos grandes seios venosos.9) Afasia Global Transitória. 4. Neuroimunologia: 1) Esclerose múltipla: classificação, diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.2) Neuromielite Optica: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.3) Doenças imunomediadas do sistema nervoso periférico: Síndrome de Guillain-Barré, Polineuropatia desmielinizante inflamatória crônica (CIDP) e Miastenia Gravis: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento.4) Arterites do sistema nervoso central e periférico: quadro clinico, diagnóstico, fisiopatologia e tratamento. 5. Demências: 1) Diagnóstico diferencial entre demência, delirium, amnésia, confabulação e alucinação.2) Diagnóstico diferencial entre estado confusional agudo e demência. 3) Escalas de avaliação das demências, critérios diagnósticos, diagnóstico diferencial, exames complementares e tratamento.4) Doença de Alzheimer: etiologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento.5) Demência vascular: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.6) Demência Fronto Temporal: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.7) Demências tratáveis: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.8) Transtornos da comunicação: afasia, disartria, apraxia e agnosia. 6. Transtornos do Movimento: 1) Anatomia, fisiologia e fisiopatologia dos gânglios da base e dos sistemas de neurotransmissores.2) Síndromes parkinsonianas.3) Doença de Parkinson: quadro clinico, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento.4) Parkinsonismo secundário: quadro clinico, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento.5) Parkinson plus: quadro clinico, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento.6) Coréias: quadro clinico, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento.7) Tremor Essencial: quadro clinico, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento.8) Distonias: classificação, fisiopatologia e tratamento. 7.Doenças Neuromusculares: 1) Neuropatias Diabéticas: classificação, quadro clinico e tratamento.2) Outras neuropatias: paraneoplásicas, tóxicas, metabólicas: quadro clínico, diagnóstico e tratamento.3) Plexopatia Braquial: anatomia, quadro clínico, etiologia.4) Plexopatia Lombosacra: anatomia, quadro clínico, etiologia.5) Radiculopatia cervical: semiologia e propedêutica.6) Radiculopatia Lombosacra: semiologia e propedêutica.6) Principais achados eletroneuromiográficos nas neuropatias e miopatias.7) Miopatias Inflamatórias: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.8) Distrofias Musculares: classificação, quadro clinico e diagnóstico. 8. Transtornos do Sono: 1) Narcolepsia: quadro clinico, diagnóstico e tratamento. 2) Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.3) Parassonias: classificação, quadro clinico, diagnóstico e tratamento. 4) Transtornos de fase: classificação: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.5) Insônias: classificação, quadro clinico, diagnóstico e tratamento. 9. Doenças Infecciosas do Sistema Nervoso Central: 1) Neurocisticercose: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.2) Neurosifilis (Sífilis Tardia e Tabes Dorsalis): quadro clinico, diagnóstico e tratamento.3) Retroviroses (HIV e HTLV): síndromes clinicas, diagnóstico e tratamento.4) Mielite Esquistossomótica: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.5) Doenças priônicas: quadro clinico, diagnóstico e tratamento.

CAMARGOS, Sarah. COSTA, Marcella. FILOGONIO, Isabella. CARDOSO, Francisco. Manual para o diagnóstico dos Distúrbios de Movimentos. 1ª ed. São Paulo. Omniframa, 2012





KASPER, Dennis L., FAUCI Anthony S., HAUSER, Stephen L., LONGO, Dan L., JAMERSON J. Larry Jamerson, LOSCALZO Joseph. Medicina Interna de HARRISON. 19ª ed. Porto Alegre. Mc Graw Hill Education, 2017. MELO-SOUZA, Sebastião Eurico. Tratamento das Doenças Neurológicas. 3ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2013.

ROWLAND, Lewis P., PEDLEY, TIMOTHY A. Merrit Tratado de Neurologia. 12ª ed. Rio de janeiro. Guanabara Koogan, 2011

SANVITO, Wilson Luiz. MONZILLO, Paulo Helio. O Livro das Cefaléias. 1ª ed. Atheneu, 2001

TEIXEIRA, Antônio Lúcio. CARAMELLI, Paulo. Neurologia Cognitiva e do Comportamento. Rio de Janeiro. Revinter, 2012

Uptodate. Disponível em https://www.uptodate.com/home. Wolters Kluver

51. Médico Ortopedista

1- linfecções osteoarticulares: osteomielites; artrites sépticas; tuberculose osteoarticular; aspectos gerais, fisiopatologia, etiologia, tratamento, complicações. 2- Doenças osteo metabólicas: raquitismos; hiperparatireoidismo; osteogênese imperfeita; osteoporose; características gerais, etiologia, epidemiologia, quadro clínico, diagnósticos laboratoriais, diagnóstico radiológico, tratamentos. 3- Tumores ósseos: tumores benignos; tumores malignos; definições, características diferenciais, características clínicas, características radiológicas, classificação, estadiamentos, tratamentos. 4- Deformidades rotacionais e angulares de mmii; avaliação, interpretação dos desvios, evolução, tratamento. 5- Coluna vertebral: cervicobraquialgia; artrite reumatoide; síndrome de geisel; afecções degenerativas; escoliose; lombociatalgias; hernia discal. 6- Membros superiores no adulto e na criança: síndrome do manguito rotador; capsulite adesiva; tendinites calcárias; epicondilite lateral e medial; artroscopia do ombro; osteoartrite; artrite reumatoide; tenossinovite de quervain; dedo em gatilho; cisto sinovial; síndrome do túnel do carpo; síndrome do canal de guyon; contratura de dupyutren; sindactilia; banda de constrição. 7- Membros inferiores no adulto e na criança: osteonecrose da cabeça femoral; artrose; artroplastia do quadril e joelho ; impacto femoroacetabular; artroscopia do quadril e joelho; displasia do desenvolvimento do quadril; sinovite transitória; doença de legg-calvé-perthes; epifisiólise proximal do fêmur; gonartrose; distúrbios da articulação femoro-patelar; cisto de baker; cisto meniscal; osteocondrite dissecante; doença de osgood-schlatter; genuvalgo; genuvaro; pé torto congênito; metatarsovaro; pé plano; pé talo vertical congênito; pé torto inveterado, tratamento com fixador externo. 8-Trauamtologia: fraturas e lesões fisárias; fraturas expostas; fraturas e luxações da coluna vertebral; fraturas de cintura escapular; fraturas e luxações de membros superiores; fraturas do anel pélvico; fraturas de membros inferiores. 9- Fixadores externos em traumatologia; síndrome compartimental; traumatologia do esporte.

SIZÍNIO K. HEBERT, TARCÍSIO E. P. DE BARROS FILHO, RENATO XAVIER, ARLINDO PARDINI Jr. **Ortopedia e traumatologia: princípios e práticas**. 5° ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

REIS, Fernando Baldy Dos, **Fraturas**, 2° ED., São Paulo, Atheneu, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 49, № 1, Rio de Janeiro. Jan/Fev, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 50, № 1, Rio de Janeiro. Jan/Fev, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 50, № 3, Rio de Janeiro. Mai/Jun, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 51, № 3, Rio de Janeiro. Mai/Jun, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 49, № 4, Rio de Janeiro. Jul/ Ago, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 51, № 4, Rio de Janeiro. Jul/Ago, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 49, № 5, Rio de Janeiro. Set/Out, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 51, № 5, Rio de Janeiro. Set/Out, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 52, № 5, Rio de Janeiro. Set/Out, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia**. Volume 48, № 6, Rio de Janeiro. Nov/Dez, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 49, № 6, Rio de Janeiro. Nov/Dez, 2014





SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. **Revista Brasileira de Ortopedia.** Volume 52, № 6, Rio de Janeiro. Nov/Dez, 2017.

52. Médico Pediatra

1. Semiologia da Criança e do Adolescente – particularidades do atendimento pediátrico, do recém-nascido e do adolescente; avaliação do estado de nutrição e hidratação; anamnese em pediatria; avaliação dos sistemas respiratório, cardiovascular e digestório; avaliação do crescimento e desenvolvimento. 2. Atenção primária em pediatria – aleitamento materno; alimentação do lactente, pré-escolar e escolar; desenvolvimento infantil; distúrbios do crescimento e puberdade; imunizações em pediatria. 3. Patologias comuns da prática pediátrica – desnutrição e obesidade; desidratação; doenças infecto-parasitárias; IVAS; pneumonias comunitárias; asma; tuberculose; dengue; ITU, síndrome nefrítica e nefrótica; diabetes tipo 1; constipação intestinal; anemias carenciais. 4. Prática hospitalar em pediatria: nutrição enteral e parenteral; indicações de internação hospitalar; choque. 5. Saúde pública em pediatria: ética médica; cuidados com a criança em situação de risco; rede de saúde.

AFFONSO, Alessandra Gazire Alves Affonso. **Protocolo de Asma**: Diagnóstico e Manejo. PBH. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.ginanobrasil.org.br/Protocolo_Manejo_%20Asma_BH.pdf

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 1931**, de 17 de setembro de 2009. Aprova o Código de Ética Médica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília. Ministério da Saúde. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual dos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BURNS, Dennis Alexander Rabelo et al. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4ª edição. Barueri, SP. Manole. 2017.

MARTINS, Maria Aparecida et al. Semiologia da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro. Medbook. 2010.

53. Médico Psiquiatra Adulto

1. Semiologia Psiquiátrica: exame psiquiátrico; diagnostico e classificação em Psiquiatria; métodos complementares de diagnóstico: avaliações laboratoriais, neuroimagens, eletroencefalograma. 2. Clínica Psiquiátrica: transtornos do humor; esquizofrenias e outros transtornos psicóticos; ansiedade e transtornos relacionados; transtornos de personalidade; transtornos dissociativos e somatoformes; transtornos alimentares; transtornos mentais pelo uso de substancias psico-ativas; transtornos mentais devido a condições médicas gerais; transtornos de sexualidade; transtornos psiquiátricos especiais; Retardo Mental. 3. Psicopatologia: aspectos gerais; consciência; sensopercepção; representações; conceitos e juízos; raciocínio; memória; atenção; orientação; afeto e humor; volição; pensamento; linguagem; inteligência; consciência e valoração do eu, esquema corporal e identidade; personalidade. Síndromes psiquiátricas. 4. Fundamentos de psicogeriatria. 5. Fundamentos de Psiquiatria Forense. 6. Fundamentos de Psiquiatria Infantil. 7. Terapêutica psiquiátrica: biológicas; psicofarmacológicas (antipsicóticos, antidepressivos, ansiolíticos, estabilizantes do humor, antiepilépticos, interações medicamentosas, drogas médicas que provocam distúrbios psiquiátricos); eletroconvulsoterapia. 8. Saúde mental: a legislação referente à saúde mental. As relações entre transtornos mentais, cidadania e direito. A reforma psiquiátrica. 9. Urgências e emergências psiquiátricas

BRASIL. **Lei Federal no. 10.216**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. Ministérios da Saúde. **Portaria 2.391** do Ministério da Saúde, de 28 de dezembro de 2002.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 3ª. Edição – Porto Alegre: Artmed, 2019.

KAPLAN & SADOCK. Compêndio de Psiquiatria Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica. 11º. Edição-Porto Alegre: Artmed, 2017.

KAPLAN & SADOCK. **Manual de Farmacologia | psiquiátrica.** 6ª. Edição – Porto Alegre: Artmed, 2015. QUEVEDO, J; CARVALHO, A. **Emergências Psiquiátricas.** 3ª. Edição-Porto Alegre: Artmed, 2014.

54. Médico Psiquiatra Infantil

1. Histórico da Psiquiatria Infantil. 2. Transtornos emocionais com início específico na infância (Códigos F80-89 e F90-98 da CID-10); a. Deficiências intelectuais ; b. Transtornos da Comunicação ; c. Transtornos do Espectro Autista; d. Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (hipercinéticos); d. Transtorno Específico da Aprendizagem; e. Transtornos Motores; f. Transtornos Alimentares; g. Transtorno da Eliminação; h. Transtornos de Sono; i. Transtornos de Humor; j. Transtornos Disruptivos, do Controle de Impulsos e da





Conduta; k. Transtornos relacionados a Cannabis; l. Transtornos relacionados a Problemas de Relacionamento; m. Abuso e Negligência. 3. Classificações Diagnósticas. 4. Esquizofrenia na Infância e Adolescência. 5. Exame Psiquiátrico: criança e família. 6. Psicofarmacoterapia na Infância e Adolescência. 7. Psicoterapias: quando e para quem encaminhar.

Ajuriaguerra, J. Manual de Psiquiatria Infantil. Barcelona, Toray-Masson, 1977.

APA. Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais do DSM-V. Porto Alegre, Artmed; 2013.

Barkley, Russel. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. Porto Alegre, Artmed; 3ª. ed.; 2008.

Brown, E. Thomas. Transtorno de Déficit de Atenção. Porto Alegre, Artmed; 2007.

IACAPAP www.iacapap.org/iacapap-Textbook-of-child-and-adolescent-mental-health.

Kaplan & Sadock. Manual Conciso de Psiquiatria da Infância e Adolescência. Porto Alegre, Artmed; 2011.

OMS. Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Porto Alegre, Artes Médicas; 1993.

Rohde, L.A. e outros. Guia para compreensão e manejo do TDAH. Porto Alegre, Artmed; 2019.

Stahl, Stephen. **Prescriber's Guide Child and Adolescent Psychopharmachology**. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.

55. Odontólogo Bucomaxilofacial

1. Princípios de Cirurgia e Traumatologia Maxilofacial; avaliação pré e pós operatória, exames complementares, reparação tecidual, exodontias, cirurgia pré-protética e paraendodôntica, tratamento e controle de infecções na prática odontológica, acessos cirúrgicos aplicados à cirurgia oral e maxilofacial, diagnóstico e tratamento das deformidades dentoesqueléticas, diagnóstico e tratamento das disfunções da articulação temporomandibular, diagnóstico e tratamento das patologias orais e maxilofaciais, diagnóstico e tratamento do trauma maxilofacial, diagnóstico e tratamento das complicações em cirurgia bucomaxilofacial, reconstruções ósseas em região maxilofacial, manejo odontológico do paciente clinicamente comprometido.

2. Farmacologia Aplicada à Odontologia; anestésicos locais, analgésicos não opióides e opióides, antiinflamatórios não esteroides, antiinflamatórios esteroides, antibióticos, manejo medicamentoso da ansiedade.

ANDRADE, Eduardo Dias de. **Terapêutica Medicamentosa em Odontologia**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013.

ELLIS III, Edward; ZIDE, Michael F... Acessos Cirúrgicos ao Esqueleto Facial. 2. ed. São Paulo: Santos, 2006.

GIL, José Nazareno; CLAUS, Jonathas Daniel Paggi. Estética Facial - a Cirurgia Ortognática - Passo a Passo Para Ortodontistas e Cirurgiões. 1. ed. São Paulo: Santos, 2009.

LITTLE, James W. et al. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. 7. ed. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 2009.

MALAMED, Stanley F. Manual de Anestesia Local. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MILORO, Michael et al. Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson. 3. ed. São Paulo: Santos, 2016.

NEVILLE, Brad W. et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

WANNMACHER, Lenita; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso. Farmacologia Clínica Para Dentistas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

56. Odontólogo - Clínico Geral

1. Legislação de Saúde Pública: princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), financiamento do SUS. 2. Politica Nacional de Saúde Bucal: conhecimento e aplicação sobre a política. 3. Educação em Saúde: planejamento de atividades educativas para prevenção de agravos em saúde bucal. 4. Humanização: noções sobre acolhimento do paciente, cuidado integral em saúde, trabalho em equipe. 5. A atenção em saúde bucal no SUS: principais agravos em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação em manutenção da saúde) em crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. 6. SB Brasil: conhecer os principais resultados dos inquéritos populacionais em saúde bucal. 7. Redes de atenção a saúde bucal.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos temáticos do PSE — Promoção da Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,





Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica — Brasília: Ministério da Saúde. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 17. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos — Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de especialidades em saúde bucal**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual especialidades saude bucal.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal** no Sistema Único de Saúde — Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 350 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política** Nacional de Humanização PNH — Brasília, 2013.

MENDES E.V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan Americana da Saúde. 2011. P. 549
MENDES E.V. As redes de atenção à saúde. Cien Saude Colet 2010;15(5):2297-05.

RONCALLI A.G. Projeto SB-Brasil 2010 — Pesquisa Nacional de Saúde Bucal revela importante redução da cárie dentária no país. Cadernos de Saúde Pública. 2011; 27(1):4.

57. Odontólogo - Endodontista

1. Diagnóstico em Endodontia: métodos e técnicas de diagnóstico; etiopatogenia e diagnóstico das alterações pulpares e periapicais; diagnóstico diferencial entre dores odontogênicas e não odontogênicas; urgências endodônticas. 2. Polpa dentária: histofisiologia do complexo dentino pulpar; biologia pulpar; microbiologia endodôntica; topografia da cavidade pulpar e do periápice. 3. Preparo Mecânico Químico e Obturação do Sistema de Canais Radiculares: medidas preliminares e procedimentos pré-operatórios; acesso coronário; técnicas de instrumentação manuais e automatizadas; características e propriedades dos instrumentos endodônticos; soluções e técnicas de irrigação; medicação intracanal; materiais obturadores; técnicas de obturação; MTA e outros biomaterais em Endodontia. 4. Traumatismos dentários: classificação, etiologia, exame, diagnóstico e tratamento; abordagem endodôntica de dentes traumatizados; prevenção dos traumatismos dentais e orais. 5. Tratamentos Conservadores da polpa dentária; tratamento endodôntico de dentes permanentes jovens. 6. Prognóstico e controle pós tratamento: reparo tecidual após tratamento endodôntico; reabsorções dentárias; avaliação do sucesso e insucesso em endodontia; retratamento do sistema de canais radiculares. 7. Emprego de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos em Endodontia.

ANDREASEN, J.O. et al. Fundamentos do Traumatismo Dental. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2003. HARGREAVES, K.M.; COHEN, S. Caminhos da Polpa. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. LOPES, H.P.; SIQUEIRA, J.F. Endodontia: Biologia e Técnica. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. WANNAMACHER, L.; FERREIRA, M.B. Farmacologia clínica para dentistas. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

58. Odontólogo – Especialista em Prótese Dentária

1. Oclusão: Anatomia funcional e biomecânica do sistema mastigatório. Fisiologia do sistema mastigatório. Posicionamento e oclusão dental. Mecânica do movimento mandibular. Critérios para uma oclusão ideal. Determinantes da morfologia oclusal. Etiologia dos distúrbios funcionais do sistema mastigatório. Sinais e sintomas das desordens temporomandibulares. História e exame das desordens temporomandibulares. Diagnóstico das desordens temporomandibulares. Considerações gerais no tratamento das desordens temporomandibulares. Tratamento das desordens dos músculos mastigatórios. Tratamento das desordens da articulação temporomandibular. Tratamento de Hipomobilidade mandibular crônica e das desordens de crescimento. Terapia com placa oclusal. Considerações gerais na terapia oclusal; Uso de articuladores na terapia oclusal. Desgaste seletivo. Considerações restauradoras na terapia oclusal. 2. Prótese Fixa: Fundamentos de oclusão em prótese parcial fixa. Cirurgia pré protética. Terapia Periodontal Protética. Preparos protéticos. Preparo de dentes com periodonto reduzido. Restaurações protéticas provisórias. Moldagens em prótese parcial fixa; Infraestrutura; Infraestrutura de prótese fixa; Metalocerâmica. Cerâmica Pura, Cerâmicas a base de Silicato. Cerâmicas de Alta resistência. Prótese adesiva. Facetas e restaurações inlays e onlays de porcelana. Reabilitação protética de pacientes com perda avançada de inserção. Arco Facial. Planos de Referência. Montando os modelos no Articulador (ASA). Registros Oclusais. Enceramento diagnóstico. Cimentação temporária. Cimentação Definitiva. Manejo tecidual em prótese fixa. Procedimentos laboratoriais para prótese fixa. Pônticos para prótese fixa. Restaurações de dentes submetidos a tratamento endodôntico. 3. Implantodontia: Opções protéticas em implantodontia. Planos de tratamento. Manutenção do Implante.





Abordagem voltada para sobredentaduras implanto suportadas. Próteses fixas e sobredentaduras. Opções de tratamento para substituição de um elemento unitário. 4. Prótese Parcial Removível: Conceito, Indicações e Contraindicações. Classificação dos edentados parciais. Sistemas da Prótese Parcial Removível; Delineador; Apoios e Descansos ou Nichos; Grampos ou Retentores Extracoronários. Retenção Indireta. Planejamento em Prótese Parcial Removível. Planos Guia Técnicas de Transferência para a Boca do Paciente. Preparo da Boca para Receber Prótese Parcial Removível. Moldagem em Prótese Parcial Removível; Prótese Parcial Removível Dentomucossuportada. Aparelhos Parciais Removíveis de Retenção por Encaixe. 5. Prótese Total: Planejamento das reabilitações protéticas nos pacientes edentados. O exame do paciente edentado. O relacionamento do profissional com o paciente. Restabelecimento imediato das condições bucais ideais como complementação diagnóstica e base do tratamento. Moldagem anatômica. Moldagem funcional. Estética e reintegração social — Conceitos fundamentais. Bases de prova e planos de orientação. Individualização do plano de orientação superior e inferior. O restabelecimento da posição mandibular. Montagem dos modelos em articulador. Dentes artificiais. Montagem dos dentes artificiais - arranjos estéticos e oclusais em próteses totais. Gengiva artificial. Instalação de próteses totais. Manutenção de próteses totais. Próteses totais imediatas. Próteses de transição. Sistemas de retenção para sobredentaduras. Sistem ORCE – overdenture retida por clipes encaixes. Carga imediata em sobredentaduras. O passo a passo na confecção das próteses totais.

FIORI, Sérgio R.; DI FIORE, Marco Antônio; DI FIORE, Ana Paula. **Atlas de prótese parcial removível**: princípios biomecânicos, bioprotéticos e de oclusão. São Paulo: Santos, 2010. 499 p.

MISCH, Carl E. Implantes dentários contemporâneos. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 1120 p.

MISCH, Carl E. Prótese sobre implantes dentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 992 p.

OKESON, Jeffrey P. **Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 512 p.

PEGORARO, Luiz Fernando. **Prótese Fixa**: bases para o planejamento em reabilitação oral. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 487 p.

SHILLINGBURG, Herbert T.; HOBO, Sumiya; WHITSETT, Lowell D.; JACOBI, Richard; BRACKETT, Susan E. Fundamentos de prótese fixa. 4. ed. São Paulo: Quintessence, 2007. 472p.

TELLES, Daniel. Prótese total: convencional e sobre implantes. São Paulo: Santos, 2009. 492 p.

55. Odontólogo

1. Legislação de Saúde Pública: princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), financiamento do SUS. 2. Politica Nacional de Saúde Bucal: conhecimento e aplicação sobre a política. 3. Educação em Saúde: planejamento de atividades educativas para prevenção de agravos em saúde bucal. 4. Humanização: noções sobre acolhimento do paciente, cuidado integral em saúde, trabalho em equipe. 5. A atenção em saúde bucal no SUS: principais agravos em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação em manutenção da saúde) em crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. 6. SB Brasil: conhecer os principais resultados dos inquéritos populacionais em saúde bucal. 7. Redes de atenção a saúde bucal.

BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Titulo VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE** – Promoção da Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica, n. 17**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos –Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de especialidades em saúde bucal**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_especialidades_saude_bucal.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal no Sistema Único de Saúde** – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 350 p.





BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Humanização PNH** – Brasília, 2013.

MENDES E.V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2011. P. 549

MENDES E.V. As redes de atenção à saúde. Cien Saude Colet 2010;15(5):2297-05.

RONCALLI A.G. **Projeto SB Brasil 2010** – Pesquisa Nacional de Saúde Bucal revela importante redução da cárie dentária no país. Cadernos de Saúde Pública. 2011; 27(1):4.

56. Terapeuta Ocupacional

1.Terapia Ocupacional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); 2. Terapia ocupacional em contexto hospitalar; 3. Terapia ocupacional e a reabilitação profissional; 4. Avaliação da Funcionalidade Ocupacional; 5. Tecnologias terapêuticas e Tratamentos da função ocupacional; 6. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde da criança, do Adulto e do Idoso; 7. Processos Grupais; 8. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Claudia. Terapia Ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007

CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. Terapia Ocupacional Willard & Spackman. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

DRUMMOND, Adriana F. & REZENDE, Márcia B. Intervenções da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, Editora UFMG, 175 p. 2008

KATZ, NOOMI. Neurociência, Reabilitação Cognitiva e Modelos de Intervenção em Terapia Ocupacional. São Paulo, Editora Santos, 415 p. 2014.

ONORIO, J.L.S.; SILVA, E.N.; BEZERRA, W.C. Terapia Ocupacional no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: um olhar para a especificidade da profissão no contexto interdisciplinar. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2018, v.2(1): 145-166.

RADOMSKI, M. V.; LATHAM, C. A. Trombly. **Terapia Ocupacional para disfunções físicas**. 6. ed. São Paulo: Santos, 2013.

TREVISANA, A.R. et al. A intervenção do terapeuta ocupacional junto às pessoas-hospitalizadas: adotando a abordagem dos cuidados paliativos. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** São Carlo, v. 27, n. 1, p. 105-117, Jan. 2019.